

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO NORTE**

MARIA ADILINA FREIRE JERÔNIMO DE ANDRADE

**AS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS DURANTE O PERÍODO
JOANINO NO BRASIL:
FORMAÇÃO DE ARTISTAS E ARTÍFICES NO RIO DE JANEIRO**

**NATAL
2023**

MARIA ADILINA FREIRE JERÔNIMO DE ANDRADE

**AS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS DURANTE O PERÍODO
JOANINO NO BRASIL:
FORMAÇÃO DE ARTISTAS E ARTÍFICES NO RIO DE JANEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na Linha de Pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional, em cumprimento às exigências legais como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Mateus do Nascimento

**NATAL
2023**

Andrade, Maria Adilina Freire Jerônimo de.
A553i As instituições de aprendizagem de ofícios durante o período joanino no
Brasil : formação de artistas e artífices no Rio de Janeiro / Maria Adilina
Freire Jerônimo de Andrade. – 2023.
135 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
do Rio Grande do Norte, Natal, 2023.

Orientador: José Mateus do Nascimento.

1. Ensino profissional – Instituição. 2. Aprendizagem de ofício. 3.
Período joanino – Brasil. 4. Formação de artista e artífice – Rio de Janeiro. I.
Título.

CDU 377(81)“1808/1821”

MARIA ADILINA FREIRE JERÔNIMO DE ANDRADE

**AS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS DURANTE O PERÍODO
JOANINO NO BRASIL: FORMAÇÃO DE ARTISTAS E ARTÍFICES NO RIO DE
JANEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, na Linha de Pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional, em cumprimento às exigências legais como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Tese aprovada em 03 / 08 / 2023_ pela seguinte Banca Examinadora:

- Mateus*

Dr. José Mateus do Nascimento – Orientador
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- Maria Inês Sucupira Stamatto*

Dr^a. Maria Inês Sucupira Stamatto – Examinadora Titular Externa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Artemilson Alves de Lima*

Dr. Artemilson Alves de Lima - Examinador Titular Externo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- Marlúcia Menezes de Paiva*

Dr^a. Marlúcia Menezes de Paiva – Examinadora Titular Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- Olívia Moraes de Medeiros Neta*

Dr^a. Olívia Moraes de Medeiros Neta - Examinadora Titular Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- Rita Diana de Freitas Gurgel*

Dr^a. Rita Diana de Freitas Gurgel – Examinadora Suplente Externa
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
- Valentín Martínez-Cuevas Pérez*

Dr. Valentín Martínez-Cuevas Pérez – Examinador Suplente Externo
Universidade Complutense de Madri
- Francinaide de Lima Silva Nascimento*

Dr^a. Francinaide de Lima Silva Nascimento – Examinadora Suplente Interna
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
- Renato Marinho Brandão Santos*

Dr. Renato Marinho Brandão Santos – Examinador Suplente Interno
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico este trabalho a meus pais - Antônio e Júlia -, a minhas filhas - Ester e Hadassa - e a meu esposo, Nonato.

AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho não aconteceu de maneira solitária; foi acompanhada por pessoas que foram especiais e essenciais neste caminhar, por isso tenho gratidão a todos os que estiveram a meu lado nesse processo. Gratidão

A Deus, que é fonte de amor, luz e sabedoria, por ter-me permitido realizar este trabalho;

A meu orientador, que acreditou que, juntos, poderíamos contribuir para a produção do conhecimento no âmbito da história, da historiografia e da memória da educação profissional;

Às professoras e amigas Vânia Nóbile, Ivoneide Bezerra, Patrícia Chagas e Graça Baracho, por me apoiarem, aconselharem e estarem a meu lado nesta caminhada;

A Alberico Teixeira e José Roberto, gestores do Campus Natal Zona Leste, por me apoiarem proporcionando-me disponibilidade de tempo para minha pesquisa;

Aos professores leitores de cada seção deste estudo, a banca examinadora da qualificação e da defesa - Maria Inês Sucupira Stamatto, Artemilson Alves de Lima, Marlúcia Menezes de Paiva, Olívia Moraes de Medeiros Neta, Rita Diana de Freitas Gurgel, Valentín Martínez-Otero Perez, Francinaide de Lima Silva Nascimento e Renato Marinho Brandão Santos -, pelas valiosas contribuições;

A Camila e Antônio Max, amigos acadêmicos mais chegados, que estiveram comigo, disponíveis, sempre que precisei;

Aos gestores e professores do PPGEP, pela aprendizagem proporcionada nesse programa;

Aos colegas da turma “Floquinhos da Igualdade”, pelos aprendizados, angústias, alegrias e tantos outros sentimentos compartilhados;

Ao professor Leonardo Brito e à bibliotecária Elisabeth Silva, pela acolhida na cidade do Rio de Janeiro e no Colégio Pedro II.

Meu muito obrigada a todos os que fizeram parte desta caminhada de produção do conhecimento.

Nada na vida de uma instituição escolar acontece, ou aconteceu, por acaso, tanto o que se perdeu ou se transformou, como aquilo que permaneceu. A memória de uma instituição é, não raro, um somatório de memórias e de olhares individuais ou grupais, que se contrapõem a um discurso científico. É mediando entre as memórias e o(s) arquivo(s) que o historiador entretece uma hermenêutica e um sentido para o seu trabalho e dessa dialética nasce o sentido para a história das instituições educativas (MAGALHÃES, 2004, p. 155).

RESUMO

A presente pesquisa aborda as instituições de aprendizagem de ofícios criadas durante o período joanino no Rio de Janeiro, com recorte dos anos de 1809 a 1819. Tem como objetivo investigar essas instituições educativas de aprendizagem de ofícios na busca de compreender a formação de aprendizes artistas e artífices nessa época. Está inserida na temática da história da educação profissional no Brasil, configurando uma pesquisa histórica. Quanto à metodologia, foram utilizados aspectos do método indiciário, de Carlo Ginzburg, em que as fontes principais foram manuscritos, decretos-criação e jornais da época. Para discussão e diálogo da investigação, fundamenta-se em Carlo Ginzburg (1989); Celso Fonseca (1961); Certeau (1982); Cunha (2000); Foucault (1999); Frago e Augustin (2001); Julia (2001); Le Goff (1990); Magalhães (2004); Manfredi (2002); Maria Ciavatta (2015); Rampazzo (2005); Chartier (1990). O estudo demonstra que os atos de D. João VI durante o período joanino no Brasil configuraram ações para o estabelecimento da aprendizagem de ofícios. As instituições denominadas Colégio das Fábricas e Companhia de Artífices do Arsenal do Exército foram criadas com o propósito de desenvolver, no lugar privilegiado da oficina, a formação de aprendizes das artes mecânicas a partir das primeiras décadas do século XIX.

Palavras-chave: instituições de ensino profissional; aprendizagem de ofícios; período joanino no Brasil.

ABSTRACT

The present research addresses the craft learning institutions created during the Johannine period in Rio de Janeiro, from 1809 to 1819. It aims to investigate these educational institutions for learning crafts in the quest to understand the training of apprentice artists and apprentices at that time. It is inserted in the theme of the history of professional education in Brazil, setting up a historical research. As for the methodology, aspects of the evidentiary method, by Carlo Ginzburg, were used in which the main sources were manuscripts, creation-decrees and newspapers of the time. For discussion and dialogue of the investigation it is based on Carlo Ginzburg (1989); Celso Fonseca (1961); Certeau (1982); Cunha (2000); Foucault (1999); Frago and Augustin (2001); Julia (2001); Le Goff (1990); Magalhães (2004); Manfredi (2002); Maria Ciavatta (2015); Rampazzo (2005); Chartier (1990). The study demonstrates that the acts of D. João VI during the Johannine period in Brazil configured actions for the establishment of the apprenticeship of trades. The institutions called Colégio das Fábricas and Companhia de Artífices do Arsenal do Army were created with the purpose of developing, in the privileged place of the workshop, the training of apprentices in the mechanical arts from the first decades of the 19th century onwards.

Keywords: professional education institutions; learning crafts; Johannine period in Brazil.

RESUMEN

Esta investigación aborda las instituciones de aprendizaje artesanal creadas durante el período joánico en Río de Janeiro, de 1809 a 1819. Tiene como objetivo investigar estas instituciones educativas de aprendizaje artesanal en la búsqueda de comprender la formación de los aprendices de artistas y artesanos en ese momento. Se inserta en el tema de la historia de la educación profesional en Brasil, configurando una investigación histórica. En cuanto a la metodología, se utilizaron aspectos del método probatorio, de Carlo Ginzburg, en el que las principales fuentes fueron manuscritos, decretos-creación y periódicos de la época. Para la discusión y diálogo de la investigación se toma como base a Carlo Ginzburg (1989); Celso Fonseca (1961); Certeau (1982); Cunha (2000); Foucault (1999); Frago y Agustín (2001); Julia (2001); Le Goff (1990); Magalhaes (2004); Manfredi (2002); María Ciavatta (2015); Rampazzo (2005); Chartier (1990). El estudio demuestra que los actos de D. João VI durante el período joánico en Brasil configuraron acciones para el establecimiento del aprendizaje de oficios. Las instituciones denominadas Colégio das Fábricas y Companhia de Artífices do Arsenal do Army fueron creadas con el objetivo de desarrollar, en el lugar privilegiado del taller, la formación de aprendices en las artes mecánicas desde las primeras décadas del siglo XIX en adelante.

Palabras clave: instituciones de educación profesional; aprendizaje de manualidades; período joánico en Brasil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	A coroa concluída em 1817 para aclamação do Rei D. João VI. A joia foi confeccionada na oficina de Antônio Gomes da Silva, o Real Joalheiro.....	14
Quadro 01	Produção acadêmica sobre a temática.....	18
Figura 02	Caboclo (1820) Jean-Baptiste Debret.....	28
Figura 03	Itinerário metodológico da investigação.....	40
Figura 04	Procedimento de busca na Hemeroteca Digital.....	41
Figura 05	Quantidade de ocorrências na busca com o termo “artífice”.....	42
Figura 06	Foto da Biblioteca Nacional.....	43
Figura 07	Foto do Arquivo Público.....	44
Figura 08	O primeiro passeio de D. João VI e D. Leopoldina na Quinta da Boa Vista. Óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay (1818).....	50
Figura 09	Retrato de D. João VI, fundador de instituições, o qual desempenhou papel de relevo na história do ensino profissional no Brasil.....	55
Figura 10	Inovações do período joanino no Brasil.....	60
Figura 11	Loja de Barbeiro, Jean-Baptista Debret (1821).....	65
Figura 12	Instituições de aprendizagem de ofícios criadas no governo joanino no Brasil.....	74
Figura 13	O ensino e a aprendizagem de ofícios do período joanino no Brasil.....	91
Figura 14	Cotidiano de uma sapataria no desenvolvimento do ofício.....	94
Figura 15	Foto da Igreja e do Seminário de São Joaquim.....	104

Figura 16	Livro de lançamento de receitas e despesas do Real Colégio das Fábricas de janeiro de 1811.....	106
Figura 17	Sobre o Arsenal Real do Exército - Aglutinação dos indícios identificados em Manuscritos.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APERJ	Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
BN	Biblioteca Nacional
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
NUDOM	Núcleo de Documentação e Memória
PPGEP	Programa de Pós-graduação em Educação Profissional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
RD	Repositório Digital
RJ	Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	A TESSITURA DA INVESTIGAÇÃO E DO ITINERÁRIO METODOLÓGICO.....	28
3	CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DE CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS.....	50
4	SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS NO RIO DE JANEIRO.....	65
5	AÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DA APREDIZAGEM DE OFÍCIOS PARA A FORMAÇÃO DE ARTISTAS E ARTÍFICES	94
5.1	VESTÍGIOS DAS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS EM JORNAIS DO RIO DE JANEIRO.....	98
5.2	INDÍCIOS NOS MANUSCRITOS REFERENTES AO PERÍODO JOANINO.....	103
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES ACERCA DA INVESTIGAÇÃO.....	116
	REFERÊNCIAS.....	122
	ANEXO A – DECRETO DE NOMEAÇÃO DO DIRETOR DO COLÉGIO DAS FÁBRICAS.....	128
	ANEXO B – DECRETO QUE ATRIBUI VALOR ANUAL QUE O DIRETOR DO COLÉGIO DAS FÁBRICAS RECEBER.....	129
	ANEXO C – DECRETO QUE DESIGNA A DESTINAÇÃO DOS BENS DO COLÉGIO DAS FÁBRICA.....	130
	ANEXO D – DECRETO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE ARTÍFICES DE ENGENHEIROS NO SEMINÁRIO DE SÃO JOAQUIM, RJ, 1818.....	132
	ANEXO E - ANO 1809, EDIÇÃO 00111 DO JORNAL GAZETA DO RJ – AULA DE LÍNGUA FRANCESA NO SEMINÁRIO SÃO JOSÉ.....	133
	ANEXO F - ANO 1811, EDIÇÃO 00051, DO JORNAL GAZETA DO RJ- EXPERIÊNCIA DE FÍSICA E QUÍMICA NO SEMINÁRIO SÃO JOAQUIM.....	134

ANEXO G - ANO 1821, EDIÇÃO 00042, DO JORNAL GAZETA 135
DO RJ- RESTABELECIMENTO DO SEMINÁRIO DE SÃO
JOAQUIM A SUA FUNÇÃO DE
ORIGEM.....

1 INTRODUÇÃO

Figura 01 - A coroa concluída em 1817, para a aclamação do Rei D. João VI. A joia foi confeccionada na oficina de Antônio Gomes da Silva, o Real Joalheiro



Fonte: Brasil e Portugal (1817)

A história da educação brasileira, especialmente a da educação profissional, desenvolve-se imersa na dualidade histórica que envolve a educação no Brasil, perpassada por lutas de classes, que fazem dela um território em disputa, produzindo tipos de educação diferenciados: uma destinada às elites e outra àqueles que vivem do trabalho.

No Brasil, a história da educação para os ofícios está presente desde o período colonial, quando estes eram ensinados, inicialmente, aos povos indígenas, depois aos escravizados e, em seguida, aos órfãos e mendigos. Nesse sentido, percebe-se que, ao longo dos anos, a educação profissional se tem feito presente, para atender os interesses e necessidades de cada época, ou seja, da força de trabalho necessária para a manutenção dos interesses da elite.

No que diz respeito à historiografia da educação profissional no período joanino, evidenciam-se, nesse período, algumas instituições de ensino profissional, com essa possível finalidade de formação. Algumas ações nesse sentido podem ser apontadas, como a criação do Colégio das Fábricas, em 1809, da Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército (1810), da Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios (1816), que, posteriormente, se transformou em Academia Imperial de Belas Artes, com o intuito de disseminar o ensino de conhecimentos técnico-científicos indispensáveis para aquele momento; e os Seminários de Órfãos (1819), com o intento de acolher e ocupar a juventude pobre e desabrigada. Conforme Cunha (1979), essa última instituição marca o posicionamento em volta da estrutura dualista das instituições educacionais criadas à época. Os Seminários de Órfãos caracterizavam-se como instituições de natureza assistencial e de reeducação, ou socioeducativas, e estavam presentes no cenário nacional desde meados do século XVIII.

Diante do que nos apresentam as pesquisas historiográficas, nesta investigação propomo-nos saber: como as instituições de aprendizagem de ofícios eram organizadas no período joanino no Brasil? qual a importância dessas instituições para o estabelecimento do ensino profissional, que começava a fazer distinções entre a formação de sujeitos que se dedicavam às artes manuais mecânicas e os que se dedicavam às belas-artes? qual o legado dessas instituições para as outras que as sucederam no âmbito do ensino profissional?

Nesse sentido, a pesquisa tem como objeto de estudo as instituições de aprendizagem de ofícios e se insere na temática da história da educação profissional no Brasil. Tem como recorte temporal os anos de 1809 a 1819. Assim, pesquisaremos as iniciativas de formação de aprendizes artífices para os ofícios, tratadas como ações para o estabelecimento do ensino profissional no Brasil.

Quanto aos objetivos da investigação, temos como objetivo geral investigar as instituições educativas de ensino profissional criadas por D. João VI, no Rio de Janeiro, nos anos de 1809 a 1819, na busca de compreender como ocorria a formação dos aprendizes artífices nessas instituições. Os objetivos específicos são os seguintes: analisar o contexto político e econômico em que as instituições de aprendizagem de ofícios foram criadas; compreender a natureza dessas instituições de amparo e de aprendizagem de ofícios, criadas por D. João VI; e, por fim, analisar as ações realizadas por D. João VI para o estabelecimento do ensino profissional no Brasil.

Nossa tese é que as instituições criadas no período joanino foram iniciativas para o estabelecimento do ensino profissional, contribuindo para a implantação da aprendizagem de ofícios na promoção de uma formação específica para as artes mecânicas. Nessa perspectiva, o presente estudo busca desvelar essas premissas por meio da pesquisa histórica em fontes documentais da época em que esse conjunto de organizações foi criado.

Detivemo-nos nos anos 1809-1819, início do século XIX, por ser esse um período de intensas mudanças no cenário brasileiro, em virtude do estabelecimento da corte portuguesa no Rio de Janeiro. Dentre essas mudanças, destacamos a abertura dos portos às nações amigas, por meio do Decreto de Alvará de 1º de abril de 1808, e a revogação do Alvará, de 5 de janeiro de 1785, que proibia a organização de manufaturas em território brasileiro.

Em razão dessas ações do príncipe regente, foram criados alguns estabelecimentos de aprendizagem de artes e ofícios, que serão objeto de análise, buscando compreendermos a história dessas instituições educativas de aprendizagem de ofícios, como elas eram organizadas e mantidas, que público atendiam e que tipo de formação objetivavam, dentre outras informações que possam contribuir para a elucidação do ensino profissional

no período pesquisado.

Vale salientar que a presente investigação está pautada pela pesquisa de natureza qualitativa, bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica fornece ao pesquisador uma visão, um panorama, do arcabouço teórico do objeto de estudo, tornando-se o ponto de partida para a construção do estudo em tela, enquanto a pesquisa documental, que tem como fonte o documento, se constitui *corpus* de análise primordial que viabiliza a operação historiográfica. No caso da presente investigação histórica, fornece as informações essenciais para o construto da tese.

A escolha do objeto de estudo se deu devido às lacunas na produção do conhecimento sobre o ensino profissional no século XIX. É fato que várias pesquisas tratam da temática da educação profissional a partir do século XX, em especial as referentes à criação das Escolas de Aprendizes Artífices, em 1909. No entanto, quanto a períodos anteriores, as produções acadêmicas a respeito da temática são escassas. Por essa razão, com o intuito de respaldar a importância da realização desta pesquisa histórica e embasar a afirmativa sobre a pouca produção acadêmica nessa temática, realizamos uma pesquisa de produção de conhecimento no Banco de Teses e Dissertações da Capes, no Portal de Periódicos da Capes e na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A escolha de pesquisa no Banco de Teses e Dissertações da Capes e no Portal de Periódicos da Capes se justifica por eles estarem entre os maiores repositórios de produção acadêmica atualmente. Neles se pode ter acesso a uma infinidade de informações a respeito das mais variadas temáticas. Servem, assim, aos pesquisadores como pontos de partida para as investigações almejadas. No que tange à Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a opção foi motivada pelo intuito de efetivamos uma pesquisa exploratória em alguns exemplares do periódico que abordam o período joanino.

O quadro a seguir traz um resumo das produções acadêmicas encontradas no Banco de Teses e Dissertações da Capes e no Portal de Periódicos da Capes relacionadas com a temática pesquisada.

Quadro 01 - Produção acadêmica sobre a temática

Título	Autor	Ano	Tipo
1- O papel que os tutores tiveram na educação e na inserção dos órfãos na sociedade mineira no final do século XVIII e início do XIX, mais especificamente no termo de Mariana, região pertencente à comarca de Vila Rica.	Leandro Silva	2016	tese
2- Universidade baiana: origem, missões e afrodescendência destaca a origem do sistema estadual de educação na Bahia, entre 1968-1991.	Edivaldo Boaventura	2009	livro
3- A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821).	Juliana Meirelles	2015	livro
4- Política e cultura no período de D. João VI, entre os anos de 1792-1821.	Juliana Meirelles	2017	livro
5- Memória e a história de instituições públicas e privadas voltadas para a ciência da medicina e para o atendimento médico no Rio de Janeiro no período de 1808 a 1958.	Ângelo Porto	2008	livro
6- Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813 - 1814).	Lorelai Kury	2007	livro
7- O papel da crítica literária na construção da cultura escrita dos oitocentos brasileiros.	Milena da Silveira	2014	livro
8- A aclamação de D. João VI que ocorreu em 6 de fevereiro de 1818.	Maria Pace Chiavari	2019	artigo
9- As casas ocupadas pelo conde da barca na Rua do Passeio e no Engenho Velho no Rio de Janeiro, durante o período 1808 a 1817.	Ana Pessoa e Ana Lúcia	2017	artigo
10- Políticas culturais empreendidas no período de D. João VI no Brasil.	Monike Garcia	2008	artigo

Fonte: Elaboração própria (2021)

No Catálogo de Teses da Capes, utilizamos a busca pelo descritor “educação no período joanino” e aplicamos os filtros – tipo: doutorado (tese); anos: 2014 a 2018; grande área de conhecimento, área de conhecimento, área de avaliação: educação. Como resultado dessa busca, realizada no dia 04/09/2020, encontramos 348 teses. Das encontradas, passamos à triagem das

que tivessem no título o termo “período joanino” ou “educação no período joanino”, ou que tratassem de educação abrangendo o período de 1809 a 1819. A partir dos critérios aplicados, identificamos apenas a tese de Leandro Silva, que analisa a educação dada aos órfãos no período de 1790 a 1822 e qual o papel e a influência dos tutores na educação ofertada. A referida tese foi publicada no ano de 2016.

A tese de Silva (2016, p. 10-11) teve o objetivo de investigar *o papel que os tutores tiveram na educação e na inserção dos órfãos na sociedade mineira no final do século XVIII e início do XIX, mais especificamente no termo de Mariana, região pertencente à comarca de Vila Rica*. Essa pesquisa foi realizada a partir de fontes primárias do Arquivo Histórico da Casa Setecentista de Mariana, de fontes cartoriais e da documentação das Ordenações Filipinas que estabelecia as regras que o tutor deveria seguir relação aos órfãos. O autor destaca, ainda, a valiosa contribuição dos inventários dos próprios órfãos para a pesquisa, pois neles havia um detalhamento sobre a vida deles, como nascimento, ocupação que exerciam, condição social, dentre outras informações de cunho pessoal. O trabalho aponta que havia uma diferenciação na educação ofertada aos órfãos pelos tutores com base no sexo, no parentesco e na condição social.

Conforme Silva (2016), aos órfãos menos afortunados era destinada uma educação para os ofícios, enquanto os das classes favorecidas e da intermediária recebiam o ensino das primeiras letras com mais frequência. Outra constatação do pesquisador foi que a condição social e cultural, como também o sexo da pessoa, determinavam a educação a ela destinada. Dessa forma, a pesquisa verificou que as práticas educativas mais recorrentes foram a instrução nas primeiras letras, ofícios manuais e mecânicos e a inserção dos tutelados na religião católica.

A busca nos periódicos da CAPES por assunto, utilizando o descritor “período joanino”, refinado para “educação no período joanino”, resultou em seis livros encontrados, explicitados nos parágrafos a seguir.

O livro de Edivaldo Boaventura (2009) trata da construção da *universidade baiana: origem, missões e afrodescendência destaca a origem do sistema estadual de educação na Bahia, entre 1968-1991*. O autor traz, nessa obra, importantes depoimentos para a história da educação na Bahia. Discorre

sobre a criação do sistema superior de ensino na Bahia, narrando como ocorreu a organização das faculdades estaduais e destacando as contribuições que a vinda da família real trouxe para o Brasil nesse processo.

O livro de Juliana Meirelles (2015), *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* aborda as interfaces entre a política e o cotidiano no Rio de Janeiro no período joanino, enfatizando as transformações políticas e os conflitos e desafios da nova sociedade que se estabelecia. Traz um panorama sobre a chegada da família real ao Brasil, destacando as motivações que levaram Portugal a se refugiar no Brasil durante as guerras napoleônicas; enfatiza as mudanças sociais e políticas que o Brasil passou em virtude da mudança da corte para o território brasileiro; narra também como se deu o processo de elevação do Brasil a Reino Unido, o que levou D. João a ser aclamado rei; e, por fim, trata do retorno da família real a Portugal.

Outra obra listada dessa autora (2017) trata de *política e cultura no período de D. João VI, entre os anos de 1792 e 1821*. Essa obra está situada na historiografia brasileira e apresenta uma visão renovada da política e da cultura do período joanino. Essas questões são abordadas a partir de quatro instituições: a Imprensa Régia, a Academia Militar, o Teatro São João e a Biblioteca Real. A autora traz uma riqueza de detalhes sobre a política e a cultura no período joanino no Brasil, relacionando-as, em alguns momentos, com acontecimentos vivenciados na Europa. Destaca as transformações culturais e políticas vivenciadas, pela América, em especial pela cidade do Rio de Janeiro.

Ângelo Porto (2008), em sua obra *Memória e a história de instituições públicas e privadas voltadas para a ciência da medicina e para o atendimento médico no Rio de Janeiro no período de 1808 a 1958*, realça as instituições de saúde e o patrimônio arquitetônico. A obra analisa e registra a trajetória das instituições de saúde na cidade do Rio de Janeiro, desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil até o ano de 1958. O autor se utiliza da perspectiva histórica na busca de entender as relações do pensamento médico-científico com a arquitetura das instituições médico-hospitalares.

A obra organizada por Lorelai Kury (2007), *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*, é composta por cinco artigos, de renomados historiadores nacionais, sobre O Patriota, primeiro jornal brasileiro a publicar

artigos literários, políticos e mercantis. Trata-se, portanto, de uma coletânea de textos que investigam a cultura letrada do período em questão, aborda questões que foram fatores de possibilidades e de entraves para a circulação desse periódico, que divulgou assuntos hoje considerados de cunho científico.

O livro de autoria de Milena da Silveira (2014), *O papel da crítica literária na construção da cultura escrita dos oitocentos brasileiros*, analisa a crítica literária a partir do pressuposto de que a literatura foi a principal forma de expressão, de conhecimento e de reconhecimento do Brasil, como nação nessa época. Essa obra é resultado de estudos que tiveram como cerne compreender as formas de conhecimento, representação e invenção no Brasil no decorrer do século XIX, com o intuito de explorar o lugar ocupado pela crítica literária nesse período.

Essas obras nos trouxeram informações relevantes para a compreensão do contexto político e cultural da época pesquisada, uma vez que abordam como se constituíam as relações sociais frente à conjuntura do período. Algumas delas trazem o processo de criação de alguns estabelecimentos de ensino profissional criados durante a primeira metade do século XIX.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, encontramos três artigos, abaixo apresentados, utilizando o descritor “período joanino”. Com os descritores “ensino de ofícios” e “aprendizagem de ofícios”, não ocorreu evidência de artigos sobre essas temáticas. O artigo de Maria Pace Chiavari (2019) retrata a aclamação de D. João VI como rei, em 6 de fevereiro de 1818. A articulista destaca as transformações ocorridas no Rio de Janeiro e a herança arquitetônica deixada desse período para o Império brasileiro na corte central, destacando quanto o monarca soube aproveitar os festejos reais, o papel das arquiteturas efêmeras, realizadas pelos portugueses e pelos franceses, e destacando o legado deixado por cada uma delas, que serviu de referência para os códigos urbanos e arquitetônicos.

O trabalho de Ana Pessoa e Ana Santos (2017) trata das casas ocupadas pelo conde da Barca na Rua do Passeio e no Engenho Velho, no Rio de Janeiro, durante o período de 1808 a 1817, com vistas a compreender as artes decorativas e as formas de morar quando a corte joanina se instalou na cidade. A autora faz um estudo sobre a utilização dessas duas casas pelo conde, com o objetivo de reconstituir essa ocupação, mostrando sua finalidade. Traz à tona

a discussão sobre a estrutura simbólica de representação de poder de uma família em relação ao contexto vivenciado naquele período.

Por fim, o estudo de Monike Garcia (2008) traz, em seu bojo, uma análise sobre as políticas culturais empreendidas no período de D. João VI no Brasil, salientando a contratação da Missão Artística Francesa, que chegou ao Brasil no ano de 1816, marcando o início das artes plásticas no Brasil. A autora menciona que, quando D. João VI chegou ao Brasil, sentiu necessidade de fomentar o gosto pela arte, criando, assim, instituições científicas e culturais. Nesse contexto, aqui chegou a Missão Artística Francesa no Brasil, destacando-se as pessoas de Taunay e Debret, dois artistas renomados, cujas pinturas aqui deixadas constituíram-se em fontes iconográficas de referência para gerações posteriores.

A pesquisa de produção de conhecimento sobre a temática que realizamos evidenciou que a área em estudo carece de produções que problematizem a educação profissional no período joanino no Brasil, o que nos permite afirmar que esta pesquisa apresenta relevância para o Programa de Pós-graduação em Educação Profissional (PPGEP), especificamente para a linha de pesquisa História, Historiografia e Memória da Educação Profissional, por investigar a história de instituições educativas, na interface entre memória, trabalho e educação. Compreendemos que os achados deste estudo contribuirão para elucidar questões significativas no campo da historiografia da educação profissional.

A pesquisa no Repositório e Periódico da Capes, na revista e no periódico do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro demonstrou que a produção do conhecimento sobre o período joanino está limitada a questões políticas, artísticas e culturais, não havendo estudos, especificamente, sobre temáticas relacionadas ao ensino profissional nesse período no Brasil.

Nossa pesquisa situa-se no desenvolvimento de estudos no âmbito do curso de doutorado, com ingresso em 2020, no PPGEP-IFRN. Todavia essa trajetória de pesquisa iniciou-se quando ingressamos no campo da educação profissional, no ano de 2010, quando fomos nomeada servidora, na função de pedagoga, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte-IFRN, Campus Natal Zona Norte.

A partir de então, a educação profissional passou a fazer parte de nossa vida profissional e acadêmica. Nessa perspectiva, começamos a busca por conhecer a lógica de organização desse campo de produção de conhecimento. No ano de 2014, tivemos a oportunidade de ingressar no curso de mestrado acadêmico ofertado pelo PPGEP, tendo como objeto de pesquisa o currículo do curso técnico de comércio no PROEJA do Campus Natal Zona Norte.

Essa pesquisa teve como objeto de estudo o currículo do curso de Comércio PROEJA do Campus Natal Zona Norte-IFRN, analisando o currículo prescrito, o realizado e o vivenciado no curso. Os resultados apontaram que o currículo do curso de Comércio PROEJA estava atendendo às necessidades do seu público apenas em parte, necessitando de ajustes para que se tornasse efetivo. A respeito das análises realizadas, constatamos que a integração entre educação básica e educação profissional precisava avançar e que, apesar de a mudança do currículo, a partir de 2012, favorecer a integração, na prática esta ainda acontecia de forma esporádica.

Dando continuidade ao estudo sobre a educação profissional, nossa atenção se voltou para as instituições de aprendizagem de ofícios no período dos oitocentos, tendo em vista compreender se o surgimento dessas instituições de educação foram a primeira ação para o estabelecimento de uma formação para o trabalho, para a aprendizagem de ofícios. Nossa pesquisa em nível de doutorado representa, pois, um avanço e ampliação de nossa ação de investigação científica no campo da história da educação profissional, tendo como foco as instituições de formação de artistas e artífices criadas no período joanino no Brasil.

Sobre a aprendizagem de ofícios, há registros desde a época da América portuguesa, período em que os jesuítas criaram os primeiros núcleos de formação profissional, chamados de *oficinas escolas*, que preparavam para diversos ofícios nos trabalhos manuais. Nessa época, as oficinas rudimentares funcionavam ao lado das capelas, dos colégios e conventos, lugares onde padres da Companhia de Jesus partilhavam com os mais jovens o conhecimento profissional não sistematizado, conforme as necessidades do momento histórico de invasão, subjugação e exploração dos povos originários habitantes da *Ilha de Vera Cruz*.

Para o presente estudo, reportamo-nos ao conceito de cultura defendido

por Chartier (2002), que explica a história em uma perspectiva cultural, a qual está permeada por interpretações que são resultado das práticas vivenciadas social e culturalmente. Em relação à cultura escolar, remetemos a Dominique Julia (2001), que entende a cultura escolar como um conjunto de relações permeadas da história de cada época no qual se busca inculcar práticas e conhecimentos a serem transmitidos/aprendidos.

No que diz respeito à cultura para aprendizagem de ofício, recorreremos a Senett (2020), que aborda a arte, ou habilidade artesanal, como a capacidade de fazer bem as coisas, e compreende a técnica como questão cultural, não como um procedimento maquinal. Esses conceitos de cultura serão ampliados no capítulo 5, que trata das ações para o estabelecimento da aprendizagem de ofícios.

No Brasil, os primeiros aprendizes de ofícios foram os povos indígenas e os escravizados, fato que marcou essas atividades como de menor prestígio social. Desde então, os brasileiros passaram a discriminar e menosprezar o trabalho manual, que era destinado apenas aos escravizados e aos mais pobres. No século XVIII, as manufaturas têxteis e as metalúrgicas foram criadas, para atender as necessidades da época, que requeria produtos provenientes desses ofícios. Nelas, o trabalho artesanal estava organizado em corporações.

Conforme Cunha (2000), o ensino dos ofícios ficava a cargo dos mestres. Os aprendizes e os contramestres ficavam em regime de internato, residindo nas oficinas em média quatro anos, sob a tutela do mestre. Quanto à formação, esta se dava com vista a uma preparação para atuação profissional, uma vez que, quando o mestre declarava terminado o período do aprendizado, o aprendiz era desafiado a iniciar a prática do ofício.

De acordo com Manfredi (2002), podemos afirmar que, no Brasil, o ensino profissional teve início em 1809, quando o decreto do príncipe regente D. João VI instituiu o Colégio das Fábricas, com o propósito de preparar mão de obra para as fábricas, que, na época, começavam a se ampliar, principalmente nos Arsenais da Marinha e do Exército, no município da corte, o Rio de Janeiro. Esse Colégio é considerado a primeira instituição criada por D. João com a finalidade de formação específica para o ensino profissional.

A vinda da família real para o Brasil mobilizou mudanças na estrutura

social, política e econômica da cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil na época. Ocorreram esforços para europeizar o Brasil - criaram-se faculdades, bibliotecas, teatros, imprensa e o Banco do Brasil -, em paralelo com as condições deploráveis de grande parte da população pobre.

No ano de 1810, o governo do Brasil firmou acordo com a Grã-Bretanha estabelecendo o Tratado de Comércio e Navegação, no qual os produtos ingleses eram menos tributados do que os vindos de outras nações. Esse tratado, que esteve em vigor no período de 1808 a 1810, já sinalizava o desejo do Brasil de tornar-se independente de Portugal, evento que ocorreria mais tarde, sob a custódia da Coroa Portuguesa.

Foi, então, nesse cenário de grandes mudanças ocorridas no Brasil que D. João VI instituiu o Colégio das Fábricas. Conforme Belchior (1993), a corte atraiu para o Rio de Janeiro administradores e donos de fábricas arruinadas de Portugal bem como aprendizes e artífices desocupados pelo fechamento das indústrias nacionais e de outros países. O Colégio das Fábricas foi criado para atender esse público vindo de Portugal, com a finalidade de propiciar educação e trabalho para ele. Ainda conforme esse autor, o Colégio era composto por várias oficinas, ou fábricas, integradas por mestres e aprendizes, que recebiam remuneração e eram supervisionados bem de perto pelo governo.

Com a supervisão dos mestres, os aprendizes produziam artefatos que eram vendidos, com o objetivo de auferir renda para o Colégio. Os mestres que ensinavam nos colégios eram: coloristas, ferreiros, fabricantes de veludos, de galões, de tecidos de algodão, de seda, desenhistas, professores de primeiras letras, serralheiros, marceneiros e carpinteiros, torneiros e músicos. Além dos mestres, havia também “os empregados burocráticos; o recebedor fiel, o escriturário, o apontador e o porteiro, com uma despesa diária de 2\$760 com esses serviços” (BELCHIOR, 1993, p. 10).

Outra iniciativa ligada ao ensino dos ofícios ocorreu em 1810 - a criação da Companhia de Artífices do Arsenal Real pelo Exército -, com a finalidade de suprir mão de obra para a indústria de armamento, promovendo, assim, o ensino de profissões ligadas ao fortalecimento das forças armadas. A Companhia real torna-se então o cerne da aprendizagem de ofícios para a segurança nacional e a disposição para a guerra. Vale destacar que essa

companhia foi inspirada em outras existentes em Portugal, desde o ano 1764. Como o Brasil era colônia de Portugal, D. João VI trouxe muito de sua cultura para a corte instalada no Rio de Janeiro, de forma que várias ações efetivadas foram um espelhamento do que ele tinha criado em terras lusitanas, com as adequações realizadas à realidade brasileira.

A Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios, criada por Decreto de 12 de agosto 1816, a qual deu origem à Academia Imperial de Belas Artes, tinha o intuito de difundir o ensino de conhecimentos vistos como essenciais para o momento, abrangendo áreas como agricultura, mineralogia, indústria e comércio. Em seu âmbito, seriam realizados estudos sobre conhecimentos teóricos das artes e das ciências naturais, físicas e exatas.

Os Seminários de Órfãos foram instituídos desde a segunda metade do século XVIII, na década de 1780, e tinham a finalidade inicial de prover formação religiosa e das primeiras letras para rapazes. No ano de 1818, o Seminário de São Joaquim passou por uma transformação em sua estrutura e em sua finalidade, voltando-se para o ensino de ofícios mecânicos: a princípio, acolhia rapazes de boa reputação, independentemente de classe social, porém depois passou a ser destinado aos deserdados da sorte, desamparados e infelizes (FONSECA, 1961).

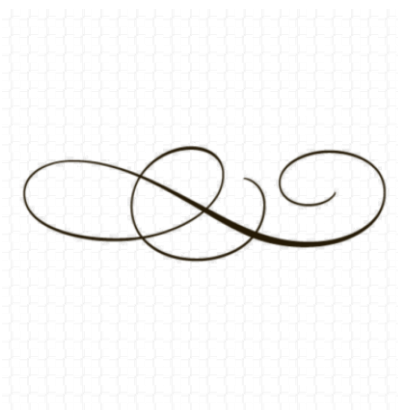
Feitas essas considerações introdutórias, passamos a apresentar a estruturação da tese. Ela está organizada a partir do tratamento das fontes, fio condutor de sua estruturação. Desse modo, tem início com a discussão dos autores e da produção do conhecimento sobre o tema pesquisado, em continuidade, passamos à análise dos decretos, em busca de pistas sobre as instituições de aprendizagens de ofício; na sequência, recorreremos aos jornais da época, em busca de rastros sobre as instituições pesquisadas; e, por fim, nos manuscritos encontrados nos arquivos do Rio de Janeiro, buscamos indícios sobre o período investigado.

Dessa forma, a tese está organizada em cinco seções, além das considerações finais. A seção 2, denominada “A tessitura da investigação e do itinerário metodológico”, aborda como a pesquisa foi delineando-se, a partir das proposições iniciais da tese, como objetivos e questões de pesquisa. Menciona os caminhos metodológicos que permitiram a construção do presente trabalho e em que autores ele está ancorado.

A seção seguinte, a 3, intitulada “Contexto político e econômico de criação das instituições de aprendizagem de ofícios,” trata das questões políticas e econômicas que estavam presentes na criação das instituições de aprendizagem de ofícios, delineando as circunstâncias da chegada da família real ao Brasil e das mudanças que foram ocasionadas a partir de então, em especial na cidade do Rio de Janeiro.

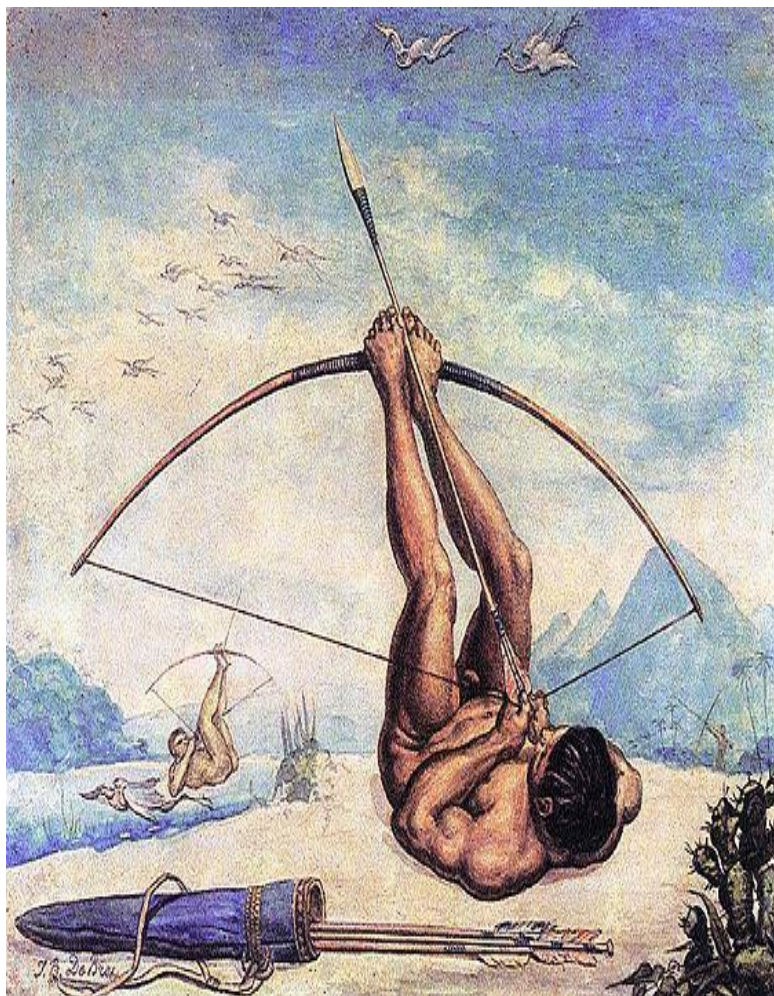
No que diz respeito à seção 4, “Sobre a organização e o funcionamento das instituições de aprendizagem de ofícios no Rio de Janeiro”, ela aborda como essas instituições foram estabelecidas e quais suas finalidades, evidenciando vestígios presentes nos decretos de criação delas sobre sua organização e seu funcionamento.

Na seção 5, “Ações para o estabelecimento das aprendizagens de ofícios para formação de artistas e artífices”, abordamos como se configurava a aprendizagem de ofícios nessas instituições criadas por D. João VI, apresentando indícios encontrados em jornais e manuscritos referentes ao período joanino.



2 A TESSITURA DA INVESTIGAÇÃO E DO ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Figura 02 – *Caboclo* (1820) Jean-Baptiste Debret, Aquarela sobre papel (22,00 cm x 27,20 cm)



Fonte: Debret (c2023)

O caçador teria sido o primeiro “a narrar uma história” porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série de coerentes eventos (GINZBURG, 1989, p. 152).

Na epígrafe, Ginzburg diz que o caçador constrói sua história a partir da leitura das pistas deixadas. Assim precisa ser a atitude de um pesquisador, em seu movimento para construção do objeto de pesquisa: ele precisa estar atento aos registros deixados sobre a temática estudada. Por isso dizemos que, no desenvolvimento da pesquisa, faz-se necessário partir de alguns pressupostos teóricos e de algumas teorias que sirvam de fio condutor e possam guiar para o que se quer construir, projetando luz nas ideias iniciais da investigação.

Nessa perspectiva, a construção desta seção se faz necessária. Ela tem como objetivo apresentar o percurso trilhado para o desenvolvimento do presente trabalho. Assim, abordamos o percurso teórico metodológico, o lócus da pesquisa, os procedimentos para análise da pesquisa documental e a delimitação do objeto de estudo, de maneira a situar o leitor no que diz respeito a como foi o processo de construção, quais os passos dados e que autores foram utilizados para respaldar as descobertas feitas ao longo da investigação histórica.

Do ponto de vista metodológico, optamos por encontrar procedimentos capazes de desvelar a história da educação profissional em seu recorte de espaço e tempo. Utilizamos a pesquisa bibliográfica e a documental para obter informações acerca do ensino profissional desse período. Na coleta de dados, fomos ao acervo documental da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, do Seminário de São José e ao Núcleo de Documentação e Memória – NUDOM- do Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 25 a 28 de outubro de 2022. Nesses locais, analisamos os documentos que poderiam fornecer indícios sobre iniciativas para o estabelecimento da aprendizagem de ofícios durante o período pesquisado.

Recorremos aos estudos de autores que serão, a partir desta seção abordados. Inicialmente, Le Goff (1990), para dialogar sobre os estudos em

história da educação como uma ciência que se renova e se atualiza, com suas contradições e contribuições para o campo da pesquisa em ciências sociais.

Conforme Le Goff (1990, p. 409-410), as novas concepções do tempo histórico inauguram uma nova forma de se fazer historiografia, na qual é valorizada a memória coletiva. Ele acrescenta que esse fenômeno é resultado da evolução das sociedades a partir da segunda metade do século XX, pois há uma “clarificação” do papel da memória coletiva. Nesse sentido, explica:

A memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

Le Goff ainda frisa que essa nova memória coletiva se constitui, em parte, do saber dessas sociedades em instrumentos tradicionais, mas diferentemente concebidos, mostrando que houve uma evolução nas formas de se pensar e fazer história.

Certeau (1982, p. 43, grifo do autor), corroborando as ideias de Le Goff enfatiza:

A história está, pois, em jogo nessas fronteiras que articulam uma sociedade com o seu passado e o ato de distinguir-se dele; nessas linhas que traçam a imagem de uma atualidade, demarcando-a de seu outro, mas que atenua ou modifica, continuamente, o retorno do ‘passado’ [...].

Nas colocações desses autores da nova história e da história cultural¹, percebe-se que o modo como os homens constroem e reconstróem seu passado muda ao longo das gerações. Isso diz respeito à forma como as sociedades se relacionam com o lugar do passado, na busca de compreender as sombras que esse passado histórico projeta no presente. Nesse sentido, quando se busca conhecer alguns acontecimentos da história, faz-se necessário o estabelecimento de um recorte do período a ser pesquisado. Conforme Certeau (1982 p. 41, grifo do autor),

¹ A história cultural tende a substituir as abordagens clássicas em história social da cultura. Engendrando uma história cultural e, em certo sentido, política, sem atores sociais, a Nova História cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo popular. (VAINFAS, 1997, p. 221).

O corte definitivo em qualquer ciência (uma exclusão é sempre necessária ao estabelecimento de um rigor) toma, em história, a forma de um limite original, que constitui uma realidade como 'passada' e que se explicita nas técnicas proporcionadas à tarefa de 'fazer história [...].

Caminhando na perspectiva de Le Goff (1990), Certeau (1982) aponta que "A história da história não se deve preocupar apenas com a produção histórica profissional, mas com todo um conjunto de fenômenos que constituem a cultura histórica, ou, melhor, a mentalidade histórica de uma época". Comungando esse pensamento, Le Goff (1990, p. 41-42) enfatiza que

Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo "objetivo" do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira "objetividade", mas nenhuma outra história é possível.

Ainda segundo esse autor, a história não depende somente dessa relação presente-passado:

A cultura (ou mentalidade) histórica não depende apenas das relações de memória histórica, presente-passado. A história é a ciência do tempo. Está estritamente ligada às diferentes concepções de tempo que existem numa sociedade e são um elemento essencial da aparelhagem mental dos seus historiadores (LE GOFF, 1990, p. 42).

Assim sendo, o processo de escrita da história da educação se configura no movimento dinâmico da sociedade, que dá suporte às pesquisas dos historiadores, estabelecendo essa relação do passado com o presente por meio das memórias, vivenciadas pelos sujeitos, a partir da sua concepção de mundo. Nesse entendimento, o historiador precisa estar atento às questões do presente para poder relacioná-las com o passado, na busca de compreender o universo multifacetado da história em construção. Para Ciavatta (2015, p. 39),

A história como processo é a história vivida por indivíduos e sociedades, suas organizações sociais, suas estruturas de

poder, as formas sociais de distribuição desigual da riqueza, a estrutura de classes sociais, a hegemonia política e cultural das classes privilegiadas. A *história como método* é a concepção e a narração ou a escrita da história sobre esses fatos, à luz de sua realidade nas diferentes sociedades.

Assim, faz-se necessário relacionar esses elementos presentes no processo de historiar, de modo a compreender os movimentos de idas e vindas na construção da história, que permitem ao sujeito pesquisador entender o processo de organizar e de fazer história, enquanto campo de produção do conhecimento. Na pesquisa histórica, é necessário o estabelecimento de categorias e conceitos, fundamentais para o entendimento do próprio conhecimento que se pretende produzir (CIAVATTA, 2019).

As categorias a serem trabalhadas na pesquisa fundamentam a compreensão da realidade e do contexto vivenciado no momento do acontecimento histórico pesquisado. A seleção de conceitos a serem trabalhados também se torna essencial, pois são eles que dão conteúdo teórico aos termos e às denominações científicas. Nesse sentido, Ciavatta (2019, p. 50) diz:

Para o estudo dos fenômenos históricos selecionam-se as categorias de análise mais adequadas ao tratamento do tema. A pesquisa histórica dos acontecimentos, fatos ou dados exige o trabalho com base em categorias ou conceitos.

Por isso essa autora considera que as categorias são classificações de uso corrente nas ciências, particularmente nas ciências da natureza, que podem ter maior ou menor abrangência na inclusão dos seres de acordo com os critérios definidos, sendo seu estatuto teórico de conhecimento que lhe dá sustentação.

Para a presente investigação, apontamos como categorias as instituições educativas de ensino profissional e a aprendizagem de ofícios. Pretendemos estabelecer um diálogo com autores que se dedicam a essas elaborações conceituais. Essas duas categorias estão inseridas no âmbito da relação trabalho e educação, uma vez que a formação promovida nas instituições educativas e as aprendizagens de ofício visam a uma formação para o trabalho. Nesse sentido, utilizamo-nos dessas categorias para analisar

instituições de ensino profissional que desenvolviam a aprendizagem de ofício subsidiada pela Coroa e pelo serviço militar, durante as primeiras décadas do século XIX.

As fontes documentais aumentam o rol de itens necessários no campo da pesquisa histórica, uma vez que elas dão a dimensão e a abrangência da investigação. Para Ciavatta (2015, p. 49), o tratamento das fontes é outro procedimento teórico-metodológico importante para a pesquisa histórica:

As fontes são o que resta da memória humana, materializada em palavras, imagens e documentos escritos, registros da história vivida no espaço-tempo com suas particularidades, suas características e transformações.

Ragazzini (2001, p. 14), em sua obra intitulada *Para quem é o que testemunham as fontes*, diz que elas são vestígios e testemunhos. Sendo assim,

A fonte é uma *construção* do pesquisador, isto é, um reconhecimento que se constitui em uma denominação e em uma atribuição de sentido; é uma parte da operação historiográfica. Por outro lado, a fonte é o único contato possível com o passado que permite formas de verificação. Está inscrita em uma operação teórica produzida no presente, relacionada a projetos interpretativos que visam confirmar, contestar ou aprofundar o conhecimento histórico acumulado.

Ainda conforme esse autor, os registros institucionais são importantes fontes de pesquisa, como é o caso dos arquivos públicos, que abrigam os projetos de lei, atas, decretos, dentre outros documentos. Ele também evoca as vantagens do uso das fontes documentais, pois possibilitam o conhecimento do passado e as mudanças provocadas no processo social e cultural ao longo do tempo. O fenômeno tempo é outro ponto relevante na pesquisa histórica, pois traz a reflexão sobre a particularidade histórica dos acontecimentos.

Para Certeau (1982, p. 55), outro destaque importante na pesquisa histórica é o lugar de fala: “Certamente não existem considerações, por mais gerais que sejam, nem leituras, tanto quanto se possa estendê-las, capazes de suprimir a particularidade do lugar de onde falo e do domínio em que realizo uma investigação.” Em sua obra *A escrita da História*, Certeau menciona que, na operação historiográfica, o historiador possui um lugar de fala e que é a

partir desse lugar que ele constrói a história.

Quanto às instituições educativas e sua história, Magalhães (2004) problematiza as relações que se estabelecem no interior dessas instituições. Conforme esse autor,

Na relação entre análise institucional e história das instituições escolares e das práticas educativas podem verificar-se indefinições, cuja explicitação é um desafio ao aprofundamento da análise, pois, pela sua especificidade, a instituição não corresponde a uma extensão ou a uma aplicação direta da matriz conceitual e metodológica (MAGALHÃES, 2004, p. 113).

Nesse sentido, percebe-se que, para se compreender uma instituição e suas práticas educativas, é necessário analisar o que ocorre em várias etapas, um procedimento que vai desde sua gênese até seu estabelecimento, que culmina no processo de materialização das ações. Magalhães (2004, p. 39) aborda que “[...] a institucionalização é uma fase num processo evolutivo mais amplo que corresponde ao constructo que resulta da função instituinte e que se consolida na instituição”.

Essa institucionalização da educação e o surgimento da cultura das práticas educativas, ou escolares, foi constituindo-se a partir das transformações na sociedade, à medida que pensadores e estudiosos começaram a compreender a educação de forma sistematizada, o processo moderno de escolarização, com currículo, horários, sujeitos e saberes.

De acordo com Julia (2001, p. 10), a

[...] cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas: cultura religiosa, cultura política ou cultura popular.

Esse autor define “cultura escolar” como sendo

um conjunto de normas que definem os conhecimentos a serem ensinados e os comportamentos a serem instalados, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão e assimilação de ditos conhecimentos e a incorporação desses comportamentos (JULIA, 2001, p. 354).

Apesar de a expressão “cultura escolar” ter sido introduzida no campo histórico educacional nos anos 1990, por Julia, partimos dela para analisar a cultura das instituições de aprendizagem de ofícios que fizeram parte do período joanino no Brasil.

Para Roger Chartier, a cultura é construída num processo entre duas categorias: práticas (modo de fazer) e representações (modo de ver), e que a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Conforme esse entendimento, o fazer historiográfico se constituiria de tentativas feitas para decifrar diferentemente as sociedades, a fim de saber como elas se constituem.

A história da educação constitui-se em um movimento que busca trazer elementos do passado com vista a explicar o presente e estabelecer relações da memória do passado com o presente. A presente investigação se situa no campo da história da educação profissional e pretende contribuir com a historiografia do ensino profissional no Brasil. De acordo com Ciavatta (2015, p. 39), “A história como método é a concepção e a narração ou a escrita da história sobre esses fatos de sua realidade nas diferentes sociedades”.

Para tecer o construto da narrativa historiográfica sobre as instituições educativas investigadas, recorreremos a autores que se voltam ao estudo da história da educação profissional, como Cunha (2000), Celso Fonseca (1961), Maria Ciavatta (2015, 2019) e Manfredi (2002). Na área da história, seguimos a Le Goff (1990) e Certeau (1982). No que diz respeito aos conceitos de instituição escolar, cultura e cultura escolar, amparamo-nos em Magalhães (2004), Chartier (1990), Frago e Augustin (2001) e Julia (2001). Em relação à disciplina como “disciplina dos corpos”, ancoramo-nos em Foucault (1999). No que concerne à metodologia de análise documental da pesquisa, esta inspira-se nos aspectos do método indiciário de Carlo Ginzburg (1989). Para a pesquisa documental, seguimos Rampazzo (2005).

Após a revisão da literatura do período investigado, fomos à etapa de análise documental, inicialmente examinando os decretos de criação das instituições pesquisadas, alguns deles disponíveis na obra de Fonseca (1961), que utilizamos como fonte, uma vez que reproduz manuscritos em sua íntegra. Em seguida, passamos aos periódicos da Hemeroteca Digital, em alguns dos quais, referentes a época pesquisada, encontramos notícias sobre os estabelecimentos investigados. Por último, fomos aos documentos existentes nos arquivos do Rio de Janeiro já mencionados.

As fontes analisadas foram as disponíveis referentes ao período

histórico pesquisado, dentre elas: decretos, jornais e documentos das instituições de ensino. Conforme Rampazzo (2005), a pesquisa documental apresenta algumas vantagens, pelo fato de os documentos constituírem uma fonte rica e estável de dados e, quando preservados, subsistirem ao longo do tempo, tornando-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica.

Quanto à metodologia de análise dos dados da pesquisa, recorremos aos princípios do método indiciário, de Carlo Ginzburg (1989). O paradigma indiciário trabalha com indícios, sinais e pistas no fazer historiográfico. Sua atenção se volta para elementos que parecem insignificantes, porém podem trazer informações essenciais para pesquisa. As investigações construídas por Ginzburg (1989), a partir da micro-história, como a do livro *O queijo e os vermes*, baseiam-se em características menos visíveis da situação investigada; é pautada pelo imperceptível, pelos sintomas, os pormenores, as pistas marginais.

Ginzburg (1989) relata que percebeu a utilização desse paradigma no personagem de Arthur Conan Doyle, Sherlock Holmes, no método do historiador da arte italiano Giovanni Morelli e nas pesquisas de Freud para o desenvolvimento da psicanálise. Nos casos citados, ele aponta, respectivamente, sintomas, indícios e signos pitorescos. No caso de Morelli, a utilização está associada à investigação de obras de artistas, na busca de fazer distinção entre uma obra de arte verdadeira e imitações, que era bem comum serem encontradas na época. Ele fazia a observação dos pormenores negligenciáveis, como o lóbulo das orelhas, as unhas, a forma dos dedos da mão e dos pés, para identificar se uma obra era original (GINZBURG, 1989, p. 144). Nos três casos, o autor relata que

[...] pistas infinitesimais permitem captar uma realidade mais profunda, de outra forma inatingível: mais precisamente, sintomas (no caso de Freud), indícios, no caso de (Sherlock Homes) signos pictóricos (no caso de Morelli) (GINZBURG, 1989, p. 150).

Dessa maneira, o paradigma indiciário, ou divinatório, trabalha na perspectiva da sistematização de elementos a partir das pistas encontradas. Ele dá atenção ao que pode parecer insignificante e irrelevante, porém traz informações essenciais. Esses elementos são denominados de sintomas,

indícios e signos, e deixam rastros que podem ser trançados para revelar o investigado.

O método indiciário é utilizado nesta pesquisa como possibilidade de novas descobertas sobre a aprendizagem de ofícios no período joanino no Brasil, o que significa, em um primeiro momento, um movimento de analisar o *corpus* documental da época em busca de indícios que remetam a elementos que forneçam informações sobre como se configurava o ensino de ofício, de maneira que possamos construir as bases de sustentação da investigação. Por isso, na análise inicial dos decretos de criação das instituições pesquisadas, fizemos um movimento de observação e inferências a partir dos registros encontrados nessas fontes.

Os princípios desse método de análise são usados na pesquisa porque as informações sobre as instituições de aprendizagem de ofícios pesquisadas estão diluídas em fontes que não tratam necessariamente delas, porém trazem pistas sobre elas, como é o caso da documentação da Junta do Comércio, que contém informações sobre o Colégio das Fábricas. Dessa forma, partimos do princípio da busca de indícios, por meio de uma leitura atenta em fontes que nos levassem a elementos que pudessem esclarecer os fatos investigados ocorridos durante as duas primeiras décadas do século XIX, às instituições de aprendizagem de ofícios e artífices no período joanino.

O fazer do historiador requer essa operação historiográfica de buscar as pistas dos fatos, na tentativa de montar um mosaico de informações que possa desvelar o estudado. No caso em tela, fizemos o percurso de ir aos documentos que tratam da política, da economia e da educação para encontrar o pesquisado. Foi nessa documentação que encontramos rastros sobre as instituições de aprendizagem de ofício no período investigado.

Esses rastros nos permitiram o cruzamento das fontes, na lógica de achar uma informação e buscar relacioná-la com outra apresentada em outro documento, tentando reconstituir o cenário, ou seja, buscando a compreensão e a construção de uma narrativa a partir dos elementos encontrados. Para isso, foi necessária uma leitura atenta, buscando localizar, nos pormenores, nas entrelinhas, palavras, expressões, informações esparsas em relação ao tema.

Nesse movimento, as pistas iniciais para a construção do percurso trilhado foram identificadas nos estudos de autores que trataram do período

joanino no Brasil, em especial os que se detêm na análise da educação profissional, entre os quais destacamos: Cunha (2005), Fonseca (1961) e Manfredi (2002). Os documentos nos trouxeram informações importantes sobre a organização e o funcionamento dessas instituições educativas de formação de artífices. Neles, havia marcas que podem ser seguidas para o construto do fazer historiográfico, tomando como referência a organização de espaços educativos destinados ao desenvolvimento das aprendizagens de ofícios e evidenciando as semelhanças e as dessemelhanças existentes entre elas.

Para dar continuidade às buscas das informações sobre a temática investigada, recorreremos à Hemeroteca Digital, um repositório digital (RD) que pertence à Fundação Biblioteca Nacional. Os repositórios digitais, no contexto das políticas de democratização dos acervos para pesquisa, têm contribuído como uma das novas formas de preservação e disponibilidade das fontes históricas, possibilitando a preservação e a disseminação do documento original. De acordo com Azevedo, Pessoa e Medeiros Neta (2020, p. 48),

Possibilitar ao acesso digital se constitui como uma estratégia de preservação digital, pois proporciona ao mesmo tempo tanto o acesso ao documento e disseminação dos conhecimentos, quanto a preservação do documento original, uma vez que evita seu manuseio.

Nessa perspectiva, os repositórios digitais não só contribuem para a preservação do documento como também possibilitam ao pesquisador o acesso a diferentes fontes, não importando o local onde ele se encontra. Fomentam, assim, múltiplas possibilidades de difusão do conhecimento produzido em diferentes partes do mundo.

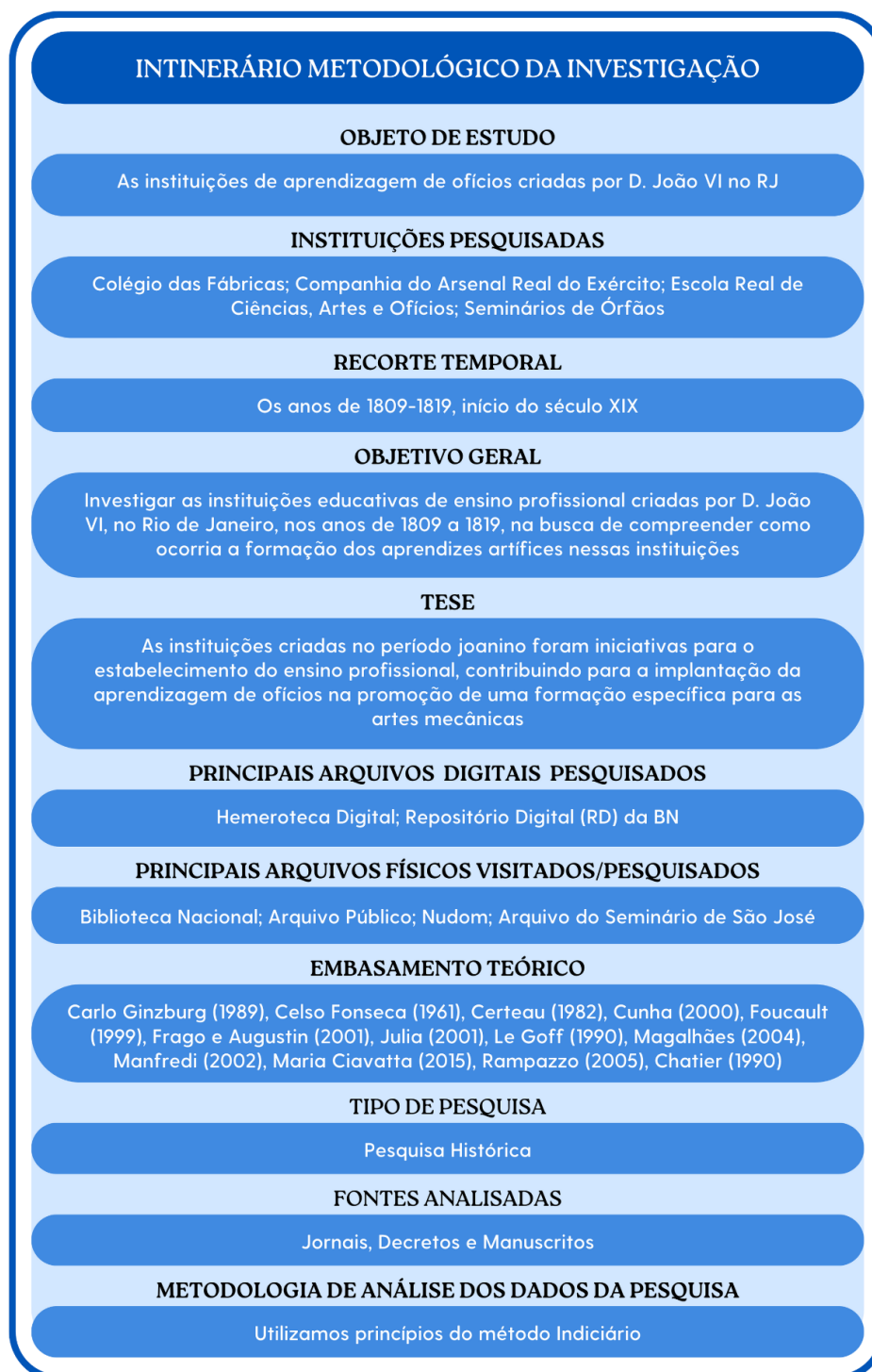
A Hemeroteca Nacional está vinculada à Fundação da Biblioteca Nacional e permite aos usuários de todo o mundo pesquisas em seus acervos de forma gratuita. Suas publicações mais antigas e raras são datadas do século XIX. Para Azevedo, Pessoa e Medeiros Neta (2020, p. 46),

A imprensa também é evidenciada como uma fonte significativa, pois pode fornecer ao pesquisador elementos que permitam a compreensão das dinâmicas sociais existentes, dos debates e das ações políticas e intelectuais que nortearam a educação nos diferentes recortes espaciais e temporais.

Sendo assim, podemos considerar os repositórios digitais como espaços que promovem a divulgação de informações oficiais que ajudam a compreender a organização e a construção do campo educacional e escolar.

Explicitar o itinerário metodológico (Figura 3) que adotamos torna-se necessário, a fim de se conhecerem os caminhos que trilhamos no fazer historiográfico.

Figura 03 - Itinerário Metodológico da Investigação



Fonte: Elaboração própria (2023)

No que diz respeito à pesquisa em documentos na base de dados da Hemeroteca Digital, recorreremos ao procedimento mostrado na Figura 04, a seguir.

Figura 04 - Procedimento de busca na Hemeroteca Digital

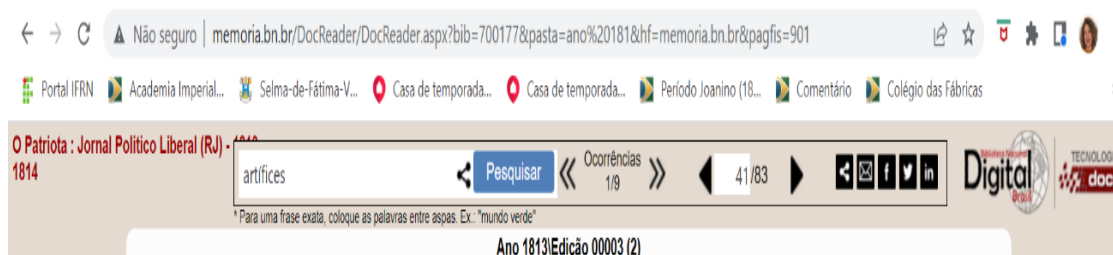
Fonte: Hemeroteca Digital, periódicos (2022)

Como demonstrado na Figura 4, selecionamos o período de 1810 a 1819 e obtivemos 8 respostas, de um total de 21 que faziam referência a esse período ou que eram desse período. Clicando no ícone “pesquisar”, fomos remetida para a tela com os 21 periódicos desse recorte. A partir de então, fomos selecionando os que correspondiam aos anos pesquisados e que eram do Rio de Janeiro, um total de 6, dos 8 que faziam referência ao período, a saber: O Patriota: Jornal Político Liberal (RJ), 1813 e 1814; Almanach Rio de Janeiro (RJ), 1816 a 1827; O Testamento de Judas (RJ), 1819; Gazeta do Rio de Janeiro (RJ), 1809 a 1822; Gazeta do Rio de Janeiro (RJ), 1817; e A Rua: número único (RJ), 1817.

Os procedimentos adotados para as buscas foram estes: colocamos na caixa de busca os termos que faziam referência às instituições pesquisadas, tais como: “fábrica”; “colégio”; “arsenal”; “artífices”; “seminários” “aprendizes”; “ofícios”; “arte”. A partir das respostas com o número de ocorrências, em cada periódico, de alguns desses fazíamos a leitura, para verificar se os termos encontrados faziam referência ao assunto pesquisado.

A Figura 5 mostra como exemplo o termo “artífices” e a quantidade de ocorrências desse termo no jornal "O Patriota Político Liberal" (RJ), 1813 e 1814.

Figura 05 - Quantidade de ocorrências na busca com o termo “artífices”



Fonte: Hemeroteca Digital, periódicos, jornal O Patriota (1814)

Esse percurso realizado nos jornais da época nos fez lembrar o que Ginzburg (1989) relata sobre o “ato do caçador” à procura da caça, no qual ele segue os rastros, as pegadas, os tufo de pelos deixados por sua presa. Nesse sentido, o caminho realizado a partir das buscas nos periódicos com os termos que remetiam às instituições investigadas pode ser comparado à experiência de Ginzburg, pois esses termos nos levaram a encontrar “a nossa presa”, ou seja, pequenas informações que remetiam a outras, na constituição de um mosaico sobre as instituições investigadas.

As pistas encontradas nas fontes identificadas até esse momento contribuíram para percorrermos os caminhos rumo ao pesquisado para além do já dito pelos autores. Os decretos nos trouxeram os rastros iniciais sobre como era a constituição, a organização e o funcionamento das instituições investigadas; identificamos as semelhanças e diferenças presentes entre uma e outra no que diz respeito a seu fazer, sua finalidade e seu funcionamento. Quanto aos jornais², trouxeram-nos informações sobre algumas das instituições estudadas, como os Seminários de Órfãos e o Arsenal de Guerra do Exército.

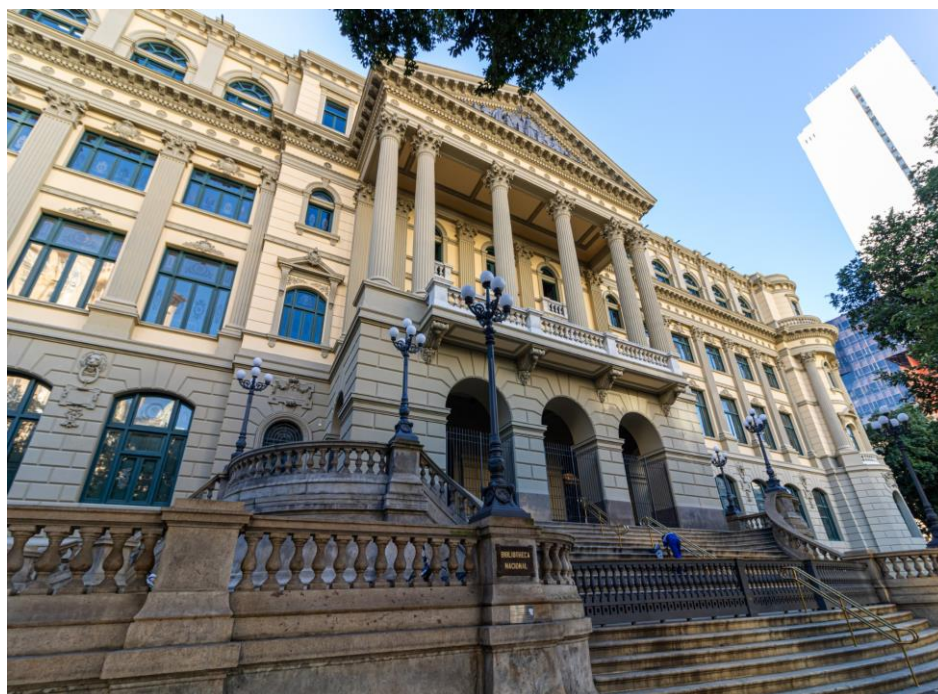
Quanto aos periódicos A Rua: número único (RJ), 1817, e O Testamento de Judas (RJ), 1819, não nos trouxeram informações sobre as instituições pesquisadas. Nos demais, encontramos “pegadas”, registros sobre elas, como, por exemplo, notícias sobre os Seminários de Órfãos e o Arsenal Real do Exército.

No que concerne à Biblioteca Nacional (BN), ela é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção do conhecimento intelectual do país, possuindo mais de

² [...] a imprensa tem se configurado nas últimas décadas como relevante fonte para as pesquisas no campo da História. Azevedo, Pessoa e Medeiros Neta (2020, p. 45).

dois séculos de história. Seu acervo compreende em torno de 9 milhões de itens e vem crescendo constantemente a partir da lei do depósito legal³. É considerada nacional por ser beneficiada pelo instituto do depósito legal, elaborar e divulgar a bibliografia brasileira e ser o centro nacional de permuta bibliográfica. O portal institucional⁴ consolida informações sobre a instituição, permitindo, assim, o acesso aos catálogos *online*, dentre outros serviços disponibilizados.

Figura 06 - Foto da Biblioteca Nacional



Fonte: Fvolu (2023)

Trazendo à memória o contexto de criação da BN, ele remete ao ano de 1808, com a chegada do acervo inicial ao Brasil, vindo de Portugal, o que se deu em virtude da chegada da família real, quando da invasão das tropas de Napoleão Bonaparte a Portugal. Com a família real, desembarcaram em torno de 60 mil peças, entre livros, manuscritos, mapas, estampas, moedas e medalhas (*site da BN*).

³ O depósito legal consta do envio de um exemplar de cada umas das publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, conforme as Leis n. 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010. Tem como objetivo assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e à formação da Coleção Memória Nacional. Nele estão incluídas obras de natureza bibliográfica e musical.

⁴ <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

Já o Arquivo Público é uma unidade básica da Secretaria da Casa Civil que tem a missão de implementar a política estadual de arquivos, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual. O acervo arquivista da APERJ tem um espaço de em torno de 4 mil metros ocupados por documentos que trazem a memória da história do Estado do Rio de Janeiro a partir de meados do século XVIII. O acervo bibliográfico é composto por cerca de 10 mil títulos e 37 mil volumes de obras gerais e de referência, periódicos (jornais e revistas), publicações, coleções pessoais e impressos pertencentes aos arquivos e coleções institucionais.

Figura 07 - Foto do Arquivo Público



Fonte: Araújo (2023)

A visita ao acervo da Biblioteca Nacional, ao do Arquivo Nacional e ao do Colégio Pedro II, localizados na cidade do Rio de Janeiro, foi um momento rico e de muito aprendizado. Fez-nos viajar no tempo e imergir em contextos e termos desconhecidos. Tivemos que lidar com documentos muito antigos e frágeis que dava receio manusear devido à possibilidade de danificá-los. Naquele momento, refletimos sobre a necessidade de preservação e conservação dos documentos e sobre como eles, se não forem tratados e digitalizados, podem perder-se no tempo e, assim, parte da nossa história deixar de existir.

Dentre os locais visitados, no arquivo do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II (NUDOM), situado no Colégio Pedro II (prédio histórico), no Rio de Janeiro, foram-nos apresentados alguns documentos que tinham sido restaurados e nos informaram sobre os custos desse procedimento. Pudemos tomar conhecimento de quanto é dispendioso fazer o restauro, a preservação e a digitalização dos documentos e como são escassos os recursos destinados para tais atividades.

A pessoa responsável pelo NUDOM, a servidora bibliotecária Elisabeth Monteiro, falou-nos como aconteceu o processo de restauração. Mostrou-nos fotos da origem do Colégio Pedro II que vieram do Seminário de São Joaquim, instituição objeto da nossa pesquisa nos oitocentos. Passamos, assim, a conhecer, por meio de fotos e registro em livros, o local onde funcionou o Seminário, como ele foi mudando ao longo do tempo, quais modificações ocorreram na geografia da cidade para a promoção de reformas no prédio que passou a abrigar o colégio.

O que nos motivou a visitar o arquivo do Colégio Pedro II foi saber que a instituição teve origem a partir do Colégio São Pedro, que se tornou, posteriormente, Seminário de São Joaquim. Pelos relatos da bibliotecária, tomamos ciência de que muito da documentação do colégio foi perdida e que não há registros, documentos, que possam compor a história dessa instituição na época em que funcionou sob a denominação de “Seminário de São Joaquim”.

A ida aos arquivos de forma presencial foi uma experiência muito nova e instigante, uma vez que nos permitiu ir a outros arquivos que não estavam em nosso planejamento inicial. Uma conversa com um professor historiador do Colégio Pedro II e com a bibliotecária, nos fez ampliarmos nosso lócus de pesquisa.

Essa ampliação abrangeu, além do Nudom, o Arquivo do Colégio Pedro II, o arquivo do Seminário de São José e o da catedral da Diocese do Rio de Janeiro. Foi uma jornada necessária, uma vez que foi recomendada pelas pessoas acima mencionadas, alegando a possibilidade de encontrarmos fontes que contribuíssem para o estudo.

Tivemos acesso ao arquivo do Seminário de São José, o que nos possibilitou ter acesso à história desse seminário, por meio de dois livros fornecidos pela bibliotecária responsável pela guarda da documentação desse

local. Ela nos informou que não constam documentos relacionados à fundação e ao funcionamento dele, porém o que existe da memória do estabelecimento está no livro intitulado *Seminário Arquidiocesano de São José, resumo histórico*, de autoria do Monsenhor Maurílio de César de Lima, publicado pela Editora Restauro, em 2004, e no livro de Antônio Alves Ferreira dos Santos, denominado *A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro. Subsídio para história eclesiástica do Rio de Janeiro*, publicado pela Typografia Leuzinger, em 1914. Em razão do extravio da documentação do seminário, utilizaremos esses livros como fontes.

O livro de Lima relata que existiam vários documentos sobre o seminário:

[...] encontramos documentos vários. Infelizmente, volumes que compulsamos nos anos quarenta do século passado, parece não mais existir. Tivemos em nossas mãos um livro de matrículas de aula, de 1812 a 1844, outro de matrículas no Seminário, de 1863 a 1901 [...] (LIMA, 2004, p. 19).

Em relação ao arquivo da diocese do Rio de Janeiro, analisamos alguns documentos disponibilizados pela responsável pelo arquivo, na busca de informações sobre os Seminários de Órfãos, que estavam ligados à igreja, porém não encontramos nenhum vestígio nas fontes analisadas.

Essa busca nos arquivos nos fez perceber que o que pesquisamos está espalhado em lugares distintos, que é necessária a junção dos achados para se obterem evidências da memória dessas instituições. Ficou evidente também que muito da história desses estabelecimentos se perdeu ao longo do tempo, não ficando registros de como elas se constituíam na prática.

Essa interação com as fontes históricas nos acervos documentais é condição fundante da operação historiográfica. Para Le Goff (2003, p. 535), a fonte, ou documento, nos traz informação histórica, “não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detenham o poder”. Dessa forma, o *corpus* documental da época foi o arcabouço que nos serviu de fio para tecer a reconstituição histórica da aprendizagem de ofícios no período joanino, no Brasil, pautada por essa construção histórica, o que nos levou a refletir sobre os espaços sociais, sobre como eles se constituem em um dado momento.

Essas informações, geralmente, são encontradas em arquivos, que, segundo Rampazzo (2005), podem ser públicos ou privados e, para sua análise documental, é necessário levar em consideração algumas premissas, a saber: qual o contexto de criação do documento; quem são os autores; a autenticidade, a confiabilidade, os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Nesse movimento de busca de rastros que nos permitissem aproximar-nos de como eram constituídas as instituições de aprendizagem de ofício no período analisado, decidimos ampliar nosso olhar para essa época, na perspectiva de verificar se já começaria a desenhar-se uma cultura da aprendizagem de ofício. Assim, tomamos como ponto de partida para a análise o conceito de cultura escolar: “[...] um conjunto de normas e práticas que definem o que se ensina e se aprende e que são transmitidas em cada época” (JULIA, 2001, p. 10). Nesse entendimento, a cultura escolar é permeada pelas práticas escolares, as quais nos levam a compreender a organização e o funcionamento de uma instituição escolar. É por meio delas que se torna possível “compreender as modificações que surgem de geração em geração” (JULIA, 2001, p. 34).

Para a consecução dos objetivos propostos, os documentos são as principais fontes utilizadas, sejam eles jornais, decretos, alvarás, dentre outros que possam contribuir para o estudo. As fontes abrigam a memória da humanidade e é a partir delas que se constrói um dado objeto, no caso em tela escolhemos historiar as instituições educativas e a aprendizagem de ofícios. A respeito delas Magalhães (2004, p. 113 afirma: “Na relação entre análise institucional e história das instituições escolares e das práticas educativas podem verificar-se indefinições, cuja explicitação é um desafio ao aprofundamento da análise”. Ainda conforme esse autor,

[...] se se buscam um significado e um sentido histórico para o processo de institucionalização da educação escolar, eles surgem sumariamente na resposta à complexificação estrutural e organizativa, na atualização curricular e didática, no esforço do estar um processo dialético, marcado por frequentes tensões, quer pela integração e inclusão de novos públicos, quer por desafios de modernização, quer pela conflitualidade com outras instâncias de (in)formação (MAGALHÃES, 2004, p. 46).

Assim, esta pesquisa buscou, nos documentos da época do período joanino no Brasil, vestígios que trouxessem informações sobre as instituições

educativas destinadas ao ensino profissional, tendo como premissa que esses espaços educativos começaram a desenvolver uma formação voltada para o trabalho, para a aprendizagem de ofícios.

Constatamos que, a partir do ano de 1808, o Brasil passou por intensas mudanças, em especial a cidade do Rio de Janeiro, quando da chegada da família real ao Brasil. Essas transformações no âmbito da educação foram percebidas na criação de disciplinas e cursos no estabelecimento das instituições de aprendizagem de ofício de maneira institucionalizada.

A análise documental procurou pistas sobre como foi esse processo, que elementos estavam presentes e como eles se configuraram à época. Sobre isso, Magalhães (2004, p. 48) esclarece que, no âmbito da história das instituições escolares, “[...] a instrução e a formação comportam as noções de aprendizagem e de organização: formação, conteúdos, programa, horário, tarefa/realização e uma racionalidade organizacional e de especialização”.

Desse modo, o processo de institucionalização da educação é compreendido como um processo histórico que acontece em diferentes fases e contextos e depende das intenções presentes no momento social em que se apresenta, fazendo parte, assim, de um complexo interativo e organizacional que a envolve. Percebemos que sua evolução ao longo do tempo se deu também acompanhada desses elementos que a perfazem, seja de ordem cultural, social, política ou econômica. Magalhães (2004, p. 58) diz que

Historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e “compromissos” sociais como condição instituinte de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projetos dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural do contexto.

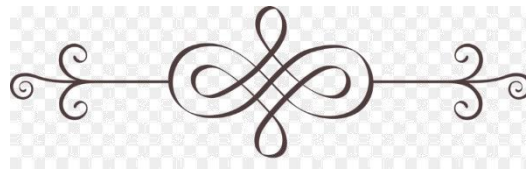
Portanto as relações estabelecidas nas instituições educativas ocorrem por meio de um processo que está permeado de representações e tradições que compõem esse espaço educativo e que, no fazer historiográfico, precisa ser considerado para compreensão da construção histórica dessas instituições.

Em relação à disciplina presente nas instituições de aprendizagem de ofícios pesquisadas, Foucault (1999, p. 165, grifo do autor), em sua obra *Vigiar e Punir*, traz perspectivas sobre a disciplina do corpo, para o tornar dócil. Ele diz que “a disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos

‘dóceis’.” Enfatiza que a disciplina sempre esteve presente no funcionamento de colégios, nas organizações militares, nas oficinas e nos hospitais e que ela ocorre quase sempre para atender as exigências de determinada conjuntura.

No Colégio das Fábricas, na Companhia de Artífices e nos Seminários de Órfãos, percebemos que estavam presentes a hierarquia, a subordinação e a obediência. No colégio, na relação mestre-aprendiz; na Companhia de Artífices, imposta pelo regime militar; nos seminários, pelo imperativo religioso, na relação episcopal com os seminaristas.

Na próxima seção, discorreremos sobre o contexto político e econômico do período joanino no Brasil, trazendo fatos e acontecimentos que contribuíram para a vinda da família real para o Brasil.



3 CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO DE CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS

Figura 08 - O primeiro passeio de D. João VI e D. Leopoldina na Quinta da Boa Vista. Óleo sobre tela de Nicolas-Antoine Taunay (1818)



Fonte: Lago (2008)

A transferência da sede do reino português para o Rio de Janeiro, em 1808, deu ao Brasil *status* de nação soberana[...] com isso, iniciou-se o processo de formação do Estado nacional, gerando, em seu bojo, o aparelho educacional escolar, que persistiu durante um século e meio, basicamente com a mesma estrutura (CUNHA, 2005, p. 59).

A Figura 8, com a arte de Taunay (1818) que abre esta seção, diz sobre o momento em que D. João VI saiu em comitiva para realizar seu primeiro passeio pela cidade do Rio de Janeiro, com vistas à apropriação de sua geografia, ocasião em que pôde conhecer o contexto da cidade em que habitaria por duas décadas, que ficou conhecido por período joanino no Brasil.

O período joanino no Brasil ocorreu entre os anos de 1808 e 1822, nas duas primeiras décadas do século XIX. Foi marcado por intensas transformações de ordem política, econômica, cultural e educacional, mudanças, essas, provocadas pelo estabelecimento da corte nas *terras brasílicas*, devido ao fato de a Europa estar vivenciando as guerras napoleônicas. A cidade do Rio de Janeiro foi forçada a passar por mudanças de forma abrupta, como consequência da presença da corte portuguesa.

Em 1806, Napoleão Bonaparte determinou o bloqueio continental, que tinha como finalidade a proibição às nações europeias de comercializar com a Inglaterra, com o objetivo de enfraquecê-la economicamente. Porém tal medida não teve sucesso duradouro; logo depois, a Inglaterra conseguiu superar a situação, com a conquista de novos mercados para seus produtos. Nesse contexto, em 1807, Napoleão determinou a invasão da Espanha e de Portugal, o que ocasionou a decisão do príncipe regente D. João VI de transferir a corte portuguesa para o Brasil.

Foi, então, no ano de 1808 que a Coroa portuguesa viajou, aportando no Brasil. De acordo com Cunha (1979), Portugal assinou com a Inglaterra um acordo secreto para dar suporte à viagem da corte; em contrapartida cedia o espaço da ilha da Madeira para servir de base militar para a Inglaterra. Esse acordo previa também a liberação dos portos brasileiros para a Inglaterra fazer suas trocas comerciais com o Uruguai e a Argentina. A família real portuguesa saiu do seu território sob a proteção da esquadra inglesa. Foram 36 navios

portugueses, que traziam, além da corte, “15 mil nobres, funcionários civis e militares, além da metade do dinheiro em circulação no reino” (CUNHA, 1979, p. 07). Houve, assim, uma transferência do aparelho estatal português para o Brasil.

D. João VI e sua corte foram recebidos com festividades no Rio de Janeiro: a cidade se enfeitou, e os moradores se arrumaram para ver a chegada dos nobres, que passariam a fazer parte de seu convívio diário. A corte e a cidade se entreolharam com um misto de espanto e admiração ao se depararem com tantas novidades, pois, de acordo com Silva (2008, p. 10), “Havia de tudo: desde oficiais militares em garbosos uniformes até carregadores africanos com apenas um pedaço de pano a cobrir as virilhas.” Todas essas novidades trouxeram junto a preocupação com a chegada de tanta gente,

[...] entre 3.500 e 4.500 pessoas, que foram desembarcando ao longo de dois meses, sem contar os tripulantes dos navios que somariam a mais de 7.500 indivíduos e a necessidade de abrigá-los. D. João ficou com D. Carlota e os filhos no Paço do Vice-Rei; a Rainha demente, no Convento do Carmo, do outro do lado da rua direita. [...] muitos se apressaram em ceder sua casa, ou parte dela aos recém-vindos (SILVA, 2008, p. 10).

Registra-se que de 1808 a 1818 se construíram, no Rio de Janeiro, 600 casas e 150 chácaras, crescendo extraordinariamente o movimento do porto da cidade e

[...] aumentando correlativamente o commercio da praça, sobretudo dando mostras de permanecer acampada na América a Côrte Portugueza, entrou o Rio não só a tomar com rapidez um notável incremento de cultura como a exercer uma acção social sobre toda a colônia (LIMA, 2019, p. 98).

Conforme Silva (2008, p. 10),

[...] ao trasladar-se com a Família Real para o Rio de Janeiro, onde desembarcou em 8 de março de 1808, o Príncipe Regente mudava a capital do reino (ou, melhor, do império) de Portugal para o Brasil. Não chegava ele ao Rio como foragido ou exilado, mas como soberano em ‘solo seu’.

Com essa atitude, D. João VI poupou os súditos que eram próximos da corte de padecer humilhações por parte de Napoleão bem como preservou o território de Portugal, que o imperador francês queria separar das terras

americanas. D. João faria guerra com a França, uma vez que não tardou em declarar guerra à Guiana Francesa e invadir Caiena, pois, apesar de estar em solo brasileiro, continuava sua articulação externa com outros países.

Logo que chegou ao Brasil, ainda na Bahia, D. João VI abriu os portos às nações amigas, por meio do alvará de 1º de abril de 1808 e, poucos meses depois, passou a permitir a instalação de fábricas no Brasil, o que, até então, estava proibido, por meio do alvará de 05 de janeiro de 1785, com exceção das fábricas destinadas à produção de fazendas grossas de algodão para a feitura das roupas dos negros ou para empacotar tecidos.

Conforme Fonseca (1961), essa proibição de funcionamento de fábricas no Brasil vinha de outras épocas, desde 1706. O fato ocorreu por causa do receio que havia de o Brasil ficar independente de Portugal, devido à ameaça de perda das muitas riquezas aqui produzidas. Assim, o ensino de profissões ficou inviabilizado nesse período, em virtude da falta de indústrias para o desenvolvimento das atividades daqueles que possuíam alguma arte. O trecho do alvará de 1785, a seguir, destaca a preocupação que Portugal tinha com as riquezas produzidas no Brasil

O Brasil é o país mais fértil do mundo em frutos e produtos da terra. Os seus habitantes têm por meio da cultura, não só tudo quanto lhes é necessário para o sustento da vida, mas ainda muitos artigos importantíssimos, para fazerem, como fazem, um extenso comércio e navegação (BRASIL, 1785, n. p.).

Em 1815, em virtude das pressões advindas dos países que compunham o Congresso de Viena, D. João elevou o Brasil à categoria de Reino Unido, passando a ser chamado de Reino de Portugal, do Brasil e de Algarves. As transformações ocorridas no Brasil nessa época foram tantas que criaram as condições para a independência política do Brasil como também influenciaram de forma expressiva o ensino de ofícios. Como afirma Manfredi (2002), o Brasil deixou de ser colônia e passou a ser sede do reino português, o que acarretou uma série de mudanças, inclusive de cunho econômico:

Do ponto de vista econômico, extinguiram-se as relações de intercâmbio e de exploração características do modelo Metrópole-Colônia. A economia brasileira deixou de basear-se apenas na agroindústria voltada para o sistema colonial de

trocas. Iniciou-se a implantação de atividades e de empreendimentos industriais estatais e privados, para subsidiar o comércio que interessava à Metrópole (MANFREDI, 2002, p. 72).

De acordo com Fonseca (1961), o príncipe regente recebeu o título de fundador de instituições, devido a seu empenho em articular o desenvolvimento da indústria no Brasil com o estabelecimento de instituições de formação profissional para os ofícios. A Figura número 09 mostra a pintura do D. João VI produzida por Debret. O príncipe viu no Brasil a abundância de riquezas que poderiam ser exploradas, se houvesse planejamento e incentivo ao desenvolvimento da indústria. Para isso, começou a organizar e sistematizar dois projetos: um econômico-financeiro e o outro educacional, os quais caminharam em paralelo durante seu reinado.

Pelas ações do príncipe, percebe-se que esses dois projetos estavam imbricados e que um dos intuitos era estabelecer um projeto de educação para o Brasil, voltado para a formação do trabalhador, para a criação de espaços de formação, preparando mão de obra para atuar nas fábricas a serem criadas. Conforme Cunha (2005, p. 71)

[...] o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário/superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

Foi com essa intenção que D. João VI criou o Colégio das Fábricas, em 1809, e a Companhia de Artífices do Exército, em 1810. Seu intuito era criar escolas de formação especializadas, seja para o comércio, seja para a artilharia, tudo isso com a finalidade de mudar a forma de pensar e operacionalizar o desenvolvimento da economia no Brasil.

Figura 09 - Retrato de D. João VI, fundador de instituições, o qual desempenhou papel de relevo na história do ensino profissional no Brasil



Fonte: Pintura a óleo sobre tela, de Jean Baptiste Debret. Acervo do Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro (1817)

Para viabilizar esses projetos, D. João VI começou com ações que permitiram os caminhos para sua efetivação: instituiu o alvará de 1º de abril de 1808, que permitia a instalação de fábricas no Brasil bem como abriu os portos às nações estrangeiras. Conforme descrito no alvará citado, ele via na manufatura e na indústria uma forma de apropriação e exploração das riquezas do Brasil, com o objetivo de tirar o povo do ócio e valorizar a agricultura e a arte.

Corroborando essa ideia de que D. João VI tinha dois projetos para o desenvolvimento do Brasil, Cunha (2005, p. 69) menciona “que ao mesmo tempo em que se formava o Estado Brasileiro criava-se, também, um novo aparelho escolar”. As primeiras instituições de ensino começaram a se estabelecer, principalmente na cidade do Rio de Janeiro e na Bahia.

Ainda de acordo com esse autor (2005, p. 69), a fundação dessas instituições educativas pelo príncipe regente tinha a finalidade de “preparação de pessoal especializado na guerra, na produção de mercadorias e na preparação para os serviços”, o que justifica a criação do Colégio das Fábricas e da Companhia do Arsenal Real do Exército logo após sua chegada ao Brasil.

Fonseca (1961, p. 105) relata que a primeira fábrica em funcionamento é datada de 1811 e tinha a finalidade de produzir galões de ouro e prata. No ano seguinte, em 1812, mais três fábricas “foram criadas, uma de massas alimentícias e duas de tecidos de algodão, além das primeiras lupas de ferro que Eschwege⁵ produziu na pequena fábrica do Prata”. No ano seguinte, foram criadas duas fábricas: uma de chocolate e outra de tecidos.

E não para por aí o surgimento de fábricas: no ano de 1814, foi criada a primeira oficina de caldeiraria; em 1816, instalava-se uma destilaria; em 1818, a fábrica de pólvora; em 1820, mais três fábricas: uma de papel, uma de rapé e uma estamperia de tecidos de algodão. Além disso, surgiram também pequenas indústrias: “oficinas de calçados, de tamancos, de esteiras, de pequenos objetos de uso doméstico, cerâmicas de peças de barro, e modestas tipografias”.

De acordo com Cunha (2000), a política de D. João VI no Brasil era baseada no incentivo às produções de particulares, na isenção ou redução de direitos alfandegários das matérias primas bem como de outros insumos importados ou exportados, na moderação no recrutamento militar nas regiões onde a agricultura e a arte eram predominantes, pelo incentivo financeiro aos inventores de máquinas e processos manufatureiros. Além dos incentivos a iniciativas privadas, D. João investiu em manufaturas estatais e empresas de economia mista, como hoje são conhecidas. Essas empresas eram voltadas para a metalurgia do ferro, para atender, principalmente, as oficinas militares e a construção civil.

De acordo com Lima (2019), as comunicações da capital com as capitanias do interior eram difíceis, exigindo longos dias de viagem. O que acontecia no Rio de Janeiro era indiferente às pessoas que moravam no interior.

⁵ O barão Wilhelm Ludwig von Eschewege, engenheiro militar alemão a serviço do Exército lusitano, diretor da siderurgia de Figueiró dos Vinhos, em Portugal, veio para o Brasil em 1811 para ocupar cargos militares e civis na burocracia do Estado (CUNHA, 2005, p. 64).

Nessa época, as fronteiras do país eram incertas, o que favoreceu a ocupação pelos portugueses principalmente das regiões Sul e Sudoeste do Brasil, com a intenção de apoderar-se das terras de povos que viviam às margens dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai.

Para auxiliá-lo na administração do Brasil, D. João VI criou alguns órgãos, dentre os quais o Erário Régio, que tinha como presidente D. Fernando José de Portugal, e o Conselho da Fazenda, ambos estabelecidos pelo Decreto de 28 de junho de 1808. Esses órgãos teve o objetivo de controlar as finanças e a administração nesse período. Conforme o decreto de criação, o Erário Régio era assim composto: Tesouraria-Mor, Mesa, três Contadorias-Gerais, uma Tesouraria-Geral dos Ordenados, Pensões de Juros e Terças. Já o Conselho da Fazenda, que já existia, em outro contexto, na cidade de Salvador, foi apenas reconfigurado em suas atribuições. Tinha em sua composição o governador-geral, o juiz dos feitos da Fazenda, o provedor-mor, o procurador da Fazenda e dois ministros da relação.

Ainda com vistas a contribuir com a administração e a organização da corte no Brasil, foi criada também a Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, pelo Alvará de 23 de agosto de 1808, com o objetivo de adequar as novas demandas vigentes. Posteriormente, por meio do Alvará de 15 de julho de 1809, foi instituída a Aula de Comércio da corte, que tinha como finalidade o ensino das práticas contábeis e mercantis e era de caráter estritamente prático.

Cunha (2000) relata que algumas medidas adotadas pelo príncipe regente à época desagradaram alguns colonos. Foi o caso da distribuição de cargos e privilégios à aristocracia portuguesa, deixando a elite brasileira à parte desse processo. Somado a essa atitude, houve o aumento dos impostos para poder bancar o luxo em que a corte vivia. Como consequência, algumas regiões, insatisfeitas, começaram a mobilizar-se em uma atitude de resistência, como foi o caso de Pernambuco, que iniciou um movimento separatista e republicano, influenciado pelas ideias iluministas. Esse movimento ficou conhecido por Revolução Pernambucana, a qual foi fortemente reprimida, culminando com a morte de seus líderes.

No que tange ao desenvolvimento do Brasil em razão do estabelecimento da corte, destaca-se a criação da imprensa brasileira, datada de 1808, quando

da chegada da família real. A transferência da corte para o Brasil trouxe a possibilidade do advento da imprensa e o desenvolvimento intelectual, pois até então era proibida qualquer atividade de imprensa, inclusive circulação de jornais, livros ou outras coisas do gênero.

No dia 13 de maio de 1808, foi criada a Real Impressão, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte. Os primeiros profissionais que passaram a realizar as atividades gráficas vieram de Portugal: Caetano Rivara, Paulo dos Santos Ferreira e Frei José Mariano da Conceição Veloso, que ficaram conhecidos como os pioneiros das artes gráficas no Brasil. De acordo com Fonseca (1961, p. 96),

É indiscutível a importância daquele decreto para o desdobramento da nossa cultura, que se achava até então tolhida em seus anseios de expansão, pois as únicas oficinas gráficas de que se tem notícia entre nós foram fechadas, a primeira em 1706, no Recife, e a segunda em 1747, no Rio de Janeiro, a qual funcionava com o beneplácito de Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela, sendo, ambas, fechadas por ordem do governo português.

Com o funcionamento da Gazeta Régia na cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil à época, surgiu o primeiro jornal impresso, que tinha, inicialmente, a finalidade de dar publicidade aos comunicados do governo, porém não podia haver publicações contra o governo ou a igreja católica. Destacamos, nesse sentido, que a instauração da imprensa em solo brasileiro ocorreu de maneira tardia, uma vez que na Europa ela já existia desde o século XVI.

De acordo com Fonseca (1961), os serviços da real impressão se intensificaram rapidamente, requerendo a ajuda de mão de obra qualificada para auxiliar nas atividades. Então introduziram-se aprendizes nas casas. Diante do exposto, em 1811, a Decisão nº 10 passou a regulamentar o trabalho dos aprendizes, conforme trecho abaixo transcrito:

[...] e sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor servido ordenar que na admissão dos aprendizes se procure principalmente aqueles que saibam ler e escrever, e que não tenham excedido a idade de 24 anos [...] é sua Alteza Real servido que os aprendizes que forem admitidos à Impressão

Régia não poderão dali sair antes do prefixo espaço de Cinco anos [...] (BRASIL, 1811, n. p.).

Outro benefício do período joanino foi a criação do Banco do Brasil, o qual começou a operar no ano de 1809, com sede no Rio de Janeiro e sucursais na Bahia e em São Paulo. Essa importante agência financeira que perdura até os dias atuais. Conforme Cunha (2005, p. 65), “era um banco de depósito, descontos e emissões, indispensável para o fornecimento de crédito mercantil para os negócios de exportação.”

A Real Biblioteca, núcleo da atual Biblioteca Nacional, foi outro legado deixado por D. João VI. Criada por meio do Decreto de 28 de outubro de 1810, foi constituída, inicialmente, pelos 60 mil volumes trazidos de Portugal, em três viagens de navio, entre os anos de 1810 e 1811. Teve suas instalações acomodadas no Hospital do Convento da Ordem Terceira do Carmo. Essa ação foi realizada com vistas à preservação do acervo das obras raras de língua portuguesa, como *Os Lusíadas*, e visava também ao estímulo à leitura e à produção de novas obras. Com o retorno a Portugal, D. João levou parte do acervo da Biblioteca Real de volta.

A criação do Museu Real faz parte das iniciativas de D. João VI quando de sua estada no Brasil. A instituição foi fundada em 06 de junho de 1818 e ficou instalada no Campo de Santana, localizado na praça da República, no Rio de Janeiro. Tinha como objetivo inicial incentivar novos estudos nas áreas de botânica e zoologia. Não possuía acervo próprio; começou a funcionar com algumas doações de D. João, peças de arte, gravuras, objetos de mineralogia, artefatos indígenas, animais empalhados e produtos naturais.

Figura 10 - Inovações do período joanino no Brasil



Fonte: Elaboração própria (2023)

Vale salientar que, apesar de todas essas mudanças provocadas pelo estabelecimento da corte no Rio de Janeiro, a uma parcela significativa da população não era permitido usufruir desses benefícios: muitos estavam na condição de serviçais, como era o caso dos homens livres pobres e dos escravizados. Nessa época, a mão de obra escravizada ainda era numerosa - mais da metade da população -, eram escravizados, embora a Coroa portuguesa enfrentasse pressões inglesas pelo fim do tráfico. De acordo com Meirelles (2017, p. 189), “[...] os escravos e os homens livres pobres, no dia a dia, circulavam por todas as áreas da cidade, estando, muitas vezes, mais próximos da Corte do que o desejado pelos próprios cortesãos”.

Predominantemente, a sociedade colonial brasileira se mantinha na dependência do trabalho escravo, base econômica que mantinha uma produção

primária, por força da lógica agroexportadora dos latifundiários, ainda que contrariando as orientações diplomáticas internacionais apresentadas pelos comerciantes e políticos ingleses liberais.

Segundo Oliveira (2005, p. 8), para que a corte se estabelecesse no Rio de Janeiro foram realizados alguns acordos, por meio de algumas trocas, como mencionado de maneira breve anteriormente e reforçada na citação a seguir, na qual se diz que houve concessão de favores por meio de troca de títulos, arrecadação de impostos e isenções para alguns colonos beneficiários.

E a corte imigrada precisou de recursos financeiros, providos pelos negociantes imigrados ou nativos da província do Rio de Janeiro. Os créditos para a nobreza e o auxílio para os cofres públicos são conferidos em troca de títulos, concessões de monopólios (por exemplo contratos de arrecadação de impostos) e isenções. Compõe-se uma corte, nas terras do Brasil, formada por uma nobreza imigrada, burocratas de alto escalão, serviçais e negociantes.

Ainda para fomentar a estada da corte no Rio de Janeiro, no decorrer do governo joanino foram criados vários impostos, como o da décima, sobre os prédios urbanos; o de 600 réis por arroba de algodão exportado; o da ciza, sobre a compra e venda de bens de raiz; e o da meia ciza, sobre os escravos ladinos⁶. Ainda havia o imposto de cinco réis em cada arrátel⁷ de carne fresca de vaca e os impostos do papel selado e das heranças e legados (RIBEIRO, 2008).

Outro destaque dado à pessoa de D. João VI por Laurentino Gomes, em sua obra *1808*, publicada em 2007, é que sua história não se resume às figuras caricatas e às graçolas que alguns fazem dele, mas retrata que sua fuga para o Rio de Janeiro ocorreu

[...] num dos momentos mais apaixonantes e revolucionários do Brasil e de Portugal, em que grupos de interesses tão diversos, como monarquistas, republicanos, federalistas, separatistas, abolicionistas, traficantes e senhores de escravos se opunham,

⁶ Africanos considerados social e culturalmente adaptados: sabiam falar português e transitavam pela sociedade escravocrata com certa desenvoltura (o que não significa aceitação ou passividade).

⁷ O arrátel foi a unidade de peso fundamental do antigo sistema português de medidas. Até à adoção do sistema métrico, no século XIX, o arrátel foi usado em Portugal, no Brasil e em outros territórios do ultramar português.

numa luta pelo poder que haveria de mudar radicalmente a história desses dois países (GOMES, 2007, p. 20).

Nesse sentido, o autor defende que é natural a visão que se tem de D. João VI, Carlota Joaquina e sua corte, em virtude dos interesses políticos que estavam envolvidos. Ainda de acordo com Laurentino Gomes, três homens exerceram papel fundamental na história de D. João VI: além de ajudarem em situações de sua vida pessoal, orientaram-no na tomada de decisões que marcariam profundamente seu reinado.

O primeiro foi D. Rodrigo de Sousa Coutinho, que se tornou o principal responsável pela mudança da corte para o Brasil. Foi-lhe atribuído também o desenvolvimento dos territórios portugueses na América. Sua morte, em 1814, deixou um vácuo no governo que jamais D. João conseguiu suprir.

O segundo homem foi Antônio de Araújo e Azevedo, o conde da Barca. Considerado um dos intelectuais mais ilustres da corte no Brasil, foi responsável por trazer as máquinas impressoras inglesas que inaugurariam a imprensa aqui e por mudanças significativas na área da cultura e das ciências, inclusive a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816. Faleceu no ano de 1817.

Na fase final do governo de D. João VI no Brasil, um terceiro homem foi decisivo na sua vida: Thomaz Antônio Villa Nova Portugal. Sucessor dos dois primeiros mencionados, nele o rei confiava cegamente para a tomada de decisões. De acordo Com Laurentino, “Foram esses três homens que ajudaram a salvar a biografia de D. João VI, aparentemente condenada ao fracasso caso dependesse apenas dos traços de sua própria personalidade”. (GOMES, 2007, p. 156).

Ainda nos registros de Gomes, é-nos relatado que o período em que a corte esteve estabelecida no Brasil foram anos muitos dispendiosos para os cofres do Erário Real, provocando um déficit enorme. As despesas mais que triplicaram, cresciam sem parar, devido ao consumo excessivo de alimentação, pagamento de serviços e empregados, dentre outros gastos, provocando, inclusive, escassez de alguns gêneros alimentícios.

Quando do seu retorno a Portugal, D. João VI levou consigo todas as barras de ouro e os diamantes que a Coroa mantinha nos cofres do Banco do Brasil, o que provocou a falência do banco anos depois, em 1829. Vale destacar

que um conjunto de ações levou a essa situação, começando pela finalidade para a qual o banco foi criado quando da chegada da família real ao Brasil.

Pela carta régia de outubro de 1808, o capital do Banco do Brasil seria composto de 1200 ações no valor unitário de um conto de réis. Para estimular a compra dessas ações, a Coroa estabeleceu uma política de toma-lá-dá-cá. Os novos acionistas eram recompensados com títulos de nobreza, comendas e a nomeação para cargos de deputados da Real Junta do Comércio, além da promessa de dividendos muito superiores aos resultados gerados pela instituição (GOMES, 2007, p. 168).

Com um banco para emitir papel-moeda a sua disposição, D. João foi fazendo suas negociações. Nesse período, quem era rico e plebeu virou nobre e quem já era rico tornou-se mais rico ainda. Em 1820, o novo banco já estava arruinado. “seus depósitos em ouro, que serviam de garantia para a emissão de moeda, representavam apenas 20% do total de dinheiro em circulação [...] Noventa por cento de todos os saques eram feitos pela realza” (GOMES, 2007, p. 169). Essa situação provocou consequências dramáticas na economia brasileira, que teve que paralisar algumas obras e adiar alguns aumentos prometidos. Porém, mesmo diante de tudo isso, Gomes (2007, p. 317) diz que

Nenhum outro período da história brasileira testemunhou mudanças tão profundas, decisivas e aceleradas quanto os treze anos em que a corte portuguesa morou no Rio de Janeiro. Num espaço de apenas uma década e meia, o Brasil deixou de ser uma colônia fechada e atrasada para se tornar um país independente. Por essa razão, o balanço que a maioria dos estudiosos faz de D. João VI tende a ser positivo, apesar de todas as fraquezas pessoais do rei.

Observando-se o legado que o governo joanino deixou na corte instalada no Rio de Janeiro, que abrangia as dimensões cultural, arquitetônica e educacional, percebe-se que D. João VI tinha a intenção de permanecer no território brasileiro, por isso adiou o quanto pôde sua saída do Brasil. Porém o contexto político em Portugal pedia, cada vez mais, sua volta ao território lusitano.

A revolução liberal de 1820 e as cortes que dela surgiram exigiam que o rei, e com ele o poder, retornasse a Lisboa. D. João postergou o quanto pôde, o que parecia inevitável: hesitou entre regressar ele próprio ou mandar em seu lugar o Príncipe D. Pedro. Acabou por embarcar tristonho, na noite de 24 de abril

de 1821 na nau que sairia, dois dias depois, para Portugal, acompanhado por cerca de quatro mil pessoas (SILVA, 2008, p. 13).

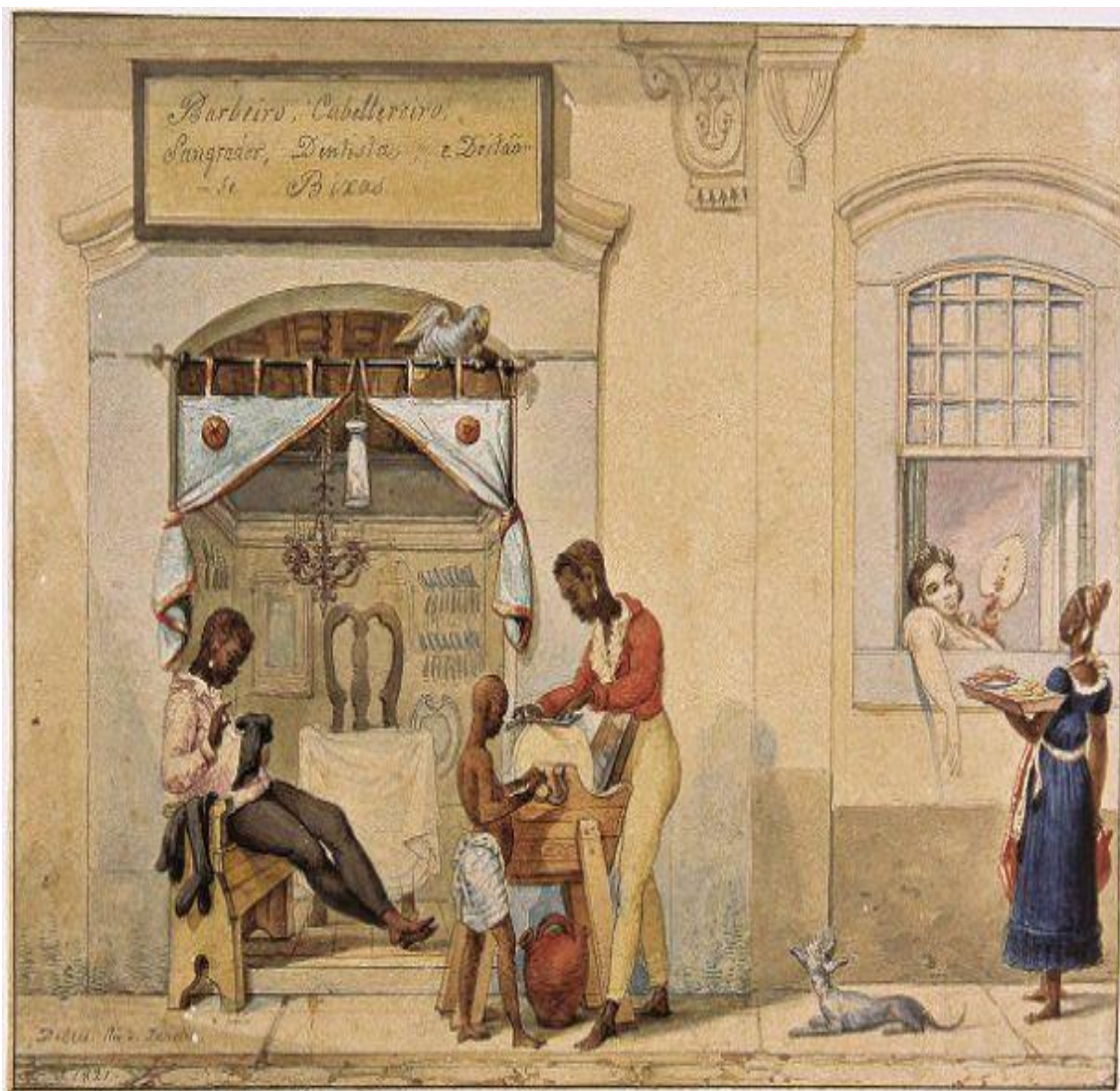
Tornava-se imperativo o retorno de D. João VI a Portugal. Ele não saiu do Brasil por vontade própria, mas em virtude das circunstâncias, que o obrigavam a voltar para sua pátria-mãe, após cerca de treze anos em solo brasileiro, onde foi protagonista de muitas transformações nos cenários político, econômico, cultural e educacional.

A partir do cenário político-cultural do período joanino, passaremos a analisar como as instituições de aprendizagem de ofícios foram criadas nesse contexto, quais as intenções, finalidades, dentre outros aspectos pertinentes.



4 SOBRE A ORGANIZAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS DO RIO DE JANEIRO

Figura 11 - Loja de Barbeiro, Jean-Baptista Debret (1821)



Fonte: Museu Histórico Nacional, Coleção Iconográfica Jean Baptiste Debret (1983, p. 49)
Disponível em: <https://atom-mhn.museus.gov.br/downloads/jean-baptiste-debret-2.pdf>

A aprendizagem sistemática de ofícios não tomou, na Colônia, a forma escolar. Foi só no período de transição para a formação do Estado Nacional, durante a estada da família real no Brasil, que veio a ser criada a primeira escola para o ensino de ofícios manufatureiros (CUNHA, 2005, p. 29).

De acordo com Cunha (2005), o campo das políticas educacionais, no Brasil, começou a ser organizado a partir dos oitocentos, com as iniciativas estatais; as ações nesse sentido no setor privado são datadas da segunda metade do século XIX. Algumas das medidas para a construção desse aparato se deram quando da transferência da sede da corte portuguesa para as *terras brasílicas*, pois com ela veio também o aparelho estatal. As primeiras instituições formativas eram destinadas ao ensino superior:

No Rio de Janeiro, foram criados a Academia de Marinha e as cadeiras de anatomia e de cirurgia (em 1808); a Academia Real Militar (em 1810); o curso de agricultura (em 1814); o curso de desenho técnico (em 1818); a Academia de Artes (em 1820). Na Bahia, foram criadas as cadeiras de cirurgia e de economia política (em 1808); o curso de agricultura (1812); o curso de química em (1817). Outras cidades abrigaram, também instituições de ensino superior, como a cadeira de matemática superior, criada em Recife ou Olinda, em 1809; a cadeira de desenho e história, em Vila Rica, em 1817 (CUNHA, 2005, p. 69).

No que diz respeito ao ensino secundário, Cunha (2005, p. 70) afirma que, nessa época, era ministrado em poucos locais, como no Seminário de São Joaquim e São José, no Rio de Janeiro.

Paralelamente, o Estado procurava desenvolver um tipo de ensino apartado do secundário/superior, com o objetivo específico de promover a formação da força de trabalho diretamente ligada à produção: os artífices para as oficinas, fábricas e arsenais.

A Figura 11, uma obra de Debret (1821), diz sobre as artes mecânicas, aquelas destinadas aos que ocupavam a condição social de escravos ou alforriados, pessoas negras que estão de pés descalços. São destacados os aprendizes: um dedica-se à tarefa de coser meias e outro à aprendizagem pela imitação. Está presente, na descrição da placa do estabelecimento, o

desenvolvimento dos ofícios que eram oferecidos nesse espaço, dentre eles a atividade de cirurgião, que, na época, não necessitava de uma formação especial, sendo exercida no mesmo ambiente em que os ofícios de cabeleireiro e barbeiro.

Com a mobilização da força de trabalho e a promoção de ofícios no período joanino, surgiu a necessidade de profissionais qualificados para o ensino dos ofícios, uma vez que Portugal não tinha experiência em metalurgia. A formação era ministrada por estrangeiros; a técnica utilizada pelos escravos era artesanal, dificultando, assim, o desenvolvimento em maior escala dessa produção. “A solução encontrada pelo intendente da Câmara foi contratar um mestre de fundidor alemão que conseguiu, aos poucos, formar 66 aprendizes” (CUNHA, 2005, p .71).

Esse artifício para contornar o problema de falta de mão de obra foi passageiro, uma vez que, logo que os aprendizes dominavam a técnica da fundição, eram atraídos pelas forjas que existiam na capitania de Minas Gerais, abandonando a atividade na capital, e a situação voltava ao estado anterior. Outra medida adotada em relação à falta de mão de obra foi utilizar a força de trabalho dos escravizados, para evitar a dispersão dos aprendizes, porém nesse período começavam a organizar-se movimentos sociais para acabar com o tráfico de escravizados, marcando o período como de intensas revoltas nas províncias.

Cunha relata que uma nova providência adotada no que diz respeito à mão de obra foi atrair para o Rio de Janeiro artífices, principalmente carpinteiros, marceneiros, ferreiros, forjadores, latoeiros e cordoeiros. Porém não chegaram os artistas portugueses na quantidade esperada. Foi então que “Varnhagen⁸ fez uma tentativa: [...] mandou transferir para junto da usina uma aldeia indígena, com a esperança de ter uma fonte próxima supridora de força de trabalho livre” (CUNHA, 2005, p. 72). Outra proposição foi a criação de uma Companhia de Soldados Artífices. Essas medidas foram tomadas tendo-se em vista dispensar a mão de obra onerosa e incerta dos trabalhadores

⁸ Foi um engenheiro militar alemão, naturalizado português, que veio para o Brasil em 1809, juntamente com Eschwege e Feldner, contratado pela Coroa para construir os altos fornos da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema, na região de Sorocaba, na então capitania de São Paulo. Nessa época, era tenente-coronel.

estrangeiros.

Foi nessas circunstâncias que D. João VI criou o Colégio das Fábricas, instituição de ensino de ofícios instituída pelo Decreto de 23 de março de 1809, destinada à educação de artistas e aprendizes chegados de Portugal com vistas a suprir essas necessidades de mão de obra qualificada para os ofícios. De acordo com Fonseca (1961, p. 94),

O Colégio das Fábricas representa, em ordem cronológica, o primeiro estabelecimento que o poder público instalava em nosso país, com a finalidade de atender a educação dos artistas e aprendizes, os quais vinham de Portugal atraídos pelas oportunidades que a permissão de indústrias criara no Brasil.

Nesse sentido, esse Colégio foi criado pelo governo com o intento de estabelecer o ensino profissional no Brasil, visando a atender a formação de artistas e artífices. A princípio, o Colégio das Fábricas teve suas atividades realizadas na Casa do Antigo Guindaste e era mantido pelo Erário Real, enquanto não era possível sua manutenção pelos ofícios ali realizados:

Atendendo a acharem-se trabalhando e aprendendo à custa da minha Real Fazenda na Casa denominada Collegio das Fábricas debaixo da direção de Sebastião Fabregas Surigué, meu Criado, vários artífices, manufactureiros, aprendizes vindos de Portugal, conforme Decreto de 23 março 1809 (BRASIL, 1809, n. p.).

Verifica-se, assim, que, inicialmente, esse estabelecimento foi instituído para atender um público vindo de Portugal juntamente com a corte portuguesa. De acordo com Cunha (2005, p. 76), a estrutura do Colégio das Fábricas era composta de

Dez unidades, com duas aulas e oito oficinas, situadas em diferentes endereços, que reuniam dois professores, oito mestres de ofícios e 57 aprendizes. Das duas aulas, uma era de desenho e arquitetura civil, e outra, de música e, talvez, também das primeiras letras. As oficinas eram as seguintes: oficina de tecidos largos de sedas e algodão, com 14 aprendizes; oficina de galões e fitas, com 12 aprendizes; oficina de gravação em metal e madeira, com 5 aprendizes; oficina de estamparia de chitas e cartas de jogar, com 4 aprendizes; oficina de veludos, com 5 aprendizes; oficina de carpintaria e marcenaria, com 6 aprendizes; oficina de serralheria e ferraria, com 9 aprendizes e oficina de tornearia, com 2 aprendizes.

As atividades do Colégio das Fábricas ocorreram durante poucos anos, devido ao não estabelecimento de indústrias no momento esperado, o que foi ocasionado pela concorrência inglesa e os interesses internacionais. Cunha (2005, p. 76) acrescenta que “a existência de um estabelecimento de aprendizagem de manufatura desligada da produção dificultava o cumprimento de sua função formativa”. Ele faz essa afirmação a partir das análises feitas no Decreto de 1809 que estabeleceu o Colégio das Fábricas e do Decreto de 1811 que transferiu a administração deste à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação.

Foi a partir desse Decreto de 1811 que a administração do colégio passou a ser feita pela Real Junta do Comércio, sendo mantidas as despesas e a conservação do patrimônio pelo cofre da referida Junta até que o produto do trabalho dos artistas pudesse arcar com os custos necessários a sua manutenção. Contudo não demorou muito para que essa instituição deixasse de existir: em 1812, o colégio foi desativado, uma vez que ficou sem funcionar desde que passou a ser subordinado à Junta do Comércio. Quanto ao destino do patrimônio,

Alguns deputados desse órgão queriam doar as máquinas e equipamentos a particulares, desde que servissem ao ensino de aprendizes. As máquinas têxteis foram transferidas para a Real Fábrica de Fiação e Tecidos de Algodão, montada em 1815, que funcionou por sete anos. Depois disso, os mestres foram dispensados; os escravos que trabalhavam na fábrica foram empregados em diversos serviços do Estado, as máquinas restantes, vendidas ou cedidas em caráter temporário a particulares (CUNHA, 2005, p. 77).

O Colégio das Fábricas significou a abertura dos horizontes para o ensino de ofícios, uma vez que essa atividade tinha sido cerceada desde o decreto que proibia a instalação de indústrias no Brasil. Os possuidores de alguma arte tinham dificuldade de empregá-la, por não terem onde exercer o ofício aprendido.

Outro lugar destinado ao cultivo da aprendizagem de ofícios foi estabelecido por meio do Decreto, de 03 de setembro de 1810: a Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército. De acordo com Fonseca (1961, p. 95)

Logo após a criação do Colégio das Fábricas, voltaram-se as intenções de D. João VI para as necessidades de mão-de-obra especializada que se fazia sentir no Arsenal Real do Exército e

mandou organizar uma curiosa Companhia de Artífices [...].

O decreto de criação da Companhia prevê, na composição desta, 60 artífices, sendo um terço deles ferreiros e serralheiros, além de torneiros de madeira, funileiros e tanoeiros. Sendo assim, “Essa Companhia de Artífices representa a raiz de uma intensa aprendizagem de ofícios que, muitos anos mais tarde, se desenvolvia no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro” (FONSECA, 1961, p. 95).

Os Arsenais de Guerra representaram uma intensificação da aprendizagem de ofícios, em especial no que diz respeito a formar especialistas para atender as necessidades do Arsenal Real do Exército, tendo o intuito de prover, nesses espaços, equipamentos destinados a sua manutenção e à realização de suas atividades de forma mais adequada.

Ainda conforme Fonseca (1961), quando o Brasil foi elevado a Reino Unido, em 1815, os negociantes da cidade do Rio de Janeiro festejaram o acontecimento e, como forma de agradecimento a D. João VI, idealizaram uma maneira de se promover a instrução geral aos brasileiros. Assim, o príncipe regente uniu as cadeiras de Ciências, que já funcionavam na corte, às demais que fossem necessárias para a criação do Instituto Acadêmico, o qual passou também a incorporar as belas-artes e aplicá-las na indústria. Nesse sentido,

No espírito do Príncipe Regente já se havia firmado claramente a ideia da criação de uma escola destinada ao incremento da indústria, em que se estudassem não só os conhecimentos com que as ciências auxiliam esse desenvolvimento, como as belas-artes, que lhe dão um sentido de beleza, que é, também, condição de sucesso na indústria (FONSECA, 1961, p. 101).

Dessa forma, D. João VI delegou ao conde da Barca a função de iniciar as tratativas com o embaixador da França, o marquês de Marialva, para que passasse a articular a contratação de profissionais que viessem estabelecer no Brasil “cursos com que sonhara”, numa tentativa de mudar o setor de ensino de ofícios no Brasil. Foi então que Joaquim Lebreton, secretário da classe de Belas-Artes do Instituto da França, selecionou alguns artistas “homens de ofício” e trouxe-os para o Brasil, formando um grupo que ficou conhecido como “Missão Artística Francesa”. O evento foi noticiado no jornal da época Gazeta do Rio de Janeiro (RJ), 1816, edição 00028, conforme transcrito a seguir.

Em um navio Americano Calphe, chegarão do Havre de Grace a este porto as pessoas abaixo nomeadas (a mór parte das quaes são Artistas de profissão) e que vem residir nesta Capital. Joaquim Le Breton, Secretario perpetuo da classe das Bellas Artes do Instituto Real de França, Cavalheiro da Legião de Honra. Taunay, Pintor, Membro do mesmo Instituto, trazendo sua mulher e 5 filhos. Taunay, Escultor, e traz consigo hum aprendiz. Debret, pintor de história e decoraçãõ. Grandjean de Montigny, Architecto, traz sua mulher, 4 filhas, 2 discipulos, e hum criado. Pradier, Gravador em pintura e miniatura, trazendo sua mulher, huma criança, e huma criada. *Ovide*, Maquinista, trazendo em sua companhia hum Serralheiro com seu filho, e hum Carpinteiro de Carros. *Neukbomm*, compositor de Música, excelente Organista e Pianista, e o mais distinto discipulo de celebre *Haydu*. *João Baptista Level*, Empreiteiro de obras de ferraria. *Nicolao Magloire Euout*, Official Serralheiro. *Pilite*, Currador de pelles, e curtidor. *Fabre*, o mesmo. *Luiz José Roy*, Carpinteiro de Carros. *Hypolite Roy*, Filho do antecedente, e do mesmo mister (HEMEROTECA, 2022, n. p.).

Para se somar a esses artistas da Missão Artística, vieram também para o Brasil dois irmãos: Marc Ferrez, que exercia a função de escultor, e Zephirin Ferrez, gravador. Os profissionais que compunham a Missão Artística eram notáveis em suas especialidades, deixando, assim, para o Brasil, após sua estada, um legado nas belas-artes e sendo seus nomes lembrados e respeitados até os dias atuais. Fonseca (1961) destaca que, em virtude de a escola em que esses artistas iriam atuar não ter sido aberta, resolveu-se pagar-lhes uma pensão até que o estabelecimento começasse a funcionar. O Decreto de 12 de agosto de 1816 que trata da criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios foi redigido conforme o trecho abaixo, porém tal instituição não chegou a se concretizar como previsto inicialmente.

Attendendo ao bem commum que provem aos meus fieis vassallos de se estabelecer no Brazil uma Escola Real de Sciencias, Artes e Officios, em que se promova e diffunda a instrucção e conhecimentos indispensáveis aos homens destinados não só aos empregos públicos da administração do Estado, mas também ao progresso da agricultura, mineralogia, indústria e commercio, de que resulta a subsistência, comodidade e civilização dos povos, maiormente neste Continente, [...] fazendo-se portanto necessário aos habitantes o estudo das Bellas Artes com applicação e referencia aos officios mecânicos, cuja pratica, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos teóricos daquelas artes e diffusivas luzes das sciencias naturaes, phisicas e exactas; e querendo para tão uteis fins aproveitar desde já a capacidade, habilidade e sciencia de alguns dos estrangeiros beneméritos [...] (BRASIL,

1816a, n. p.).

Em virtude da não concretização do espaço físico para os artistas atuarem e compartilharem seus conhecimentos, eles começaram a se dispersar e a envolverem-se em outros espaços profissionais. A respeito disso, Fonseca (1961, p. 102) relata:

Afinal, em 1820, sem nunca ter funcionado, perdeu a Escola Real seu caráter profissional e foi transformada na Real Academia de Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, a qual tomou o nome, em novembro do mesmo ano, de Academia das Artes.

Nesse sentido, apenas no ano de 1826, após uma década de sua chegada, é que a missão artística se estabeleceu nessa Academia. Dessa forma, “O ensino de ofícios cederá o passo ao das artes organizado sob a forma de Academia” (FONSECA, 1961, p. 102).

A Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios trazia uma nova concepção de ensino para os ofícios mecânicos no Brasil, já que buscava ensinar um novo modo de realizar os ofícios, não se resumindo ao fazer, mas considerando a forma como se faz, atrelando a estética à técnica, como campos de conhecimento organizados pelas ciências das artes para a realização dos trabalhos manuais com maior habilidade e qualidade.

Essa escola vinha com o intento de seu idealizador, de ligar o ensino das belas artes com os ofícios mecânicos, mostrando a importância do aprendizado do desenho tanto para os artistas quanto para os artífices (CUNHA, 2005). Porém, esse autor destaca a distinção que se fazia na Europa entre as artes liberais e as mecânicas e, conseqüentemente, entre o artista e o artífice. Ao artista era atribuído o trabalho individual, pela genialidade pessoal, enquanto ao artífice cabia a realização do seu trabalho de forma anônima e instrumental.

Sobre essa discussão, Senett (2020) diz que, historicamente, foi se estabelecendo essa necessidade de formação para o artífice das artes estéticas ou mecânicas, em relação à aprendizagem de técnicas, modos de realizar com destreza um ofício. Em sua obra *O artífice*, ele diz que o artífice passou a focalizar uma relação íntima entre a mão e a cabeça, sustentando um diálogo entre práticas concretas e o arcabouço teórico sobre elas, uma nova concepção

dada aos ofícios mecânicos. Essa ideia de Senett corrobora a intenção de D. João VI de criar uma escola em que houvesse uma articulação entre o fazer, a técnica do fazer e o conhecimento para realizá-lo.

Ainda de acordo com Senett (2020), desde o Iluminismo considerava-se que todos têm a capacidade de fazer um algum trabalho, que existe um artífice inteligente na maioria das pessoas, o que faz sentido até hoje. E mostra a importância de mão e cabeça, a técnica e a ciência, estarem articuladas no desenvolver de uma atividade. Que todas as pessoas podem ser artífices no desenvolvimento das atividades laborais do cotidiano.

Fonseca (1961, p. 103) relata que, dois anos depois da iniciativa de criação da Escola Real de Belas Artes, em 05 de janeiro de 1818, ‘Sua Majestade D. João VI veio incorporar aos próprios da Coroa o Seminário de São Joaquim, no Rio de Janeiro, com a finalidade do ‘aquartelamento de tropa, da qual fazia parte um Corpo de Artífices Engenheiros’. Esse decreto estabelecia que os seminaristas com vocação eclesiástica passariam para o Seminário de São José, enquanto os aprendizes de ofícios mecânicos seriam destinados à outra casa.

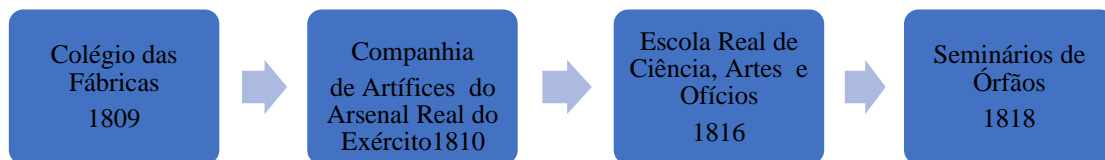
No que diz respeito ao ensino ministrado nesse tipo de instituição, não se dizia que era para pobres, órfãos ou abandonados; pelo contrário, não se fazia restrição à classe social dos jovens. Todavia, aos poucos, o ensino profissional foi ficando para os pobres.

Era o início de uma longa série de estabelecimentos destinados a recolher órfãos e a dar-lhes ensino profissional. Ainda não encontrávamos em nossa História nenhum outro com esta finalidade. Mas daqui por diante, pelo espaço de mais de um século, todos os asilos de órfãos, ou de crianças abandonadas, passariam a dar instrução de base manual aos seus abrigados (FONSECA, 1961, p. 104).

Nesse sentido, com o passar do tempo, os Seminários de Órfãos, que tinham a finalidade de atender aos jovens independentemente da classe social, tornaram-se estabelecimentos destinados aos pobres e deserdados da sorte, como eram chamadas as crianças que vinham de uma classe social menos favorecida.

Na Figura 12, observam-se as instituições que foram criadas por D. João VI com o intuito de desenvolver o ensino profissional por meio da aprendizagem de ofícios.

Figura 12 - Instituições de Aprendizagem de Ofícios criadas no governo joanino no Brasil



Fonte: Elaboração própria (2022)

Cada instituição dedicava-se ao desenvolvimento da aprendizagem de ofício atrelada a uma das diversas necessidades e interesses: o Colégio das Fábricas atendia demandas da Coroa portuguesa em relação a mão de obra qualificada para as fábricas bem como a abrigar artistas e artífices vindos de Portugal; a Companhia de Artífices do Arsenal Real organizava suas oficinas para atender necessidades militares de produção de armas e pólvora; a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, quando em funcionamento, tinha o objetivo de incrementar a indústria e ofertar um ensino para as belas artes; quanto aos Seminários de Órfãos, dedicavam-se a acolher as crianças pobres e dar-lhes uma educação para a vida eclesiástica.

Realizada essa contextualização a respeito da criação das instituições de aprendizagem de ofícios e de quais intenções políticas e econômicas permearam as motivações para seu estabelecimento, faremos, a seguir, uma análise dos decretos que deram origem a essas instituições - o Colégio das Fábricas, a Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército, a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios e os Seminários de Órfãos -, com vista a esclarecer como elas se organizavam e como funcionavam no período analisado. Teremos como fio condutor de busca nesses documentos como se dava a “organização” e o “funcionamento” dessas instituições, visando compreender o que era comum e o que era divergente entre elas. Nesse sentido, Magalhães (2004, p. 58) diz que

[...] historiar uma instituição é compreender e explicar os processos e os ‘compromissos’ como condição instituinte, de regulação e de manutenção normativa, analisando os comportamentos, representações e projeto dos sujeitos na relação com a realidade material e sociocultural de contexto.

Nesse entendimento, nosso processo de análise nas instituições pesquisadas será balizado em compreender como funcionavam esses espaços formativos, que tinham como objetivo o ensino de um ofício, sendo cada um deles tomado como “um lugar onde se aprende e se ensina” (FRAGO; AUGUSTIN, 2001, p. 66). Na tentativa de mapear as características desses espaços de aprendizagem como lugares para a atividade de ensinar e aprender um ofício, utilizamos os postulados de Frago e Augustin (2001, p. 65), os quais destacam que “A noção de lugar, a localização num espaço determinado configurado para tal fim, já é nessa definição de meados do século XIII, um dos elementos mais característicos da instituição escolar”. A respeito disso, Magalhães (2004, p. 58) corrobora Frago e Augustin (2001, p. 65):

Conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização e funcionamento [...] trata-se, portanto, de uma construção subjetiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos e que é afetada por dados de natureza biográfica e grupal.

Assim, iniciaremos pela organização e funcionamento do Colégio das Fábricas, primeira instituição de aprendizagem de ofícios criada por ordem da Coroa Portuguesa, pela vontade do próprio D. João VI. É descrito, no Decreto de criação, de 23 de março de 1809, que ele seria administrado por um diretor, Sebastião Fabregas, e que teria como público de atendimento artífices, manufactureiros e aprendizes vindos de Portugal. As atividades desenvolvidas na instituição, que funcionaria na antiga Casa do Guindaste, e a manutenção do espaço seriam providas pelo Erário Real.

Consta, ainda, que os jornaleiros ali empregados seriam remunerados. Na administração desse estabelecimento previa-se a figura de contadores, para gerir os negócios realizados em seu âmbito. O referido decreto, transcrito abaixo, deixa claro que os contadores eram pagos com a venda dos produtos fabricados no estabelecimento (BRASIL, 1809, n. p.)

Decreto de 23 de março de 1809. Dá providencias a bem do serviço da Casa denominada Collegio das Fábricas estabelecido nesta Cidade. Atendendo a acharem-se trabalhando e aprendendo à custa da minha Real Fazenda na Casa denominada Collegio das Fábricas debaixo da direção de Sebastião Fabregas Serigué, meu Criado, vários artífices,

manufactureiros, aprendizes vindos de Portugal, e isso em virtude das providencias que fui servido dar para sua subsistencia em utilidade do comercio e indústriã, que pelo meu Alvará de 1º de abril do anno próximo passado de 1808 fui servido promover no Brasil: e tendo consideração ao arrançamento economia, com o que o sobredito Sebastião Fabregas tem promovido o trabalho dos officiaes do dito Collegio, ou Casa do antigo Guindaste, já estabelecidas: hei por bem, que por meu Real Erário, na forma até agora praticada, em observancia das minhas Reaes Ordens, se continuem a pagar as folhas dos jornaleiros ali empregados, e as despesas dos reparos da Casa do Sobredito Collegio, sendo primeira assignadas pelo sobredito diretor que vencerá 600\$000 por anno pagos aos quarteis pela folha respectiva debaixo das Inspeção do meu Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Brazil: o qual nomeará para a contabilidade e expedição dos negócios deste estabelecimento os officiaes que julgar necessários: os quaes serão pagos pelo produto da venda de gêneros ali fabricados, que será recolhida ao competente cofre debaixo da fiscalização determinada para todos os objetos de arrecadação, e distribuição de minha real fazenda. O Conde de Aguiar, do Conselho de Estado, Presidente do meu Real Erário o tenha assim entendido e o faça executar com os despachos necessarios, sem o embargo de quaesquer leis, regimentos e disposições em contrario. Palacio do Rio de Janeiro, 23 de março de 1809. Com a Rubrica Vigente do Principe Nosso Senhor.

Depreende-se do que consta no decreto de criação do Colégio das Fábricas que essa instituição foi estabelecida com dupla finalidade: atender os artífices e manufactureiros vindos de Portugal em relação ao desenvolvimento do seu ofício e a ensinar um ofício aos aprendizes na colônia brasileira. Pode-se inferir, ainda, que o ensino era pautado pela instrução, em que os mestres acompanhavam os aprendizes orientando-os e acompanhando-os para a aprendizagem do ofício.

A instrução e a formação nesses estabelecimentos eram voltadas para o desenvolvimento de uma atividade, em princípio manual. O aprendiz não precisava ter domínio de um conhecimento intelectual prévio sobre o que seria aprendido: a formação acontecia no aprender fazendo e o que era ensinado pelos mestres eram técnicas, etapas de execução de trabalhos mecânicos.

Percebe-se, ainda, no decreto de criação, que a aprendizagem de ofício, no Colégios das Fábricas, dava-se em um espaço que não era utilizado apenas para a o ensino dos ofícios, mas que tinha também outras finalidades: era um lugar onde se realizava a comercialização dos produtos advindos das oficinas de aprendizagem. Cunha (2005, p. 95) descreve esse lugar como sendo “uma

espécie de reservatório de artífices e casa de ensino de aprendizes”. De acordo com Frago e Augustin (2001), esses espaços proliferaram em território nacional a partir da segunda metade do século XIX.

Sobre a “organização” e o “funcionamento” da segunda instituição de aprendizagem de ofícios, a Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército, consta a existência de um Decreto de criação, publicado em 03 de setembro de 1810, conforme transcrito abaixo. O documento diz que ela foi instituída dentro do Arsenal Real do Exército, com uma estrutura hierárquica de subordinação às ordens do Inspetor Geral da Artilharia e, na ausência deste, do oficial militar de maior patente dentro da Arsenal.

Decreto de 03 de setembro de 1810. Manda organizar uma Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército. Parecendo muito conveniente ao meu Real Serviço que no Arsenal do meu Exército exista prefixamente uma Companhia de Artífices, que mantendo-se na disciplina necessária e bom a ordem Militar, hajam de empregar-se nos respectivos trabalhos a que são destinados em uma semelhante repartição: sou servido mandar organizar uma Companhia na conformidade do plano, que com este baixa assignado pelo Conde de Linhares, do meu conselho de Estado, Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a qual, posto que seja anexa ao Regimento de Artilharia da Corte deverá sempre considerar-se como destacada no Arsenal, e ficará diretamente às ordens do Inspetor Geral de Artilharia, e na sua falta, ao Official Militar de maior Patente que comandar no mesmo Arsenal. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em 3 de setembro de 1810. Com a rubrica do príncipe Regente Nosso Senhor. Plano de organização da Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército, estabelecida por Decreto da data de hoje. I O numero de Officiaes e Officiaes Inferiores da Companhia será o mesmo que até agora tem, e terão o mesmo soldo. II o numero de Soldados Artífices será de 60, dos quaes uma terça parte será de ferreiros e serralheiros, e neste numero se incluirá um torneiro de madeira, um funileiro e um tanoeiro. III O soldo destes Soldados Artífices será somente um tostão por dia, além de pão, fardamento e quartel, e receberão na feira do Arsenal um jornal proporcionado a sua habilidade. IV Os Artífices que em razão do seu serviço, habilidade e boa conduta chegarem a ser mestre de alguma officina, terão a graduação de Sargento, e os Contra-Mestres a de Cabos de Esquadra. V Está Companhia, apesar de ser anexa ao Regimento da Artilharia da Corte, será considerada como destacada no Arsenal Real do Exército, e por consequencia debaixo das ordens imediatas do Inspetor Geral de Artilharia, e nos seus impedimentos, do Official Militar de maior patente que governar no dito Arsenal. VI Os soldados Pontoneiros que actualmente se acham na Companhia, serão distribuídos por outras Companhias do Regimento. VII Os Officiaes e Officiaes

Inferiores da nova Companhia não serão applicados a outros serviços que não sejam os do Arsenal Real. VIII O uniforme desta Companhia será igual a do Regimento de Artilharia, e os soldados terão no braço esquerdo duas fitas de pano da côr dos botões. IX Os Soldados serão armados de um chifarote e de um machado, como Portas-Machados de Infantaria, e não terão espingardas. X Segundo as exigencias das circunstancias poder-se-ah augmentar o numero dos soldados Artífices. Formação da Companhia: Capitão 1; 1º Tenente 1; 2º Tenente 1; 2º Tenente agregado 1; Sargento 2; Furriel 1; Cabos 4; Carpinteiros de machado e obra branca 37; Ferreiros e Serralheiros 20; Torneiro de madeira 1; Funileiro 1; Tanoeiro 1; Tambores 2; soma de 73 (BRASIL, 1810, n. p.).

O documento acima deixa claro que a hierarquia, a ordem e a disciplina são as bases desse espaço de aprendizagem. Era, inicialmente, estabelecida a quantidade de soldados artífices e quais ofícios seriam desenvolvidos por cada um deles. Os soldados artífices recebiam remuneração, na época chamada de soldo⁹, de um tostão por dia, pão e fardamento. (BRASIL, 1810) De acordo com Cunha (2004, p. 72), “A companhia de Artífices reformada, anexa a esse regimento, deveria ser comandada por um capitão, secundado por três tenentes, dois sargentos, um furriel e quatro cabos”.

Os artífices que se destacavam em seus ofícios eram promovidos a mestres de oficinas, com “gruação de Sargento e os Contramestres, a de Cabo de Esquadras”. O fardamento que os aprendizes usavam era igual ao do Regimento da Artilharia, diferenciando-se apenas pelo uso de fitas de pano no braço esquerdo na cor dos botões do uniforme. Os ofícios de aprendizagem desse lugar destinavam-se à formação de ferreiros, serralheiros, torneiros de madeira, funileiros e tanoeiros, porém os ofícios de ferreiro e serralheiro eram predominantes, sendo a terça parte dos 60 aprendizes a eles destinada (BRASIL, 1810).

Analisando a projeção espacial dessa instituição de aprendizagem de ofício, percebemos que ela está interligada intrinsecamente ao Arsenal Real, local onde se desenvolvia o ensino de ofícios. Sua organização e seu fazer eram permeados pela cultura desenvolvida no Arsenal Real do Exército, mantendo-se a ordem, a hierarquia e a forma de administração nesse estabelecimento.

⁹ Soldo - Remuneração dada a alguém em retribuição ao trabalho realizado - salário, pagamento. [Militar] Pagamento atribuído aos militares que não depende de seu posto, habilidade ou gruação.

Os aprendizes eram submetidos a uma construção cultural que não lhes era própria, mas que tomavam como sua, uma vez que estavam em um ambiente que exigia tal subordinação. Sobre isso, Cunha (2003, p. 95) relata que:

A companhia de Artífice tinha uma organização perfeitamente militar, com subordinação, uniforme e ordem de formatura, como se fosse uma unidade da tropa. Os mestres equivalem a sargentos e os contramestres a cabo de esquadra.

Diferentemente dos Colégios das Fábricas, que tinham como finalidade ensinar um ofício de cunho mais direto para a sociedade civil, a Companhia de Artífices tinha o objetivo de desenvolver ofícios para atender as necessidades do Arsenal Real. Os aprendizes eram munidos de instrumentos e produtos que os deixassem mais bem preparados para a defesa e o exercício de suas atividades militares. Infere-se também que a organização e o funcionamento deles diferem no que diz respeito ao espaço de desenvolvimento das atividades. Enquanto o Colégio das Fábricas funcionava em um lugar destinado às atividades de ensino e de aprendizagem de ofício como função principal entre os civis que ocupavam função social de mestres e aprendizes nas oficinas, na Companhia do Arsenal, que funcionava dentro do Arsenal do Exército, os artífices eram submetidos às regras e ordens de militares. Sobre a natureza dessas instituições, Magalhães esclarece que

As instituições educativas, de forma particular, e na sua dimensão sistêmica, são realidades dentro de uma outra realidade. São instâncias que, sendo diferentes na sua natureza, finalidades e dimensões organizacionais, se identificam num mesmo processo de institucionalização (MAGALHÃES, 2004, p. 62).

Assim, as instituições de aprendizagem de ofício, criadas no início do século XIX, configuraram estabelecimentos educativos que tinham sua forma de organização e funcionamento. Elas foram criadas dentro de um contexto social que as regia conforme a função social que cumpriam perante a sociedade.

De acordo com Cunha (2005), no ano de sua criação, 1809, o Colégio das Fábricas contava com dez unidades, com duas aulas e oito oficinas, que estavam distribuídas em diferentes endereços da cidade do Rio de Janeiro. Essa instituição dispunha de dois professores, oito mestres de ofício e 57 aprendizes. No caso da Companhia de Artífices, era apenas uma unidade, que ficava anexa

à Artilharia Real, sob a proteção do Arsenal Real. Não havia, portanto, diferentes unidades de funcionamento.

Os aprendizes de ofício eram distribuídos nas oitos oficinas do Colégio das Fábricas: de tecidos largos, de galões e fitas, de gravação em metal e madeira, de estamparia de chita e cartas de jogar, de veludos, de carpintaria e marcenaria, de serralheria e ferraria e de tornearia. Alguns desses ofícios eram os mesmos desenvolvidos na Companhia do Arsenal Real, como os de ferreiro, serralheiro e torneiro.

Pelo que percebemos nos decretos de criação desses espaços e nos escritos sobre o período, a figura do mestre estava presente nessas duas instituições de aprendizagem, enquanto a do professor é mencionada apenas no Colégio das Fábricas. Os professores ministravam aulas de desenho e arquitetura civil, música e primeiras letras. No que diz respeito à pessoa que estava para aprender um ofício, é utilizado o termo “aprendiz”, no Colégio, e “artífice”, no Arsenal.

De acordo com Belchior (1993, p. 10), os mestres que atuaram nas oficinas do Colégio das Fábricas eram especialistas vindos de Lisboa (Portugal). Eram eles:

Antônio José Policarpo – Colorista (licenciado); Antônio Ribeiro Bastos - Veludos; Bernardo José de Jesus - Galões; Estevão Antônio - Ferreiro; Estevão de Souza – Tecidos de algodão; Francisco Antônio da Silva – Desenho (substituto); Francisco Gabriel – Primeiras letras; Joaquim Cândido Guillobel – Desenho; Joaquim José Malheiros – Marceneiro e carpinteiro; José Antônio da Fonseca- Torneiro; José Lopes – Seda (licenciado); José do Rosário Nunes – Música; Manuel de Jesus – Galões; Teodoro Xavier dos Santos – Ferreiro e serralheiro e Tomás Rodrigues – Damascos (licenciado).

Percebe-se que o Colégio das Fábricas era organizado com uma estrutura com fins educativos, na qual havia os mestres, que eram especialistas nos ofícios que ensinavam, um quadro de empregados para a administração, contando com um diretor (Sebastião Fabregas) e mais quatro funcionários: o recebedor e fiel, o escriturário, o apontador e o porteiro. Conforme Belchior (1993), os aprendizes, sob a supervisão dos mestres, produziam objetos destinados à venda, que serviria para a manutenção da instituição, além do que o Colégio recebia por parte da Real Fazenda.

Diferentemente, a Companhia de Aprendizes do Arsenal Real desenvolvia nas oficinas um ensino voltado para a aprendizagem de ofícios que resultava em produtos destinados ao próprio Arsenal Real, de modo que este pudesse estar mais bem aparelhado para o desenvolvimento de suas atividades. No que concerne ao uso do fardamento e da promoção dos aprendizes, é possível verificar que, na Companhia do Arsenal, os artífices utilizavam uniforme e eram promovidos de acordo com sua habilidade nas atividades dos ofícios e boa conduta. Possivelmente, essa distinção em relação ao Colégio das Fábricas está ligada ao tipo de instituição a que a Companhia estava vinculada, que traz, em sua essência, a ordem, a disciplina e a cultura do militarismo.

No que diz respeito ao público que frequentava esses espaços de aprendizagem, no caso da Companhia os aprendizes eram soldados artífices, que permaneciam lá armados de um chifarote (espada) e um machado. No Colégio das Fábricas, eles eram apenas aprendizes de ofício. De acordo com Cunha (2005), essa instituição tinha a função de formar trabalhadores para a indústria, que começava a surgir timidamente nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, nesse período, e atender aos interesses de comerciantes autônomos da época. Ainda conforme esse autor, o Colégio possuía máquinas têxteis e outros equipamentos que serviam para o ensino e a aprendizagem de ofícios.

Sobre a estrutura da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que foi idealizada por D. João VI em 1816, quando o Brasil foi elevado à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves, instituições dessa natureza eram defendidas pela Coroa Portuguesa, tendo como o maior incentivador D. João VI, que alegava ser “necessário aos habitantes o estudo das Bellas Artes com applicação e referênciã aos offícios mecânicos, cuja prática, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos theoricos daquelas artes” (FONSECA, 1961, p. 101). A seguir, transcrevemos o Decreto de criação dessa instituição, de 12 de agosto de 1816.

Decreto de 12 de agosto de 1816, concede pensão a diversos artistas que vieram a estabelecer-se no paiz. Attendendo ao bem commum que provém a meus fieis vassallos de se estabelecer na Brazil uma Escola Real de Sciencias Artes e Offícios, em que se promova e diffunda a instrucção e conhecimentos indispensaveis aos homens destinados não só aos empregos publicos da administração do Estado,mas

tambem ao progresso da agricultura, mineralogia, industria e commercio, de que resulta a subsistencia, commodidade e civilização dos povos, maiormente neste Continente, cuja extensão, não tenho ainda o devido e correpondente numero de braços indispensaveis ao tamanho e aproveitamento do terreno, precisa dos grandes socorros da estatistica, para aproveitar os productos, cujo valor e preciosidade pode vir a formar do Brazil o mais rico e opulento dos Reinos conhecidos; fazendo-se portanto necessario aos habitantes o estudo das Bellas Artes com applicação e referencia aos officios mecanicos, cuja pratica, perfeição e utilidade depende dos conhecimentos theoreticos daquellas artes e diffusivas luzes das sciencias naturaes, physicas e exatas; e querendo para tão uteis fins aproveitar desde já, a capacidade, habilidade e sciencia de alguns dos estrangeiros benemeritos, que tem buscado a minha real e graciosa protecção para serem empregados no ensino e instrucção publica daquellas artes: Hei por bem, e mesmo emquanto às aulas daquelles conhecimentos, arte e officios não formam a parte integrante da dita Escola Real das Sciencias, Artes e Officios que eu houver de mandar estabelecer, se pague annualmente por quartéis a cada uma das pessoas declaradas na relação inserta neste meu real decreto, e assignada pelo meu Ministro e Secretaio de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, a sommma de 8:032\$000 em que importam as pensões, de que por um effeito da minha real munificencia e paternal zelo pelo bem publico deste Reino, lhe faço mercê para sua subsistencia, pagas pelo Erario Real, cumprindo desde logo cada um dos ditos pensionarios com as obrigações, encargos e estipulações que devem fazer a base do contracto, que ao menos pelo tempo de seis annos hão de assignar, obrigando-se a cumprir quando for tendente ao fim da proposta instrucção nacional, das bellas artes applicadas à industria, melhoramento e progresso das outras artes e officios mecanicos. O Marquez de Aguiar, do Conselho de Estado, Ministro Assistente ao Despacho, encarregado interinamente da Repartição dos Negocios Estrangeiros e da Guerra assim o tenha entendido, e faça executar com os despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1816. Com a rubrica de Sua Majestade (BRASIL, 1816b, n. p.).

Esse decreto traz informações de que havia, por parte da Coroa, na pessoa de D. João VI, a intenção de apoiar a implantação de indústrias no Brasil durante seu reinado, o que revela sua percepção do que via na Europa, apesar de a indústria brasileira, no período, seguir o modelo de manufatura ainda, mesmo com alguns incentivos para seu estabelecimento, como a

[...] criação do alvará de 28 de abril de 1809, que representou mais um esforço para favorecer a introdução de fábricas no Brasil e recuperar o frágil equilíbrio de forças, oferecendo privilégios de catorze anos para inventores e introdutores de novas máquinas no Brasil, sobretudo as que auxiliassem na agricultura, e pela criação de uma loteria, cuja arrecadação seria revertida para auxílio das manufaturas que se encontrassem em

dificuldade, principalmente as de lã, algodão, seda, ferro e aço. Outra mediada adotada para alavancar a indústria em território brasileiro foi a proteção das manufaturas e tecidos estampados e de cor vindos das colônias portuguesas no Oriente, que chegavam ao Brasil obrigatoriamente via Portugal, e que teriam seus direitos reduzidos e a manutenção do privilégio de comércio para favorecer os comerciantes portugueses responsáveis pelo fornecimento dos gêneros e os que mediarão as transações (BRASIL, 1808, n. p.).

Para acompanhar esse processo de estabelecimento da indústria no Brasil foi criada a Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, em 23 de agosto de 1808. Essa junta tinha o propósito de “administrar questões relativas a matrículas dos comerciantes nas diversas praças comerciais do Brasil e para funcionar como um órgão regulador da implementação das fábricas e manufaturas no Brasil” (HEYNEMANN; VALE, 2018, n. p.). Ficava também a seu cargo dar permissão para a abertura de fábricas bem como conceder privilégios, monopólios e isenção de direitos sobre os produtos.

Porém o intento de D. João VI não chegou a se concretizar enquanto ele esteve à frente do governo no Brasil. Isso se deu em virtude do contexto político e econômico, que frustrava suas intenções, em especial a elite agropecuária da época, que trabalhava em sentido contrário aos anseios do monarca e a favor da preservação das relações oligárquicas em território brasileiro. Outro motivo para o não desenvolvimento da indústria foram a agricultura e a mineração, que eram atividades muito lucrativas e empregavam bastante mão de obra escrava. Desse modo,

as fábricas que se instalassem no Brasil não deveriam competir com a agricultura, retirando-lhe trabalhadores e capitais, mas auxiliá-la, modernizá-la e complementá-la, um bom exemplo sendo a introdução das máquinas agrícolas, que aceleravam a produção e aumentavam a produtividade (HEYNEMANN; VALE, 2018, n. p.).

Percebe-se, assim, que, apesar das várias medidas e dos incentivos para o estabelecimento da indústria no período joanino no Brasil, ela não se desenvolveu da maneira esperada, o que ocasionou a frustração de alguns planos desse governo, como foi o caso do fechamento do Colégio das Fábricas, impossibilitando o desenvolvimento da indústria brasileira naquele momento histórico.

A Escola Real de Ciências, Arte e Ofícios não será objeto de aprofundamento de estudos, uma vez que não chegou a funcionar, como mencionado anteriormente. De acordo com Cunha (2004), quando Lebreton chegou ao Rio de Janeiro, enviou carta ao conde da Barca, no ano de 1816, propondo a criação da referida Escola Real. Essa carta tratava de seu projeto de uma escola dupla de artes, na qual haveria um setor para o ensino das belas artes e outro para as artes mecânicas.

Nesse sentido, dava-se importância ao aprendizado do desenho tanto para os artistas quanto para os artífices. Entretanto os interesses políticos entre Brasil e França e as relações internas do Brasil em relação ao desenvolvimento da indústria impossibilitaram a concretização do projeto de Lebreton. O grupo de artistas que aqui chegou eram profissionais renomados nas mais diferentes artes e ofícios. Eles vieram para o Brasil com a missão de atuar na futura Escola Real de Ciências, Arte e Ofícios.

O quarto tipo de instituições destinadas à aprendizagem de ofícios foram os Seminários de Órfãos de São Joaquim e de São José, instituições confessionais que objetivavam fornecer abrigo, cuidado e instrução às crianças pobres e abandonadas, as quais eram apreendidas nos espaços da cidade do Rio de Janeiro ou encaminhadas por autoridades jurídicas.

O Seminário de São Joaquim existia desde 08 de junho de 1733, criado pelo bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, sob a influência do sacristão-mor da Igreja de São Pedro e o patrocínio de negociantes. A primeira denominação dessa instituição foi Colégio dos Órfãos de São Pedro, destinado ao amparo de meninos desvalidos (MACEDO, 2005).

O Decreto de 5 de janeiro de 1818 mandou incorporar aos próprios da Coroa o Seminário de São Joaquim, localizado na cidade do Rio de Janeiro, com o intuito de estabelecer em seu lugar um dos Batalhões da Divisão das Tropas que tinha chegado recentemente do exército de Portugal e o Corpo de Artífices Engenheiros, que veio juntamente com essa Divisão.

O referido documento também previa que os seminaristas com vocação eclesiástica ficariam no Seminário de São José, localizado também no Rio de Janeiro, enquanto os demais ficariam no Corpo de Artífices Engenheiros e seriam aproveitados como aprendizes nos diferentes ofícios mecânicos. Esse último estabelecimento acolhia também rapazes de boa reputação que

quisessem ingressar nele, independentemente da classe social a que pertenciam. Porém, conforme Fonseca (1961, p. 103), “pouco a pouco o ensino profissional iria ficando, exclusivamente, para os deserdados da sorte, os desamparados, os infelizes”. Com a extinção do Seminário de São Joaquim, suas rendas ficaram para o Seminário de São José, que funcionava, exclusivamente, para a formação eclesiástica de seus internos.

De acordo com Lima (2004), o Seminário de São José foi fundado em 5 de setembro de 1739. O edifício foi construído no Morro do Castelo, por Dom Frei Antônio de Guadalupe. Ele tinha a preocupação de formar sacerdotes para conduzir o rebanho da igreja, pois percebia que muitos sacerdotes eram ignorantes, o que causava danos à imagem clerical. Assim,

Dom Guadalupe calculava cercear os males por ele próprio averiguados, males provenientes da inutilidade e ignorância de muitos sacerdotes, tornados perniciosos à igreja. Com esse intuito, escolherá meios proporcionados para a execução de seu desígnio constituindo uma comissão de conegos-dignidades para o governo do seminário. Decidiu também construir um edifício próprio e exclusivo para o funcionamento da instituição. Como se sabe, esse edifício foi erguido no sopé do Morro do Castelo, na ladeira que se chamou Ladeira Seminário, e que se situava onde hoje estão os fundos da Biblioteca Nacional e do Tribunal Federal de Justiça, atualmente Museu da Justiça (LIMA, 2016, p. 16).

O Seminário de São José vem com essa função precípua, de preparar alunos para a vida eclesiástica, uma formação que atendesse os interesses da igreja. Para isso, foi construído um programa de estudos, que abrangeria o latim, o canto gregoriano, os cálculos eclesiásticos, a Sagrada Escritura e a moral pastoral, suprimindo, assim, as lacunas da formação de que os seminaristas necessitavam para a vida eclesiástica. Nesse entendimento, Santos (1914, p. 16) aborda que o Concílio Tridentino destaca que, para que

[...] haja parochos e pastores idoneos para a direção das almas, é necessário que aqueles moços que se destinam ao estado sacerdotal, sejam de longe creados e instruídos nas letras e virtudes com que dignamente possam subir a tão alto ministerio e fazerem-se capazes para bem servirem as igrejas, o que se consegue nos Seminários, occorrendo-se o contágio dos vícios com que o mundo costuma perverter a primeira idade [...].

Desse modo, percebe-se que o Seminário de São José tinha o objetivo de formar rapazes com as qualidades necessárias para os fins sacerdotais, de

preparar o jovem para melhor atender os fiéis, de maneira que não fossem ignorantes ou perniciosos no trato com as questões da igreja e das necessidades desta.

Pelos registros do Decreto de 1818, que trata da incorporação do Seminário São Joaquim aos próprios da Coroa, o ensino, a partir de então, passava a ser exercido por meio de dois ramos de formação: um voltado para a execução de um ofício mecânico e outro para o aluno seguir na vida eclesiástica, com cadeiras de ensino que visavam a uma formação mais ampla do sujeito.

Ainda conforme esse decreto, o destino dos alunos era definido pela vocação: se a vocação fosse a eclesiástica, eles seriam enviados para o Seminário São José; se fosse a aprendizagem de um ofício, seriam incorporados como aprendizes no Corpo de Artífices Engenheiros, que possuía diversas oficinas no âmbito do Seminário São Joaquim. Vale salientar que os alunos que apresentavam vocação eclesiástica precisavam passar pela opinião e parecer do bispo capelão-mor, para que ele referendasse ou não tal vocação (BRASIL, 1818).

Quanto à organização e ao funcionamento dessas instituições, o decreto explicita que, no Seminário de São José, existia a figura do professor, que ministrava aos seminaristas a cadeira de gramática e língua latina e, na falta ou no impedimento deste, o reitor do extinto Seminário de São Joaquim seria o substituto. Em relação aos aprendizes que ficaram no Corpo de Artífices Engenheiros do Exército, nos diferentes ofícios, pela organização desse estabelecimento eles recebiam meio soldo e uma ração de pão igual à dos soldados desse Corpo. Recebiam também fardamento, passando depois a praças efetivos do Corpo; os que se destacavam por seu procedimento e sua aplicação, a partir de então, passavam a receber um soldo inteiro (BRASIL, 1818).

Eram admitidos também no Corpo de Artífices Engenheiros do Exército, por intenção do monarca, conforme descrito no Decreto de 5 de janeiro de 1818, como “praças addidas”, todos os seus fiéis vassallos que tinham esse desejo, “rapazes de boa educação que quizerem nela entrar ou que seus pais, parentes ou pessoas que os governarem o apresentarem ao respectivo comandante para este fim” (BRASIL, 1818, n. p.).

Corroborando informações apresentadas acima sobre o decreto de extinção do Seminário de São Joaquim, Lima (2004, p. 21) traz mais detalhes sobre a junção dos dois seminários:

Mais interessante que a transformação material, foi a evolução moral intelectual do Seminário de São José, como entidade educacional que era. Em primeiro lugar, vemos alterada a sua constituição original. Agregaram-se-lhe os dois institutos semelhantes da cidade: o seminário de São Pedro ou São Joaquim e o da Nossa Senhora da Lapa. O Seminário de São Joaquim [...] que não seguia as normas do Concílio de Trento, fechou por um decreto de D. João VI, em 5 de janeiro de 1818, para abrigar nos muros do seu edifício o Corpo de Artífices de Engenheiros do Exército, constituindo um contingente da Divisão que ia para a região da Cisplatina, ao Sul.

Lima (2004) destaca que, nesse momento, houve a divisão dos alunos do Seminário de São Joaquim: uns tornaram-se aprendizes no Corpo de Artífices e Engenheiros, enquanto outros foram para o Seminário de São José, instituição que logrou as rendas do extinto seminário, por abrigar dez rapazes órfãos. Esse autor ainda traz o registro de que tal situação perdurou até 1821, quando Dom Pedro I, pelo Decreto de 19 de maio desse ano, restabeleceu a função original da instituição.

Em relação à transferência dos seminaristas, leia-se o documento transcrito a seguir.

Senhor, Diz Ildfonso Alexandre de Castilhos, Seminarista do extinto Seminário de São Joaquim, que tendo vocação à vida eclesiástica, requereu por isso a Sua Excelência Reverendíssima o Bispo Capelão Mor, que houvesse de o admitir no Seminário de São José, para onde deviam passar os Seminaristas daquele extinto Colégio na conformidade do Real Decreto de 5 de Janeiro deste ano de 1818, como se vê do próprio requerimento incluso; o qual tanto tem de justo, como de inesperado o Venerando Despacho proferido nele; tomando-se aí por fundamento *primo*, que os rendimentos do Seminário de São Joaquim mal puderam chegar para pagar as dívidas de que aquele extinto Seminário ficara onerado; *et secundo*, que o Suplicante não dava provas de estudo e vocação: e se bem que agora podia notar-se, que não só o 1º fundamento adotado é alheio no todo do referido Decreto; mas até que não se verifica o 2º; porquanto além de Sua Excelência Reverendíssima não ter ainda feito escolha do Suplicante para a passagem, fazendo-o examinar proporcionalmente ao tempo de estudos que tem, e à sua menoridade; ocorresse ver o mesmo Suplicante que tem procurado, e procura a vocação eclesiástica: todavia ele igualmente procura por este meio a Magnificência de Vossa Majestade para que se Digne mandar admiti-lo no referido

Seminário de São José, visto...[**VERSO**]...visto que atualmente esse Seminarista do de São Joaquim na ocasião em que ele fora extinto, e está nas circunstâncias do Decreto de sua extinção.S. a V. Majestade haja por bem deferir, e atender ao Suplicante como humildemente implora. 19 de Agosto de 1818. Como Procurador do Suplicante, Manoel Francisco da Costa, espera receber Mercê (COSTA, 1818, n. p., grifo do autor).

De acordo com o manuscrito acima, que trata da solicitação de um seminarista para integrar o Seminário de São José devido a sua vocação eclesiástica, o ingresso à instituição ocorria a partir do envio de uma carta ao bispo capelão mor, que a analisava e deferia ou não o pedido. Verificamos que a solicitação acima foi atendida, haja vista a justificativa que constava no decreto de extinção do Seminário de São Joaquim.

Sobre o retorno do Seminário de São Joaquim a sua primeira função, leia-se a notícia publicada no jornal Gazeta do Rio de Janeiro, ano de 1821, na seção 116:

Artigos d' Officio Manda S. A. R. o Principe Regente pela Secretaria de Estado dos Negocios do Reino à vista da Representação dos Syndicos do Collegio de S. Joaquim, e da resposta do Reitor do mesmo Collegio sobre as propinas, que pagão os collegiaes na sua entrada, participar ao sobredito Reitor, que se deve pôr em exacta obsservancia o Decreto de 19 de maio do corrente anno, que mandou instaurar o Collegio na fórma em que antigamente estava, e entregar o seu edificio aos Syndicos, formando estes com os mais bemfeitores huma Junta, que tenha ao seu cargo a administração economica, e arranjos exteriores do Collegio, e ficando em tudo o mais salva a jurisdição e direcção interna, que compete ao Reitor segundo os estatutos: e que ha por bem que se regule o cofre pela forma proposta pelo mesmo Reitor, recolhendo-se nella toda a receita do Seminário, e havendo tres chaves das quaes, terá huma o Reitor, e outra cada hum dos Syndicos: que da junta formada como ordena o mencionado Decreto seja Presidente o Director Geral dos estabelecimentos literários, e Vice-Presidente o Reitor, e que nella se fação todos os annos as nomeações dos Syndicos, e que finalmente sobre os negócios, que o Reitor tiver de propor, se dirija pelo Ministro e Secretário de Estado de Estado dos Negócios do Reino, ou pelo referido Director Geral para sua Alteza Real Determinar o que julgar mais accomodado aos fins de tão pia instituição. Palácio do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1821. – Francisco José Vieira (VIEIRA, 1821, n. p.).

Nesse documento, observa-se que é instituída a volta da função original do Seminário, a qual era atender órfãos desvalidos da sorte e alguns rapazes de famílias abastadas, conforme atuava antes da cessão para abrigar o Batalhão

do Corpo de Artífices vindos de Portugal. Conforme Lima (2004), a restituição do Seminário foi a pedido dos moradores do Rio de Janeiro. Isso se deu, provavelmente, porque estavam insatisfeitos com o novo destino que se lhe tinha dado, que restringia a formação do Corpo de Artífices apenas a uma especialidade de ofício.

O documento acima revela que a estruturação da retomada do Seminário ficou por conta dos síndicos e benfeitores, que, em conjunto, formaram uma junta para administrar o processo de restabelecimento do Seminário de São Joaquim, o qual voltou a funcionar no antigo prédio. Outro destaque é a referência que o documento faz à exigência de pagamento dos alunos na entrada do Seminário. O documento não traz a informação do valor e qual a destinação da quantia paga, porém pode-se inferir que seria para custear as despesas do seminário.

Outro aspecto que chama a atenção nesse documento, e em outros analisados, é a questão financeira do Seminário de São Joaquim. Até o momento, não havia informações sobre como eram esses pagamentos e os recursos que mantinham o seminário. A partir da obra encontrada quando da visita aos arquivos na cidade do Rio de Janeiro, de autoria de Macedo (2005, p. 295), *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, essa questão foi esclarecida:

O seminário contava com três classes de alunos. A primeira era a dos meninos ricos chamados pensionistas, que pagavam oitenta mil-réis anuais. A segunda a dos menos ricos chamados meio-pensionistas que contribuía com quarenta mil-réis anuais. E a terceira dos pobres, que eram gratuitos, ou antes, os que pagavam tanto mais que os outros.

Ainda sobre o Seminário de São José, Lima (2004) relata transformações que vinham acontecendo nos estatutos desde os primeiros inscritos de Dom Guadalupe. Destaca que os novos regulamentos versavam principalmente sobre alterações no programa de estudo do Seminário, no que diz respeito às disciplinas que eram ministradas, e que essas mudanças ocorriam à medida que ia mudando a administração do episcopado. Lima (2004, p. 23) ainda aborda que

[...] O bispo D. José Caetano modificou o regulamento do Seminário, através da reforma que nele instaurou. Excepcionalmente foi possível verificá-la, ao encontrarmos um texto manuscrito por ele (já desaparecido), datado de 1813. Era, então, provavelmente o tempo do reitor Padre José Cardoso Pinto, que deveu aceitar as imperiosas decisões do bispo acerca da nossa vetusta casa de formação. A primeira determinação

estabeleceu as condições para a aceitação de alunos externos nos cursos do Seminário: 1- Precedentes: boa conduta; Taxa de matrícula, 60 réis; 3- Tempo de inscrição: até primeiro de março; 4- Exames de admissão: feitos por um mestre, na presença do reitor e 5- Matéria de exame: a) para o curso de Filosofia, sobre latim; b) para o curso de Teologia, sobre Filosofia.

Esses critérios de aceitação demonstram que não era qualquer aluno que podia frequentar os cursos oferecidos no Seminário. Podemos inferir que havia mais de um curso, pois o autor usa o plural: “cursos”. A cobrança da taxa de matrícula era outro fator limitante de acesso aos cursos oferecidos, uma vez que nem todo aluno tinha disponibilidade de recursos para custear o pagamento. Em relação aos exames de admissão, pela descrição na citação acima, vimos que eles tinham um protocolo para realização: eram feitos por um mestre e supervisionados pelo reitor e versavam sobre matérias diferentes, a depender do curso ao qual o candidato estava concorrendo.

A Figura 13 apresenta um resumo de qual era a finalidade de cada instituição de aprendizagem de ofício criada nesse período.

Figura 13 - O Ensino e a Aprendizagem de Ofícios do Período Joanino no Brasil

O ENSINO E A APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS DO PERÍODO JOANINO NO BRASIL



Fonte: Elaboração própria (2023)

A partir desses dados históricos, podemos estabelecer algumas relações entre essas instituições de aprendizagem de ofícios bem como apontar algumas diferenças no que diz respeito a sua organização e seu funcionamento. O que podemos perceber de convergência em relação às duas últimas instituições é o uso de fardamento, que está presente no Arsenal Real e no Corpo de Artífices Engenheiros do Exército. Nesses dois espaços, é perceptível a hierarquia, a ordem e a disciplina, apresentadas de forma mais evidente no Arsenal Real do que no Corpo de Artífices Engenheiros do Exército.

Quanto à forma de ingresso nesses espaços de aprendizagem, fica destacado, no Decreto de 5 de janeiro de 1818, que, no Corpo de Artífices Engenheiros, era possível a admissão de outros rapazes que tivessem interesse de aprender um ofício, independentemente de terem sido oriundos do Seminário de São Joaquim. Consta, ainda, que o Seminário São José devia atender pelo menos dez rapazes órfãos e pobres que tivessem vocação para a vida eclesiástica.

Outro destaque que fazemos em relação às instituições de aprendizagem de ofícios criadas no período joanino é que três grupos atuavam, de forma direta ou indireta, para o estabelecimento delas: a Coroa, a igreja e os militares. Evidencia-se, nos decretos analisados, que o perfil de formação dos artífices nos Arsenais e nas tropas existentes no Seminário São Joaquim aproxima-se pelo efetivo disciplinamento dos corpos.

Sobre o disciplinamento de corpos, Foucault (1999, p. 168) diz que "a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço". E acrescenta que colégios, quartéis e fábricas são o *locus* propício para que a disciplina ocorra, com vistas a formar indivíduos com um padrão predeterminado, visando-se ao que se deseja que esses seres se tornem. Portanto cada um desses espaços, seja a escola, o quartel ou a fábrica, visam à formação de sujeitos para atender determinada necessidade social imposta por um grupo dominante. Foucault (1999, p. 167) aponta que esse disciplinamento se concretiza por meio de regulamentos, da inspeção, do controle, da punição:

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçamento das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do infinito e do infinito.

Dessa maneira, percebe-se que, nesses espaços, são realizadas "podas" nos indivíduos, por meio de treinamentos, das formas pedagógicas adotadas e que, apesar da diversidade de instituições que se utilizam da disciplina, muitas vezes elas convergem na forma como o fazem. Assim sendo,

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos "doceis". A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 1999, p. 164-165).

Com esses processos, a disciplina visa à formação do indivíduo tornando o corpo útil, por meio da obediência, da coerção, da manipulação calculada dos gestos e comportamentos, portanto fabricando comportamentos a partir dos comandos comunicados durante a formação dada aos subordinados.

Assim, percebe-se, no contexto das instituições estudadas, que essa disciplina para o trabalho ocorria não só para os escravizados, mas também para

a mão de obra livre. Nelas, a disciplina era alinhada a essa disciplinarização muito próxima do militarismo. Vimos que o fardamento era semelhante ao do exército na Companhia de Artífices e no Corpo do Batalhão de Artífices do Exército, ressaltando que existia uma diferenciação de patentes entres os aprendizes e os demais que faziam parte do Arsenal do Exército. No Colégio das Fábricas, o uso da palmatória é um exemplo de disciplina no momento do ensino e aprendizagem. Na obra de Andrade (1980), há registros de que a palmatória era utilizada nas oficinas e nas aulas de desenho.

Das instituições analisadas a partir dos citados decretos de criação, fica evidente que a formação recebida no Seminário São José difere das demais, uma vez que a finalidade precípua dele era a formação para a vida eclesiástica, para o serviço a Deus, enquanto a Companhia do Arsenal Real, as Tropas de Artífices e o Colégio das Fábricas tinham o objetivo de ensinar um ofício aos aprendizes. Porém, mesmo assim, percebe-se a relação de hierarquia e disciplina nesses espaços de aprendizado, nos quais os alunos tinham uma rotina a cumprir.

Esse exercício de comparação entre as instituições em pauta é respaldado pelos estudos de Magalhães, quando ele diz que

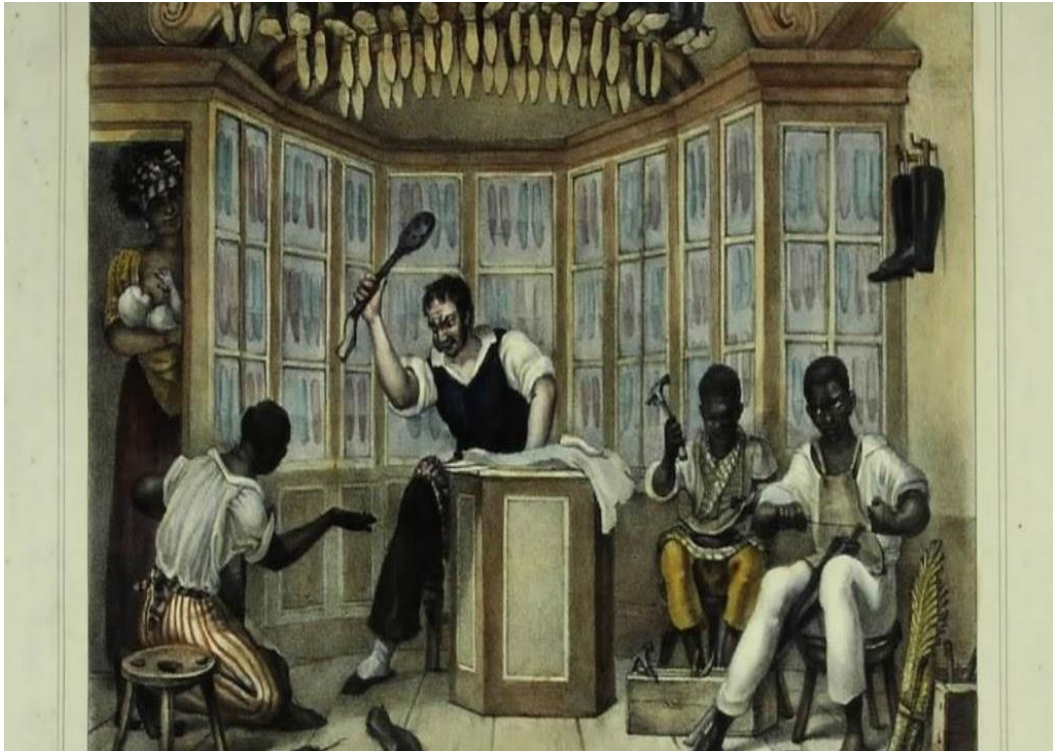
a história das instituições educativas desenvolve-se por aproximação e distanciamento do objeto, num criterioso ciclo epistêmico que culmina com uma síntese crítica, cujas fundamentações, no nível da hermenêutica e da heurística, tomam por referência as memórias, o arquivo, a historiografia, visando a uma narrativa coerente que confira uma identidade histórica articulando materialidade, representação, apropriação (MAGALHÃES, 2004, p. 71).

A bibliografia e a documentação de pesquisa sobre as instituições que marcaram as primeiras iniciativas do ensino profissional no século XIX trouxeram à tona termos recorrentes, como: ofício, artífice, aprendiz e aprendizagem de ofício. A respeito deles, faremos uma discussão na próxima seção.



5 AÇÕES PARA O ESTABELECIMENTO DA APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS PARA A FORMAÇÃO DE ARTISTAS E ARTÍFICES

Figura 14 - Cotidiano de uma sapataria no desenvolvimento do seu ofício



Fonte: Fonseca (1861)

A palavra artífice evoca imediatamente uma imagem. Olhando pela janela da oficina de um carpinteiro, vemos lá dentro um homem de idade cercado por aprendizes e ferramentas (SENETT, 2020, p. 29).

Pensar na construção de uma cultura da aprendizagem de ofícios nas instituições de formação de artistas e artífices requer trazer à memória a maneira como os ofícios, os artistas e os artífices se configuravam na época investigada, como eles foram se estabelecendo no período em que essas instituições foram criadas no Brasil. A pintura de Debret, na Figura 14, traz o cotidiano de uma sapataria na qual se vê o sapateiro, na condição de mestre, castigando um escravizado, e os aprendizes, todos negros, no desenvolvimento do ofício de fazer sapatos. Ao lado, uma mulher negra amamenta uma criança.

Observando a pintura (Figura 14), nota-se que a vitrine está conjugada com o espaço da oficina. Era comum, no sistema de manufatura, o ambiente da loja, o lugar onde eram expostos os produtos acabados e disponibilizados à venda, ser uma extensão do espaço do ensino e da aprendizagem do ofício. A cena evoca um lugar de ensinar-aprender, pois explicita uma situação de uso da palmatória como forma de “correção” do aprendiz que tinha dificuldade de responder à lição tomada. Essa atitude era muito comum nos estabelecimentos educativos e escolares da época.

De acordo com Cunha (2005), ter escravizados era condição de prestígio para o homem branco, que não queria ser visto carregando alguma coisa, até mesmo as ferramentas para o desenvolvimento de seu ofício. Nesse sentido, o autor, em sua obra intitulada *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*, traz os depoimentos de dois viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil entre os anos de 1808 e 1822. Eles relataram que, em suas viagens, por onde passaram observaram a rejeição e o desprezo que era despendido ao trabalho manual, o que acabou gerando uma depreciação do trabalho artesanal.

Muitas ocupações artesanais desse período não eram atrativas, em virtude da falta de prestígio. Como consequência socioeconômica e cultural, estabeleceu-se “[...] o trabalho e a aprendizagem compulsórios: ensinar ofícios às crianças e aos jovens que não tivessem escolha” (CUNHA, 2005, p. 23). Nota-se, assim, que a cultura da aprendizagem de ofícios, nessa época, era carregada

de estigmas e preconceitos, de modo que realizar o “serviço braçal” tornou-se um ato vergonhoso ao homem branco com poder aquisitivo, restando para aqueles que não tinham opção de escolha para garantir sua sobrevivência e a dos familiares.

Ainda de acordo com Cunha (2005), nesse período existiam diferenças entre os oficiais burocráticos e os oficiais mecânicos. Os primeiros exerciam as atividades da governança da Justiça, da Casa Real, enquanto os segundos eram os denominados mesterais¹⁰, artistas, artífices e artesãos. Assim, enquanto os oficiais burocráticos estavam a serviço do Estado, ligados a questões políticas/econômicas, os oficiais mecânicos eram responsáveis pela confecção de produtos e mercadorias.

Cunha (2005) destaca, ainda, os artistas, como arquitetos, escultores e pintores, cujas atividades se assemelhavam tecnicamente com as dos oficiais mecânicos, porém se diferenciavam das destes pelas características sociais de seu trabalho estético e de apreciação. Eram oficiais liberais, considerados uma classe à parte. Para Senett (2020, p. 21), essa diferenciação não faz sentido. Ele afirma que “o iluminismo acreditava que todo mundo tem a capacidade de fazer algum trabalho, que existe um artífice inteligente na maioria de nós; essa convicção ainda faz sentido hoje”.

Assim, “O artífice representa uma condição humana especial: a do engajamento” (SENETT, 2020, p. 31). As pessoas se engajam de forma prática, mas não necessariamente instrumental, por isso, conforme Senett, tanto o carpinteiro como a técnica de laboratório ou o maestro são artífices, uma vez que se dedicam à arte pela arte.

Senett (2020, p. 30) diz, ainda, que “a perícia artesanal está sendo subestimada, quando equiparada apenas à habilidade manual”, uma vez que o artífice é um ser mais completo, em que cabeça e mãos trabalham em harmonia e, com propósito único, realizam um determinado feito.

A respeito disso, o Jornal O Patriota: Jornal Político Liberal (RJ) do ano de 1813 aborda a necessidade da introdução das artes, no sentido de ofícios, no reino do Brasil. A notícia versa sobre a importância do incremento dos ofícios, mostrando que, se essas artes (artes do fazer) vêm de fora, a matéria-prima

¹⁰ Designa o aprendizado de um artesão, de um ofício ou arte.

delas se torna mais onerosa, por isso a necessidade de que se desenvolvam no Brasil, que tem terra fértil e potencialidade de produção. Daí a defesa de segmentos do governo de que fosse introduzida a aprendizagem de ofícios em território nacional, uma vez que se tinha consciência da abundância de matéria-prima para desenvolvimento das atividades manufatureiras, tornando os produtos mais acessíveis, uma vez que não se precisaria importar mercadorias.

O jornal discorre também sobre as vantagens de haver mais ofícios para movimentar as vendas e a circulação de produtos. E sobre como as fábricas nas colônias beneficiariam o desenvolvimento econômico brasileiro. Por isso, quando D. João VI chegou ao Brasil, liberou as manufaturas e o estabelecimento das fábricas nas colônias de além-mar bem como estabeleceu colégios e oficinas de aprendizagem para instruírem os artífices na arte e nos ofícios. O jornal O Patriota, edição 04 (HEMEROTECA, 2022), remete ao contexto apresentado. O periódico traz a notícia de que o Brasil possui as condições de se tornar independente e desenvolver sua indústria.

Essa notícia da época evidencia que, na primeira década do século XIX, já se defendia que o Brasil apresentava condições para criar e manter sua própria indústria, pois dispunha da matéria-prima e da mão de obra necessária, não precisando depender economicamente de estrangeiros. Os argumentos são coerentes e explicitam como os estrangeiros das “Nações da Europa” lucravam: “Se as obras de que necessitarem, forem Estrangeiras, será também dos Estrangeiros a utilidade, que as nossas indústrias descobrir nellas, e o nosso trabalho cultivar [...]” (HEMEROTECA, 2022, n. p.).

Dessa forma, proibir as artes seria uma forma de empobrecer o povo e deixá-lo no ócio. Seria uma maneira de deixá-lo à mercê da metrópole, por isso a necessidade de se incentivarem e abrirem meios para o desenvolvimento da indústria no Brasil e de se lutar pela independência político-econômica. O Patriota¹¹, no ano de 1813, alertava sobre os danos que acarretava ao Brasil a proibição da instalação das fábricas e manufaturas. Salientava que essa

¹¹ Periódico independente, editado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, pela Imprensa Régia, que circulou mensalmente no Rio de Janeiro durante os anos 1813 e 1814. Jornal político liberal, totalizou 18 edições publicadas, com aproximadamente 130 páginas cada uma, agregando artigos literários, científicos, políticos e mercantis.

condição deixava a colônia à mercê da metrópole, impedindo, assim seu próprio desenvolvimento no campo das artes mecânicas.

A decisão política de proibir a criação de qualquer gênero de fábrica e manufatura significava “reduzir a parte débil e necessitada dos seus habitantes a mais insuportável miséria” (HEMEROTECA, 2022, n. p.). Era renegá-los, enquanto nação próspera, que tinha meios e pessoas para progredir; era o Brasil deixar de cumprir seu papel, enquanto metrópole, de proteger as colônias que lhes eram subordinadas.

Nesse sentido, o estabelecimento da indústria e da manufatura nas colônias era uma maneira de dar oportunidade a esses colonos de prosperar e obter, internamente, sem depender da metrópole, produtos e bens necessários à sua subsistência. Por isso, D. João VI defendia a necessidade de espaços para o desenvolvimento das artes mecânicas no Brasil, como forma de promover e difundir a indústria. Fato é que, logo que chegou ao Brasil, ele aboliu o decreto que proibia a manufatura e, em seguida, deu início à criação, por meio de decretos, de espaços para a formação de aprendizes artífices.

5.1 VESTÍGIOS DAS INSTITUIÇÕES DE APRENDIZAGEM DE OFÍCIOS EM JORNAIS DO RIO DE JANEIRO

No jornal Gazeta do Rio de Janeiro, há registro sobre as instituições de aprendizagem de ofícios, mais especificamente sobre as práticas de formação nos Seminários de Órfãos: o de São Joaquim e o de São José, ambas instituições confessionais que ministravam instrução a meninos internos.

Os anúncios trazidos nesse periódico de 1809 informam sobre as Aulas Régias e de Língua Grega ministradas no Seminário de São José. As notícias explicitadas são semelhantes, reforçando a forma de organização do currículo e das práticas de formação no Seminário de São José, assim como no de São Joaquim, que ofertavam aulas para a comunidade, além dos alunos internos.

As aulas de Língua Francesa eram ministradas pelo Padre Renato; as de Geometria pelo Padre João Baptista; e as de Gramática Latina, de responsabilidade do professor Custódio de Faria. No que diz respeito às de Língua Francesa, é frisado, na notícia, que os sujeitos com essa formação se

tornariam “mais úteis a Pátria”, do que se infere que essas aulas tinham a finalidade de preparar os indivíduos para a atuação na sociedade.

Na edição 51, do ano de 1811, é noticiado sobre as aulas de “Physicas e Chemicas” que ocorreram no “laboratório chimico” do Seminário de São Joaquim. O anúncio reporta-se às “experiências Physicas e Chemicas” que estavam para acontecer no laboratório químico do Seminário de São Joaquim. Faz-se um convite aos amantes das ciências que se façam presentes para assistir às aulas. Destaca-se também que o número mínimo de inscritos será de 50 pessoas, apresenta-se o horário em que as aulas acontecerão, o valor a ser pago pelas leituras, e acrescenta-se que “Senhoras serão admitidas nestas Leituras”. Infere-se, da informação apresentada na notícia, que, além de atender aos seus alunos, o Seminário oferecia aulas à comunidade. Fica claro também que nem todas as atividades nele desenvolvidas eram abertas à participação de mulheres (HEMEROTECA, 2022).

A notícia também faz referência a “hum Curso de Prelecções Philozophicas, que terão por objeto a Theória do Discurso, e da Linguagem: em que se exporão os princípios da Lógica, da Grammatica geral, e da Rhetorica”, o qual estava aberto aos interessados, informando-se os dias e o horário em que ocorreria.

Ainda se pode perceber, na notícia, que as aulas estavam abertas ao público em geral, não apenas aos alunos do colégio, e que as temáticas nelas trabalhadas eram bem abrangentes, envolvendo regras de estética, teoria da eloquência, da poesia e das belas artes, dentre outros temas que não são de fácil compreensão por pessoas leigas, o que nos levou a inferir que o público que frequentava essas aulas era de condição privilegiada da sociedade e com grau de instrução elevado.

Pelas informações, percebe-se que os Seminários tinham uma dupla finalidade: conduzir crianças e jovens na vida eclesiástica e na educação e também oferecer aulas avulsas abertas aos interessados em determinada área de conhecimento ou na aquisição de outra língua, com vista a se tornarem indivíduos que pudessem contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

No ano de 1818, a edição 04 do jornal Gazeta traz outro comunicado, explicando que o Seminário de São Joaquim seria ocupado pelos artífices engenheiros vindos do exército de Portugal, alterando, assim, sua função

precípua. Essa mesma edição traz, na íntegra, o decreto que regulamenta o estabelecimento dos artífices no edifício do Seminário.

No início do comunicado, aparece a nota de que o Seminário de São Joaquim tem a finalidade de ofertar “educação dos rapazes pobres empregado com vantagem, segundo suas diversas aptidões” e que, com a mudança do estabelecimento para abrigar os artífices engenheiros, essa função precípua seria alterada, conforme decreto real. Porém destaca-se que seria “utilíssimo” que tal ocupação ocorresse, uma vez que o estabelecimento passaria a atender com maiores vantagens tanto públicas como particulares. Pode-se inferir que seria vantagem para o Corpo de Artífices ficar com os seminaristas que tinham aptidão para os ofícios, porque isso acarretaria aumento de mão de obra para o desenvolvimento das atividades no mencionado Corpo de Artífices.

Em virtude de alteração de finalidade do Seminário de São Joaquim, os seminaristas do referido local que tivessem aptidão eclesiástica seriam transferidos para o Seminário de São José, enquanto os demais ficariam “addidos ao sobredito Corpo de Artífices Engenheiros, como aprendizes dos diferentes officios mechanicos nelle estabelecidos” (jornal Gazeta 1818, edição 04).

Sobre essa mudança, nesse mesmo ano, na edição 06 do jornal Gazeta, foi publicado outro aviso sobre o estabelecimento do Corpo de Artífices no edifício do Seminário de São Joaquim e que ele seria incorporado aos bens da Coroa, destacando-se as providências que seriam tomadas quanto aos professores e seminaristas que ali viviam, o que demonstra que esse acontecimento teve grande repercussão na cidade do Rio de Janeiro.

Em relação aos materiais utilizados nas oficinas, o jornal Gazeta, na edição 87 do ano de 1811, comunica que a Real Junta da Fazenda do Arsenal do Exército tem necessidade de alguns insumos para seu funcionamento cotidiano e que os interessados que tenham os materiais para venda - “capim; carvão de pau e de pedra” - podem dirigir-se ao Arsenal para que seja negociado o preço de aquisição.

A notícia traz a informação de que os insumos eram para suprir as necessidades da Cavalaria da Corte e “para a Companhia de Artilharia montada”. A companhia do Arsenal, criada em 1811, funcionava dentro do Arsenal Real do

Exército, por isso essa chamada para a produção de materiais tanto para uma quanto para a outra.

O jornal Almanach, do Rio de Janeiro, na edição 001 de 1811, traz o anúncio da criação da Junta do Arsenal Real do Exército, em 1º de março de 1811, ano em que tiveram início também as atividades da Companhia de Artífices do Arsenal Real. Nesse mesmo periódico, no ano de 1816, há uma notícia sobre a composição da Junta do Arsenal do Exército. O texto revela os nomes do presidente, dos deputados, dos secretários e das secretarias que compunham essa Junta, mostrando que ela tinha uma composição heterogênea.

No ano de 1815, seção 100, o periódico publica a nomeação de José Caetano para capitão da companhia de bombeiro do Arsenal Real do Exército, o que indica que essas instituições de aprendizagem de ofício eram dirigidas por militares e que se organizavam sob rígido regime de disciplina e formação moral.

Ainda sobre a Real Junta da Fazenda do Arsenal do Exército, no ano de 1818, a edição 10 traz notícia semelhante à anterior, buscando matéria-prima para a realização dos ofícios que eram praticados no Arsenal. O anúncio traz a “público que elle precisa comprar, para suprimento dos armazens do predito Arsenal, os generos seguintes: ferro, aço, brim, e filete, bem como todos aqueles outros que são de consummo nos Arcenaes do exercito” (HEMEROTECA, 2022, n. p.). Pelas informações apresentadas nas notícias, era constante a necessidade de materiais para o funcionamento do Arsenal e da Companhia de Artífices, que funcionava no mesmo estabelecimento, patrocinada pelas forças armadas.

Sobre os tipos de oficinas existentes, O Almanach, em sua edição 01 do ano de 1816, aborda que fora renovada a Junta da Impressão Régia das Cartas de Jogar, criada em 13 de maio de 1808, e renovada no dia 17 de fevereiro de 1815, por meio de decreto. Em 1808, o Colégio das Fábricas foi criado e, dentre as oficinas existentes nesse estabelecimento, havia a das cartas de jogar, o que nos leva a entender que, mesmo o Colégio das Fábricas não tendo dado continuidade a suas atividades, os ofícios relacionados a ele continuaram a ser desenvolvidos.

Havia também as oficinas de estamperia, conforme registros em periódicos como o jornal Gazeta do Rio, do ano de 1817. Na edição 05, o periódico traz um aviso sobre a venda de trapos de linho na fábrica de

estamparia a quem interessasse. O Armazém da Fábrica d'Estamparia, provavelmente, é fruto do Colégio das Fábricas, criado em 1809. Conforme Fonseca (2005), uma das oficinas era destinada ao ensino do ofício de estamparia. Isso corrobora a inferência que fizemos acima em relação ao Colégio das Fábricas, de que, mesmo tendo findado suas atividades, os ofícios que nele antes se praticavam continuaram a existir nas fábricas a ele relacionadas.

As notícias apresentadas nos jornais da época nos proporcionaram informações relevantes do período pesquisado. No que diz respeito aos Seminários de São Joaquim e de São José, vimos que o primeiro tinha a função de educar rapazes pobres, considerando as aptidões de cada um, como também oferecia aulas de laboratório de química, física e aulas régias e de retórica, já a função precípua do segundo era de ordem religiosa, além de aulas ministradas de língua Francesa e Latim para a comunidade.

Ainda de acordo com os jornais citados, houve uma alteração na estrutura e na função do Seminário de São Joaquim a partir do Decreto de 14 de janeiro de 1818, que o incorporou aos bens da Coroa, destinando seu edifício aos Artífices Engenheiros vindos de Portugal, para o ensino de ofícios. Quanto ao Seminário de São José, permaneceu com suas atribuições, incorporando os educandos do Seminário de São Joaquim que seguiam a formação exclusivamente eclesiástica.

As informações trazidas nos jornais sobre o Arsenal do Exército são de ordens de compra de materiais e sobre a estrutura, os membros e as funções dessa instituição. Dentre as notícias, destacamos um trecho que trata da compra de gêneros para o Arsenal: “[...] para suprimento dos armazens do predito Arsenal, os generos seguintes: ferro, aço, brim, filete bem como todos aqueles outros que são de consummo nos Arcenaes do exército [...]” (HEMEROTECA, 2022).

Percebe-se, com base nas informações encontradas nos periódicos da época, que muitos acontecimentos do cotidiano da cidade do Rio de Janeiro eram trazidos ao conhecimento de parte da população (a letrada) por meio de notícias publicadas nos jornais em circulação, principais veículos de disseminação de ideias durante o século XIX. Esses periódicos também contribuíram de forma significativa para a presente pesquisa, uma vez que, por

meio de suas notícias, foi possível ter acesso a informações sobre as instituições de ensino profissional pesquisadas.

5.2 INDÍCIOS NOS MANUSCRITOS REFERENTES AO PERÍODO JOANINO

Registros contam a origem e a trajetória do Colégio Pedro II presentes na obra *Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação no Brasil*. Essa obra mostra que a primeira denominação do Colégio foi Colégio dos Órfãos de São Pedro e que ela foi criada pelo bispo D. Frei Antônio de Guadalupe, em 8 de maio de 1739. Depois de 27 anos, o Colégio mudou de localização, passando a funcionar na Rua do Valongo, vizinho à Igreja de São Joaquim ou como uma extensão dela. Sua denominação foi então alterada, passando a ser “Seminário de São Joaquim”.

Figura 15 - Foto da Igreja e do Seminário de São Joaquim¹²

Fonte: Arquivo do Colégio Pedro II, NUDOM (1890)

Ainda de acordo com a obra citada acima, o Seminário continuou a ser polo de formação educacional, uma vez que eram poucas as opções de formação. Mesmo depois da expulsão dos jesuítas das colônias portuguesas, ele foi preservado como estabelecimento de ensino para os jovens, que, na maioria dos casos, não dispunham de educação em suas próprias casas com preceptores.

Documentos encontrados nos arquivos da Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional e no Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II trouxeram mais informações sobre a constituição e o funcionamento das

¹² Igreja de São Joaquim, c. 1890; ao lado, à esquerda, o Colégio Pedro II (unidade-mãe), na rua larga de São Joaquim. A igreja foi demolida em 1904 pelo prefeito Pereira Passos para alargar a rua Estreita de São Joaquim (ao fundo, à direita, ao lado da igreja), para a abertura da atual avenida Marechal Floriano.

instituições de ensino e aprendizagem de ofícios nas oficinas do Colégio de Fábricas, da Companhia do Arsenal Real do Exército e no Seminário de Órfãos São Joaquim.

O Decreto de 23 de março de 1809, que traz a nomeação do diretor do Colégio das Fábricas, é de suma importância para se entender a estrutura e o funcionamento da instituição. Nele, há referência a Sebastião Fábregas na direção e há menção à quantia a que ele “fará jus pelos serviços prestados”: seus vencimentos seriam de 600 mil réis por ano, e seu pagamento ficaria a cargo da Junta do Comércio.

O Decreto do Príncipe Regente de 31 de outubro do ano de 1811, ano da extinção do Colégio das Fábricas, estabelece um inventário: manda que todas as máquinas e os utensílios do colégio passem à Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações e que isso seja realizado sob a assistência do diretor, Sebastião Fábregas. Eis um trecho do decreto:

[...] nestas Cortes, é Servido que a mesma Real Junta, sem perda de tempo, mande receber por Inventário, com assistência do Diretor que foi Sebastião Fábregas, todas as máquinas e utensílios pertencentes ao dito Colégio, e que não forem próprias da Real Fábricas das Cartas de jogos, a qual houve por bem unir à Impressão Régia, fazendo-os transferir dos Armazéns do Arsenal Real do Exército, onde se acham, por depósito, para outra Casa, em que estejam em boa arrecadação e sem risco de ruína, mandando beneficiar os que se acharem danificados, a fim de que se evite a sua total ruína (BRASIL, 1811, n. p.).

Na destinação dos bens, foi feita uma distribuição de acordo com interesses e necessidades, de modo que eles pudessem ser aproveitados para fins similares. Os instrumentos da Real Fábrica das Cartas de Jogos foram transferidos para a Imprensa Régia, provavelmente com a finalidade de contribuir para as atividades desse estabelecimento, sendo utilizados para impressão ou outro processo desenvolvido no local.

Os demais objetos foram transferidos para os Armazéns do Arsenal Real do Exército, com vista a sua preservação bem como à recuperação dos que estavam com algum defeito, de maneira que não houvesse perda total, determinando-se que ficariam sob sua guarda até que se encontrasse uma serventia para eles. Andrade (1980, p. 6) reporta-se a um inventário elaborado

em 1811, que vem ao encontro do Decreto de 31 de outubro de 1811, localizado na documentação do Arquivo Nacional:

Em janeiro de 1811, o Conde de Aguiar, Presidente da Real Junta, mandou fazer um inventário do Real Colégio, que apresentava de mais importante 09 teares do estreito, 07 teares do largo, 14 teares de ferro de fazer meias e uma “imprensa” na Casa de estamperia de chitas e cartas se jogar, além de materiais diversos como tecidos de algodão largo e estreito, cadarços, tapetes de algodão, fio de algodão, ouro e prata, retroz, maços de cartas de jogar, pertences de funileiro, livros e cadernos de escritório, Móveis, etc. (BRASIL, 1811, n. p.).

Depois de contabilizados todos os pertences e utensílios, esse inventário perfez o total de 88:391\$314rs, de acordo com Andrade (1980, p.7). Esse autor diz também que, nesse mesmo ano, foi feito um balanço das despesas e receitas do Real Colégio das Fábricas - conforme explicita a Figura nº 11, a seguir - que, após análise realizada no livro de registros, foram vistas algumas inconsistências em relação aos lançamentos: “não houve fechamento do caixa, pois ficou uma diferença de (\$800) entre o débito e o crédito lançados e o balanço apresentou um superávit de 733\$600”. O superávit aparente ocorreu devido à doação recebida do Tesoureiro-mor do Real Erário.

Figura 16 - Livro de lançamento de receitas e despesas do Real Colégio das Fábricas de janeiro de 1811

LIVRO DE LANÇAMENTO DE RECEITA E DESPESA DO R.C.DE FÁBRICAS JANEIRO DE 1811			
CAIXA	DEVE		HAVER
20	Dinheiro da venda de galões feitos nos teares dos tecidos estreitos	10\$000	
20	Dinheiro recebido do Conselheiro Tesoureiro Mor do Real Erário para despesas da Fábrica	1:000\$000	Despesa com material e ordenados 303\$200
30	Ferraria	2\$000	
30	Carpintaria	24\$000	
			For balanço dinheiro existente em Caixa que passa a débito do mês seguinte 733\$600
TOTAL		1:036\$000	1:036\$800

Fonte: Andrade (1980)

Os registros mostrados na Figura 16, acima, evidenciam o cuidado que houve na destinação e preservação dos equipamentos que haviam sido usados no funcionamento do Colégio das Fábricas, os quais não foram simplesmente abandonados, já que o estabelecimento deixara de funcionar, como costuma acontecer nas obras ou atividades públicas que não têm continuidade, porém antes da transferência e da destinação desses equipamentos foi feita uma análise de quais eram eles e em que estado se encontravam.

Pode-se inferir também que as oficinas do Colégio das Fábricas dispunham de equipamentos adequados para ensino/aprendizagem dos ofícios ministrados em seu âmbito. Isso se justifica porque os artífices aprendiam produzindo itens que tinham a finalidade de serem comercializados. Pelos registros que dizem respeito a sua estrutura organizacional de pessoas, as oficinas tinham uma administração única, composta pelos cargos anteriormente mencionados, que geriam as atividades de ensino, comercialização dos bens produzidos e prestação de contas à Junta da Real Fazenda.

Nos registros dos documentos do Arquivo Nacional, encontramos um trabalho dissertativo de autoria de Rômulo Garcia de Andrade, professor da Universidade Federal do Acre, mestrando da UFF, intitulado “A Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação: o artesanato e a manufatura na cidade do Rio de Janeiro (1808-50)”, que elenca rica documentação sobre a Real Junta do Comércio.

A dissertação traz detalhes sobre como era a produção tecnológica, a relação mestre-aprendiz, como era feita a passagem da condição de aprendiz para a de mestre, dentre outras informações relevantes para o estudo. No que diz respeito à composição da Junta, diz o seguinte:

Compunha-se do Presidente, Deputados, Secretário (também deputado) e mais um Juiz Conservador e um Fiscal. A Primeira Diretoria tomou posse no dia 18 de maio de 1809. Sendo Presidente o conde de Aguiar que nomeou os Deputados Luís José de Carvalho e Melo (desembargador do Passo), Leonardo Pinheiro de Vasconcelos (Conselheiro do Conselho da Fazenda), Manoel Moreira de Figueiredo (Desembargador da Casa da Suplicação), José da Silva Lisboa (Desembargador da Relação da Bahia), José Caetano Gomes, Mariano José Pereira da Fonseca, João Rodrigues Pereira de Almeida, Elias Antonio Lopes e Antonio da Silva Lisboa (ANDRADE, 1980, p. 4).

Vê-se que é extensa a lista de membros que atuavam na administração da Junta e qual a função de cada um deles, mostrando que eram diversas as funções que a compunham. Explicitamos essas informações sobre a Junta de Comércio como pano de fundo para falar sobre o Colégio das Fábricas, uma vez que ele lhe era subordinado.

Ainda de acordo com a dissertação de Andrade (1980, p. 6), o estabelecimento das manufaturas, a partir do ano de 1808, tinha a intenção de aproveitar a mão de obra recém-chegada de Portugal, evitando, assim, sua dispersão, bem como a de formar trabalhadores capacitados para atividades têxteis e fabricação de máquinas para suprir as necessidades de outras províncias, gerando lucro para os cofres da Junta.

Os registros dessa obra corroboram as informações trazidas por Belchior, em seu artigo que trata sobre o Colégio das Fábricas, no que diz respeito à composição da estrutura administrativa de pessoal que geria o Colégio: um diretor, um almoxarife, dois escriturários, um apontador (que fazia o rol dos operários e apontava suas faltas) e um porteiro. O quantitativo dos que faziam parte desse estabelecimento “chegou a 114 pessoas contando com mestres, aprendizes e serventes, dos quais 90 eram aprendizes” (ANDRADE, 1980, p. 6), o que revela a intenção de formar uma futura mão de obra especializada. A estrutura do Colégio funcionava por meio de oficinas em algumas ruas do Rio de Janeiro. Além das oficinas, os aprendizes frequentavam aulas das primeiras letras e desenho.

Em relação ao Arsenal Real do Exército, no livro 1 de Registro da Secretaria da Intendência do Arsenal Real do Exército Fábrica e Fundições, de autoria de Manuel Carneiro Campo, disponível na Biblioteca Digital Luso-Brasileira, há algumas portarias que designam insumos ou os salários dos mestres e contramestres das oficinas desse Arsenal. Abaixo transcrevemos alguns fragmentos das referidas portarias, para que se possa apreciar o conteúdo delas. Todas elas começam com a expressão: “Manda o Príncipe Regente Nosso Senhor”:

Manda O Principe Regente Nosso Senhor, que o Deputado Intendente dos Arsenaes Reaes do Exercito, Faça toda a deligencia para que se ache o Carvão, que hé tão necessário para a Fabrica dos Cannos de Espingardas, fazendo-o logo

comprar, e remeter, para a dita Fabrica, a fim de que não pare o expediente. Rio de Janeiro onze de Outubro de mil oitocentos, e onze y com seis Rubricas do Presidente, e Deputados da Real Junta da Fazenda do Arsenal Real do Exercito. Manda O Principe Regente Nosso Senhor, que o Deputado Intendente dos Arsenaes Reaes do Exercito, faça apromptar ao Comtra Mestre da Construção de Reparos de Artelharia Manoel Jozé Onofre com o Salario de mil e sem reis nos dias de trabalho. Rio de Janeiro vinte e hum de Outubro de mil oitocentos, e onze y com seis Rubricas do Prezidente e Deputados da Junta da Fazenda do Arsenal Real do Exercito. Manda O Principe Regente Nosso Senhor, que o Deputado Intendente dos Arsenaes Reaes do Exercito, faça apontar ao Mestre da Fanuaria do mesmo Arsenal com o mesmo Sallario, que persebe porem diário Rio de Janeiro vinte hum de Outubro de mil oitocentos, e onze y com seis Rubricas do Prezidente e Deputados do Arsenal Real do Exercito. Manda O Principe Regente Nosso Senhor, que o Deputado Intendente dos Arsenaes Reaes do Exercito, faça apontar ao Mestre Abriador do mesmo Arsenal Jozé Amaro da Costa com o vencimento diário de hum mil reis, Rio de Janeiro vinte hum de Outubro de mil oitocentos, e onze y com seis Rubricas do Prezidente e Deputados da Real Junta da Fazenda do Arsenal Real do Exercito. Manda O Principe Regente Nosso Senhor, que o Deputado Intendente dos Arsenaes Reaes do Exercito faça apontar ao Mestre de Lavrantes do mesmo Arsenal Pedro Jozé da Encarnação com o mesmo vencimento porem diario Rio de Janeiro vinte hum de Outubro de mil oito centos, e onze y com seis Rubricas do Prezidente, e Deputados da Junta da Fazenda do Arsenal Real do Exercito. Manda O Principe Regente Nosso Senhor, que o Deputado Intendente do Arsenal Real do Exercito, mande entregar a ordem do Brigadeiro João Manoel da Silva Inspector do Real Corpo de Engenheiros dez Arrobas de Polvora Bombardeira necessárias para as Obras da Real Quinta da Boavista Rio de Janeiro vinte nove de Novembro de mil oitocentos, e onze y com cinco Rubricas do Prezidente, e Deputados da Real Junta da Fazenda do Arsenal Real do Exercito. Manda O Principe Regente Nosso Senhor, que o Deputado Intendente do Arsenal Real do Exercito, dê as necessárias Ordens, e providencias, para que se comprem, e entreguem para uso, e consumo da Real Fabrica da Polvora os gêneros pedidos nas Relações incluzas assignadas pelo Vice Inspector da mesma Real Fabrica na datta de vinte hum do Corrente mez Rio de Janeiro vinte nove de Novembro de mil oito centos, e onze y com cinco Rubricas do Prezidente, e Deputados da Real Junta da Fazenda do Arsenal Real do Exercito (CAMPO, 1813. n. p.).

Esses trechos dos manuscritos do livro de registro da superintendência do Arsenal trazem alguns indícios de como era o funcionamento deste e a quem ele atendia. Revelam como era sua estrutura, os tipos de oficinas nele existentes, o que elas produziam, a quem se destinavam as encomendas realizadas, quem eram seus integrantes e a remuneração que lhes era paga.

No que se refere a estrutura desse Arsenal, vimos nos documentos que a instituição era composta de oficinas, armazéns e casas para hospedagem de mestres. Pois havia alguns mestres que moravam em casas dentro do Arsenal, como o mestre de latoaria e o de fundição, conforme expõe o trecho a seguir:

Para lançar fora das Casas, os Mestres que se acham residindo dentro desse Arsenal. Manda o Príncipe Regente, Nosso Senhor, que o Deputado Contador, digo Intendente interino do Arsenal Real do Exército, faça lançar fora das Casas, os Mestres que se acham residindo dentro deste mesmo Arsenal; a exceção do Mestre da Latoaria e Fundição. Rio de Janeiro, em 27 de novembro de 1815, com 4 rubricas. (CAMPO, 1813, n. p.).

Quanto às oficinas, vê-se que havia uma diversidade delas - latoeiro fundidor; de tornearia; de carpintaria; de ferraria; de serralharia e de espingardas – o que mostra a diversidade dos ofícios que eram ensinados aos aprendizes. Isso leva a entender que havia uma diversidade de mestres com habilidades para o ensino dos mais variados ofícios e, conseqüentemente, que havia necessidade de formação de mão de obra para essas diferentes atividades.

Para o adequado funcionamento delas, era necessário manutenção, que realizada pelos oficiais encarregados de supervisionar o estabelecimento e pelos competentes mestres, que avaliavam os artefatos armazenados destinados à comercialização. A produção, nessas oficinas, era de acordo com a especialidade: produzia-se pólvora grossa e fina -que era transportada em barris -, munição e canos para espingardas, artigos para produção de fogos de artifício; espadas; tambores. Isso indica que o Arsenal tinha uma organização e o controle das atividades exercidas bem como dos produtos comercializados.

Percebe-se que a produção, no Arsenal, era intensa e que ele possuía uma estrutura ampla, uma vez que há referência a tantas oficinas, armazéns e demandas de insumos e objetos para atender tanto o consumo interno e de algumas obras na cidade do Rio de Janeiro como também o das capitânias, conforme explicita o manuscrito:

Manda o Príncipe Regente, Nosso Senhor, que o Deputado Intendente dos Arsenais Reais do Exército faça entregar, ao Comandante da Guarda Real da Polícia, quatro Clarins que precisam para o Esquadrão de Cavalaria daquele Corpo, e quando não os haja nos respectivos Armazéns, o participe ao Deputado Vice Inspetor das Oficinas, para este as mandar

prontificar com a brevidade possível. Rio de Janeiro, 4 de Maio de 1814. Assinados: Pimentel; Gama; Silveira; Campos. Manda o Príncipe Regente, Nosso Senhor, que o Deputado Intendente do Arsenal Real do Exército faça fornecer, ao Mestre Fogueteiro Joaquim Ferraz de Oliveira, os objetos constantes da Real Junta, necessários para o Fogo de Artifício, que se há de fazer na Real Quinta da Boa Vista. Rio de Janeiro, 3 de Julho de 1815, com 6 rubricas. Manda o Príncipe Regente, Nosso Senhor, que o Deputado Intendente interino do Arsenal Real do Exército entregue, ao Tenente do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais, Luiz Antônio de Miranda, as 300 espadas que se mandaram aprontar para serem remetidas para aquela Capitania. Rio de Janeiro, em 16 de Outubro de 1815, com 4 rubricas (CAMPO, 1813, n. p.).

Observa-se, portanto, que eram variadas e amplas as demandas que chegavam ao Arsenal para que suas oficinas atendessem. Elas vinham da Guarda Real do Paço, do Regimento de Artilharia da Guarnição da Academia Militar da Bahia, da Fábrica de Tecidos e de Barril de Pólvora para Pedreira; da aula de desenho na Real Academia Militar; do Regimento de Cavalaria de Linha de Minas Gerais; da Companhia dos Batalhões de infantaria; da Companhia de Artífices da Divisão de Portugal. Havia também encomendas para outras províncias e até para Portugal.

Os manuscritos mencionam os integrantes do Arsenal: o mestre de funuaria, o mestre abriador, o mestre de lavrantes, o mestre fogueteiro, o mestre de ferraria e o mestre de serralharia. E citam o ofício do contramestre, como é o caso do contramestre da construção de reparos de artilharia Manoel José Onofre. Além dos mestres e contramestres, existiam os oficiais, na condição de sargentos, furriéis e cabos, empregados e aprendizes dos serviços do Arsenal.

Acerca da remuneração dos integrantes do Arsenal, esta era realizada em soldos ou em jornal¹³, diariamente ou mensalmente. Os oficiais inferiores eram remunerados pela Coroa em soldos, incluindo gratificação diária: “[...] os vencimentos diários seguintes: aos dois Sargentos a razão de 76 Réis, o Furriel 72 Réis, e aos quatro Cabos a 64 Réis [...]” (CAMPO, 1813, p. 40). Havia oficiais que recebiam vencimentos diários, e outros tinham salário mensal. A citação a seguir se refere ao pagamento do Oficial da Oficina de Lavrante, com o jornal de 960 réis:

¹³ Remuneração por um dia de trabalho ou pagamento na forma de diária.

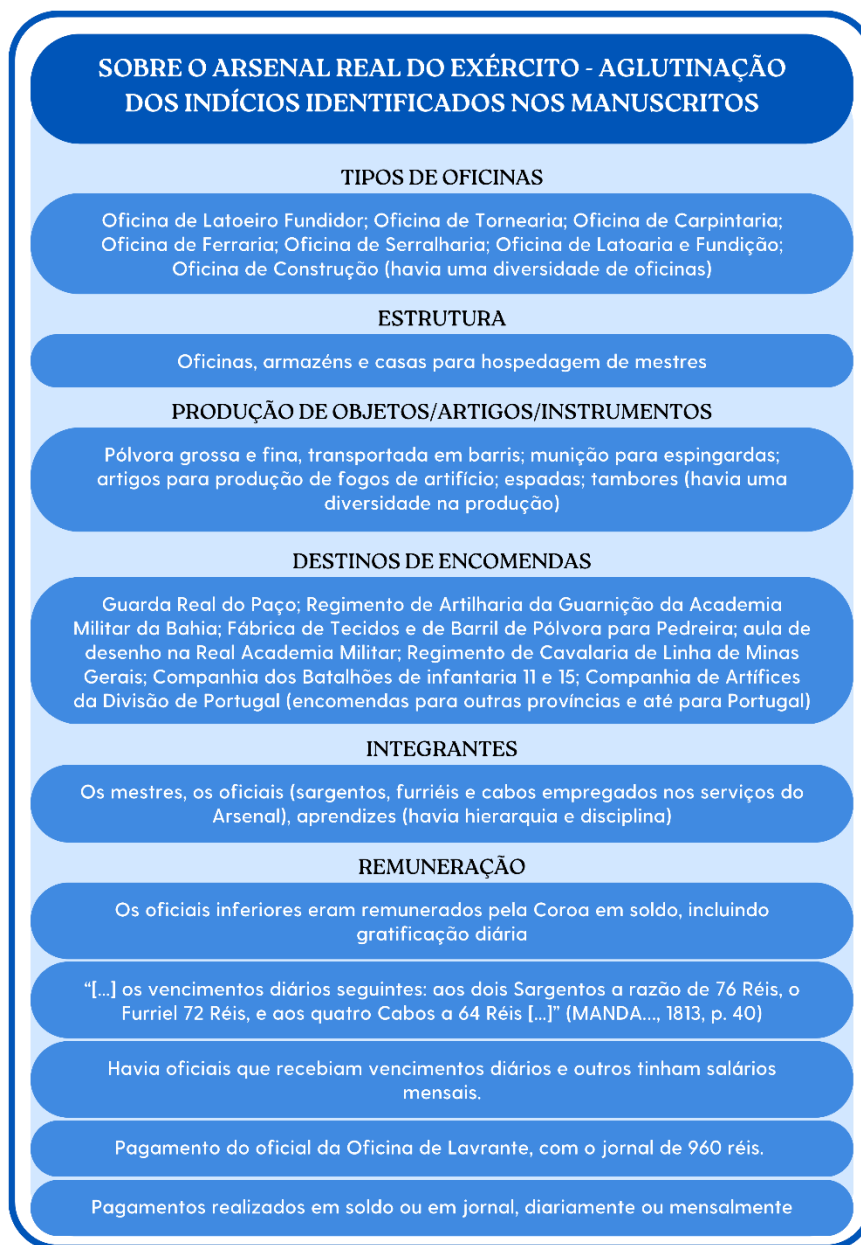
Manda o Príncipe Regente, Nosso Senhor, que o Deputado Intendente dos Armazéns do Arsenal Real do Exército mande incluir, na Feria do Arsenal, os Oficiais Inferiores, que se acham empregados no Serviço do mesmo Arsenal, e os vencimentos diários seguintes: aos dois Sargentos a razão de 76 Réis, o Furriel 72 Réis, e aos quatro Cabos a 64 Réis, cujos vencimentos lhe deverão ser contados desde o dia 29 de Novembro precedente. Rio de Janeiro, em 15 de Dezembro de 1813. Assinados: Napion; Pimentel; Gama; Silveira; Fonseca; Campos (CAMPO, 1813, n. p.).

Os oficiais eram empregados nos serviços do Arsenal (sargentos, furriéis e cabos), submetidos a uma hierarquia, o que influenciava na diferenciação dos vencimentos. Os oficiais inferiores eram remunerados pela Coroa em soldos, incluindo gratificação diária. O mestre de pedreiro, o da oficina de latoeiro fundidor e o da oficina de tornearia recebiam diárias; quanto aos oficiais, havia os que recebiam vencimentos diário e outros tinham salário mensal. Os mestres que trabalhavam no Arsenal gozavam do direito à aposentadoria, conforme esta informação:

Manda El Rey, Nosso Senhor, que o Deputado Intendente do Arsenal Real do Exército manda que os Mestres que residem em Casas dentro do mesmo Arsenal assinem um termo para que, dentro do prazo de 2 meses, despejem as ditas Casas; requerendo, pela repartição competente, a Aposentadoria de que necessitarem. Rio de Janeiro, em 19 de Julho de 1816, com 3 rubricas (CAMPO, 1813, n. p.).

No trecho acima citado, vê-se que, além de fazer jus a aposentadoria, alguns mestres tinham o direito de residir em casas que existiam dentro do Arsenal Real do Exército, conforme mencionado anteriormente. A Figura 17 traz a aglutinação dos principais indícios que identificamos nos manuscritos do Arsenal Real do Exército.

Figura 17 - Sobre o Arsenal Real do Exército - Aglutinação dos indícios identificados nos manuscritos



Fonte: Elaboração própria da autora (2023)

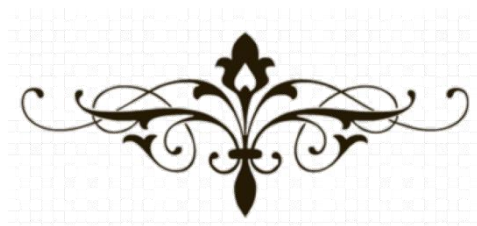
Os indícios apresentados na figura acima revelam como era a organização e o funcionamento do Arsenal Real do Exército. Vê-se que as oficinas eram o *locus* da atividade dos ofícios, onde se desenvolvia o ensino e a aprendizagem, a partir da relação mestre-aprendiz. Depreende-se que os aprendizes faziam parte do quadro de oficiais do Exército e que havia uma hierarquia entre eles: sargento, cabo e furriel. Esse escalonamento se percebe também no recebimento da remuneração, que era, diferenciada, de acordo com a patente. Destaca-se a especialidade das oficinas, pois cada uma se destinava ao ensino de um ofício.

A pesquisa mostrou que, nas instituições pesquisadas, as oficinas para o ensino dos ofícios e a figura do mestre e do aprendiz estavam presentes tanto no Colégio das Fábricas como na Companhia de Artífices do Arsenal. Vê-se, assim, que, apesar das distinções em relação às finalidades, existia convergência na estrutura e no funcionamento. Essa organização se prolonga e adentra o século XX, com as Escolas de Aprendizes Artífices e as escolas industriais. A oficina está presente como um marco, como um lugar de aprender a fazer fazendo, na educação profissional. Enquanto as instituições de formação geral investiam nos laboratórios, as escolas de ensino profissional investiam nas oficinas.

Os Seminários estão no contexto das casas de abrigo, nas quais os rapazes eram acolhidos para serem seminaristas. A pesquisa revelou que tanto o Seminário de São José quanto o de São Joaquim não foram criação de D. João VI, mas já existiam desde o século XVIII; o que houve foi uma mudança de finalidade do Seminário de São Joaquim, no ano de 1818, quando passou a abrigar um corpo de artífices vindos de Portugal os quais desenvolveram diferentes ofícios nesse estabelecimento.

Ficou evidente que as ações de D. João VI foram com o intento do estabelecimento de instituições públicas voltadas para as artes e os ofícios. Nesse sentido, evidencia-se que o Estado tentou implantar o que seria a primeira ação de promoção do ensino profissional por meio das aprendizagens de ofício no Brasil.

No período joanino, as instituições de aprendizagem de ofício pesquisadas apresentavam finalidades diferentes, a saber: no Colégio das Fábricas para atender aos interesses da Coroa; no Arsenal para atender as demandas dos militares; na Escola de Ciências, Artes e Ofícios estava em tornar científico as artes mecânicas; nos Seminários de Órfãos de instruir por meio do trabalho.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES ACERCA DA INVESTIGAÇÃO

Nesta última seção do trabalho, recuperamos elementos essenciais da pesquisa: objeto de estudo, objetivos, tese, questionamentos apresentados, com o intuito de saber com quais deles conseguimos dialogar na busca de respostas ou da elaboração de novas perguntas sobre o ensino profissional nas primeiras décadas do século XIX.

Em relação ao objeto de estudo em foco, as instituições de aprendizagem de ofícios, vimos que elas foram o germe do ensino profissional no Brasil. E que, das quatro instituições investigadas, a Escola de Ciências, Artes e Ofícios foi a instituição que não entrou em funcionamento. No decreto de criação dessa instituição consta informações de ações por parte da Coroa para seu estabelecimento, como é o caso da vinda da Missão Artística Francesa para o Brasil, um grupo de profissionais que atuariam nesta Escola.

Nossos objetivos foram alcançados, uma vez que, ao longo do estudo, traçamos o contexto político e econômico em que as instituições foram estabelecidas; por meio dos decretos de criação, percebemos a organização, o funcionamento e a natureza dessas instituições; e os jornais e manuscritos trouxeram informações relevantes para respaldar a investigação.

Sobre a tese, percebeu-se que as instituições de aprendizagem de ofício criadas no período joanino se configuram em ações de D. João VI como tentativa para o estabelecimento da educação profissional no Brasil por meio da aprendizagem de ofícios. As iniciativas tiveram curta existência, mas inspiraram a criação de outras instituições de ensino profissional, com as Casas de Educandos Artífices, criadas no Pará (1840), no Maranhão (1842), em São Paulo (1844), no Piauí (1849), em Alagoas (1854), em Sergipe e no Ceará (1856), no Amazonas e no Rio Grande do Norte (1858) e na Paraíba (1865).

Em relação às indagações iniciais - como as instituições de aprendizagem de ofícios eram organizadas no período joanino no Brasil? qual a importância dessas instituições para o estabelecimento do ensino profissional, que começava a estabelecer distinção entre a formação de sujeitos que se dedicavam às artes manuais mecânicas e a daqueles que se dedicavam às belas-artes? qual o legado dessas instituições para as que as sucederam no âmbito do ensino profissional? - foram encontradas respostas durante o estudo,

a partir dos indícios deixados nos decretos de criação dessas instituições, jornais e manuscritos.

A pesquisa trouxe informações relevantes sobre como se deram as primeiras ações do príncipe regente D. João VI para o estabelecimento de instituições de ensino, com a intenção de formar mão de obra especializada para o trabalho, visando ao desenvolvimento econômico/financeiro da colônia brasileira. Para tal fim, foi necessário elaborar um projeto educacional em paralelo, sendo o Colégio das Fábricas a primeira instituição voltada para a formação para o trabalho.

Em relação a como as instituições de aprendizagem de ofícios eram organizadas no período joanino no Brasil, vimos que o Colégio das Fábricas foi a primeira instituição de ensino profissional estabelecida nesse período no Brasil. Por sua estrutura física e administrativa, ele se assemelhava, ainda que de forma embrionária, às instituições de educação profissional hoje existentes. Possuía um grupo de profissionais composto de diretor, almoxarife, escriturários, apontador (aquele que fazia o rol dos operários e apontava suas faltas) e porteiro, para gerir seu funcionamento, e unidades distribuídas em algumas ruas da cidade do Rio de Janeiro, onde funcionavam as oficinas, de acordo com a especialidade. Conforme autores estudados e documentos pesquisados, havia dez oficinas na composição do Colégio das Fábricas, cada uma desenvolvendo o ensino de um ofício, o que lembra, ainda que de forma primária, a organização atual em *campus*, com cursos de acordo com as demandas de produção da época.

Ainda em relação ao Colégio das Fábricas, observamos que o ensino-aprendizagem se dava dentro de oficinas, onde o artífice aprendia o ofício na prática. Era nesse ambiente que mestre e aprendiz cooperavam no processo de apropriação de uma arte mecânica, na partilha de conhecimentos do “saber-fazer”. No que tange ao “currículo”, vimos que era dividido em dois núcleos: o teórico/prático, do aprender segundo os ensinamentos dos mestres, e o de formação geral, no qual eram ministrados o ensino das primeiras letras e aulas de desenho, com vista a um melhor desempenho no aprendizado dos ofícios.

Enfatizamos também que o Colégio das Fábricas surgiu com o intento do estabelecimento de fábricas, visando ao desenvolvimento da indústria, em especial na cidade do Rio de Janeiro. Por isso, logo que D. João VI chegou ao

Brasil, aboliu o decreto que proibia a manufatura e a indústria Brasil. Apesar de ter sido curto o período de atividades do Colégio das Fábricas, ele deixou um embrião de algumas fábricas, como as de seda, de estampania e de chita.

O fechamento desse estabelecimento ocorreu no ano de 1812, sob a justificativa de que provocava onerosidade à Real Junta da Fazenda, órgão responsável por seu custeio. Para a destinação dos seus bens, após inventário, foi feita consulta a alguns particulares donos de fábricas, com vista a venda ou sociedade, para que a Junta não tivesse prejuízo no investimento que tinha feito no Colégio; porém ela não obteve muito sucesso. A inspeção do Colégio prosseguiu até 1812, quando os empregados do estabelecimento foram chamados para saber das pensões que receberiam e dos destinos respectivos.

No que tange à Companhia do Arsenal Real do Exército, apesar de ser uma ação do príncipe regente D. João VI com vista à produção de mão de obra especializada própria, ela foi criada para atender um interesse militar: formar artífices capazes de produzir utensílios e armamentos para a aparelhagem do Arsenal do Exército. Essa Companhia de Artífices representa a raiz de uma intensa aprendizagem de ofícios que, posteriormente, veio a desenvolver-se no Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. Percebe-se que era uma formação de artífices para atender interesses internos da própria Companhia. Nos jornais e documentos pesquisados, há informações de sua composição, os insumos para sua manutenção e desenvolvimento, quanto recebiam os mestres e contramestres que ministravam o ensino nas oficinas. Foi a instituição que perdurou por mais tempo e em que foi desenvolvida uma intensa aprendizagem de ofício, iniciando a juventudes no serviço militar.

Relativamente aos Seminários de Órfãos existentes no período investigado, o de São José e o de São Joaquim, que já existiam desde o século XVIII, sua permanência se prolongou por vários anos, inclusive o Colégio Pedro II, instituição que funciona até os dias atuais na cidade do Rio de Janeiro, teve sua origem no Seminário de São Joaquim.

Esse Seminário foi criado no ano de 1739, com a denominação de Órfãos de São Pedro, e só depois de 27 anos é que recebeu a nova denominação e passou a funcionar vizinho à extensão da Igreja de São Joaquim. Vimos que esse Seminário passou por alterações em relação ao nome, à localização e aos

programas de estudos, que eram alterados à medida que mudava a gestão episcopal.

Pelos registros encontrados desse Seminário, vimos que ele tinha a função precípua de atender rapazes pobres, porém, em 1818, o príncipe regente, D. João VI, modificou essa situação, agregando a instituição ao patrimônio da Coroa, e suas instalações passaram a abrigar um Corpo de Artífices vindo de Portugal, sendo então realizada a distribuição dos internos segundo suas aptidões: os que tinham aptidão para um ofício ficaram no referido Corpo de Artífices e os que tinham vocação eclesiástica foram para o Seminário de São José. No ano de 1821, por decreto de D. Pedro, o Seminário voltou a funcionar como no seu início e no mesmo estabelecimento em que funcionara anteriormente. Isso se deu devido à reivindicação dos moradores, que estavam insatisfeitos com o novo rumo dado ao Seminário.

No que diz respeito à formação para os ofícios, o Seminário de São Joaquim começou a se desenvolver a partir de 1831, quando se transformou em escola preparatória para o trabalho. Com isso, os alunos, além de receberem os conhecimentos da instrução primária, eram preparados para atuar em algumas profissões, como as de alfaiate, sapateiro, carpinteiro e marceneiro. Porém, logo depois, em 1837, ele passou a denominar-se Colégio Pedro II. Nesse sentido, vimos que, no ano de 1818, quando o Seminário foi cedido para o Corpo de Artífices, este tinha função semelhante à que o Seminário assumiu no ano de 1831, quando passou a oferecer formação para ofícios, com o intuito de reeducação e integração social dos internos.

A trajetória do Seminário de São José, diferentemente da do Seminário de São Joaquim, era de oferta de ensino voltado exclusivamente para a função eclesiástica, apesar de haver notícias de oferta de alguns cursos destinados à comunidade externa. Os seminaristas, em ambos os seminários, pagavam por sua entrada no estabelecimento. À época, esse pagamento era chamado de propina. Vê-se, portanto, que era necessário ter recursos para ser aceito nos seminários mencionados.

Percebemos, pelas ações de D. João VI, que a Coroa tinha a intenção em estabelecer uma política pública educacional para formação especializada de mão de obra livre, em uma sociedade escravocrata. Nesse sentido, percebemos o conflito entre os regimes de trabalho: um pautado na escravidão e outro no

assalariado, contradição econômico-social à época em que essas instituições foram criadas.

No que diz respeito ao segundo questionamento - qual a importância dessas instituições para o estabelecimento do ensino profissional, que começava a estabelecer distinção entre a formação de sujeitos que se dedicavam às artes manuais mecânicas e a daqueles que se dedicavam às belas-artes? – vimos, pelo decreto de criação e o que estabelecia pagamento de pensão aos artistas franceses que iriam atuar na Escola de Ciências, Artes e Ofícios, que a instituição ainda agregava os diferentes tipos de artes, intencionando aproximar as artes mecânicas das belas artes num mesmo estabelecimento de ensino. A mencionada Escola não chegou a funcionar, mas apontou ser necessário atribuir cientificidade à formação dos artífices.

Em relação à questão “qual o legado dessas instituições para as que as sucederam no âmbito do ensino profissional?”; vimos que essas instituições criadas, apesar de um período relativamente curto de funcionamento, deixaram um legado em sua organização e nos modos de funcionar. A presença da oficina como lugar primordial para a partilha das artes manuais mecânicas, a existência do mestre, aquele mais experiente, que dominava o “saber-fazer”, e do aprendiz, aquele que estava na condição de noviço, ou iniciado no ofício que aprendia pelo exemplo e pela imitação, são características que permaneceram nas instituições de ensino profissional criadas posteriormente.

Com a investigação, percebemos que, desde o início do século XIX, realizavam-se ações para a implantação de um ensino profissional no Brasil, por meio da aprendizagem de ofícios com foco nas artes mecânicas. Notamos que algumas dessas instituições criadas eram semelhantes às que havia em Portugal, como as Companhias de Artífices nos arsenais militares; identificamos que o Colégio Pedro II foi um legado do Seminário de São Joaquim; e também que as dez Casas de Aprendizes Artífices criadas, a partir de 1840, nas províncias do norte-nordeste brasileiro, possivelmente foram fruto da descentralização promovida pelo Ato Adicional de 1834 inspiradas no pioneirismo de um Príncipe Regente que desejava o desenvolvimento da manufatura em terras de além-mar.



REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. G. **A Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações: o artesanato e a manufatura na cidade do Rio de Janeiro (1808-1850):** 1980. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1980.

ARAUJO, A. Arquivo nacional. **Olhares fotografias online**, 2023. Disponível em: <https://olhares.com/arquivo-nacional-rio-de-janeiro-foto7895027.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

AZEVEDO, L. P. M. C.; PESSOA, S.; MEDEIROS NETA, O. M. A hemeroteca digital brasileira: fontes e possibilidades para a pesquisa em história da Educação. **Revista cenas educacionais**, [s. l.], v. 2, p. 39-55, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cenaseducacionais/article/view/7361/4789>. Acesso em: 06 jul. 2022.

BELCHIOR, E. O. O Colégio Real de Fábricas do Rio de Janeiro. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 154, n. 380, p. 1-22, jul./set. 1993.

BOAVENTURA, E. M. **A Construção da Universidade Baiana: origens, missões e afrodescendência**. Salvador: EDUFBA, 2009. ISBN: 978-85-2320-893-6.

BRASIL. **Alvará de 1º de abril de 1808**. Permite o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas no Estado do Brasil. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1891. (Coleção das leis do Brasil).

BRASIL. **Decreto de 31 de outubro de 1811**. Comete à Real Junta do Comércio do Estado do Brasil a inspeção do Colégio das Fábricas. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1890. (Coleção das leis do Brasil)

BRASIL. **Decreto de 05 de janeiro de 1818**. Manda incorporar aos próprios da Corôa o Seminário de S. Joaquim. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1818.

BRASIL. **Decreto** [não numerado]. Criação da Escola Real de Ciências Artes e Ofícios. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1816a. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/infDoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimp-D_21.pdf. Acesso em 22 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto de 12 de agosto de 1816**. Concede pensão a diversos artistas que vieram estabelecer-se no paiz. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1816b.

BRASIL. **Decreto de 31 de outubro de 1811**. Commette à Real Junta do Commercio do Estado do Brazil a inspecção do Collegio das Fabricas. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1811.

BRASIL. **Decreto de 03 de setembro de 1810**. Manda organizar uma Companhia de Artífices do Arsenal Real do Exército. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1810.

BRASIL. **Decreto de 23 de março de 1809**. Dá providências a bem do serviço da casa denominada Collegio das Fabricas. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1809.

BRASIL. **O alvará de 1785**. Proibia as industrias no Brasil. Rio de Janeiro: Palácio do Rio de Janeiro, 1785.

BRASIL e Portugal. **Hi7.com**. 1817. Disponível em: <https://moedas.hi7.co/brasil-e-portugal---as-joias-da-coroa-56c6b92760aa6.html>. Acesso em: 01 jul. 2023.

CAMPO, M. C. Livro de Registro da Secretaria de Intendência do Arsenal Real do Exército, Fábricas e Fundações, das Portarias emitidas pela Junta Real. s. l., 1811-1818, 189 f. [Manuscrito]. **Biblioteca digital Luso-Brasileira**, 1813. Disponível em: https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/272769?locale-attribute=pt_BR. Acesso em: 09 mar. 2023.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHARTIER, R. **A história cultura: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CIAVATTA, M. **O trabalho docente e os caminhos do conhecimento: a historicidade da Educação Profissional**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

CIAVATTA, M. (org.). Como se escreve a história da educação profissional. In: CIAVATTA, M. *et al.* **A historiografia em trabalho-educação: como se escreve a história da educação profissional**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019. P. 31-56.

CHIAVARI, M. P. A Arquitetura Efêmera no Período Joanino. **Revista do IHGB**, Rio de Janeiro, v. 479, p.127-148, jan./abr 2019. Disponível em: <https://ihgb.org.br/revista-eletronica/artigos-479/item/108642-a-arquitetura-efemera-no-periodo-joanino.html>. Acesso em: 30 maio de 2023.

COLÉGIO das Fábricas. Arquivo Nacional, Fundo Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, caixa 423, pacote 2.

COSTA, M. F. **Rio de Janeiro**: Biblioteca Nacional. [S. l.: s. n.], 1818

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

DEBRET, J. B. Retrato de D. João VI. **Google Arts & Culture**. 1817, 1 pintura, óleo sobre tela, 60 x 42 cm. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/asset/retrato-de-d-jo%C3%A3o-vi-jean-baptiste-debret/ywH6TcenrBySyw>. Acesso em: 16 mar. 2023.

DEBRET, J. B. Caboclo. **Enciclopédia Itaú Cultural**. C2023. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra61584/caboclo>. Acesso em: 01 jul. 2023.

DICIONÁRIO de língua brasileira. **Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin**. [1832?]. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/view/?45000038026&bbm/5414#page/2/mode/2up>. Acesso em: 06 jun. 2023.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Acervo público. [20-?]. Imagem do arquivo nacional. Disponível em: <http://www.aperj.rj.gov.br/>. Acesso em: 04 fev. 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução: Ramalhete. 20. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRAGO, A. V.; AUGUSTIN, E. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Tradução: Alfredo Veiga Neto. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

FVOLU. **Fachada da biblioteca nacional**. 2023. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.infoescola.com/brasil/biblioteca-nacional/>. Acesso em: 30 maio 2023.

FONSECA, C. S. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: [s. n.], 1961.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

HEMEROTECA digital. **Bn digital Brasil**. [20-?]. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 06 ago. 2022.

HEYNEMANN, C. B.; VALE, R. W. S. Nas máquinas do tempo: fábricas e manufaturas no período joanino. **Arquivo Nacional**, 2018. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5227&Itemid=389. Acesso: 30 maio 2023.

JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. *In*: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). **Disciplinas e integração curricular: História e Políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 37-71.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 1. p. 9-43, Jan/Jun. 2001.

JULIA, D. Disciplinas escolares: objetivos, ensino e apropriação. *In*: LOPES, A. C.; MACEDO, E. (org.). **Disciplinas e integração curricular: história e políticas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 37-71.

KURY, L. (org.). **Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. *E-book*. (História e saúde collection). ISBN: 978-85-7541-603-7. Doi: 10.7476/9788575416037. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8327j/epub/kury-9788575416037.epub>. Acesso em: 30 maio 2023.

LAGO, P. C. **Taunay e o Brasil**. [S. l.: s. n.], 2008.

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, M. C. **Seminário Arquidiocesano de São José: resumo histórico**. Rio de Janeiro: Restauro, 2004.

LIMA, O. **Dom João VI no Brasil (1808-1821)**. Brasília: FUNAG, 2019.

MACEDO, J. M.. **Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro**. ed. rev. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005. (Edições do Senado Federal; v.42).

MAGALHÃES, J. **Tecendo nexos: história das instituições educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MANFREDI, S. M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MEIRELLES, J. G. **Política e cultura no governo de Dom João VI: imprensa, teatros, academias e bibliotecas (1792-1821)**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2017. *E-book*. ISBN 978- 85-68576-87-8. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788568576878>. Acess em: 22 mar. 2023.

MEIRELLES, J. G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015. *E-book*. ISBN 978-85-68576-96-0. DOI <https://doi.org/10.7476/9788568576960>.

OLIVEIRA, E. R. **A idéia de Império e a fundação da Monarquia Constitucional no Brasil (Portugal-Brasil, 1772-1824)**. Rio de Janeiro, [s. n.], 2005.

PAULA, L. S. **O Papel dos Tutores na Educação e na Inserção Social de Órfãos no Termo de Mariana (1790-1822)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação da UFMG, Belo Horizonte, 2016.

PESSOA, A.; SANTOS, A. L. V. Moradas de Engenho e Arte: As Casas do Conde da Barca no Novo Mundo. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 178, p. 253-280, set./dez. 2017.

PORTO, Â.; SANGLARD, G.; FONSECA, M. R. F.; COSTA, R. G. R. (org.). **História da saúde no Rio de Janeiro: instituições e patrimônio arquitetônico (1808-1958)**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008, *E-book*. ISBN 978-85-7541-599-3. DOI 10.7476/9788575415993. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/7f83x/epub/porto-9788575415993.epub>. Acesso em 22 mar. 2022.

RAGAZZINI, D. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?. *Educar*, Curitiba, n. 18, p. 13-28. 2001.

RAMPAZZO, L. **Metodologia Científica para alunos de graduação e pós-graduação**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RIBEIRO, E. S. **Nas tramas da política, nos bastidores das instituições: o conselho da Fazenda e a construção do Império luso-brasileiro nos trópicos (1802-1821)**. 2017. Tese (Doutorado em História) - au Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

RIBEIRO, M. G. O. Pintor Nicolas Antonie Taunay e a Representação da Natureza Fluminense no Período Joanino. *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, v. 438, n 169, p. 251-280, jan./mar 2008.

SANTOS, B. B. M. *et al.* **Memória histórica do Colégio Pedro II: 180 anos de história na educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

SANTOS, A. A. F. **A Archidiocese de S. Sebastião do Rio de Janeiro: Subsídio para história eclesiástica do Rio de Janeiro: Capital do Brasil: Typografia Leuzinger, 1914.**

SENNETT, R. **O Artífice**. Tradução: Clóvis Marques. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

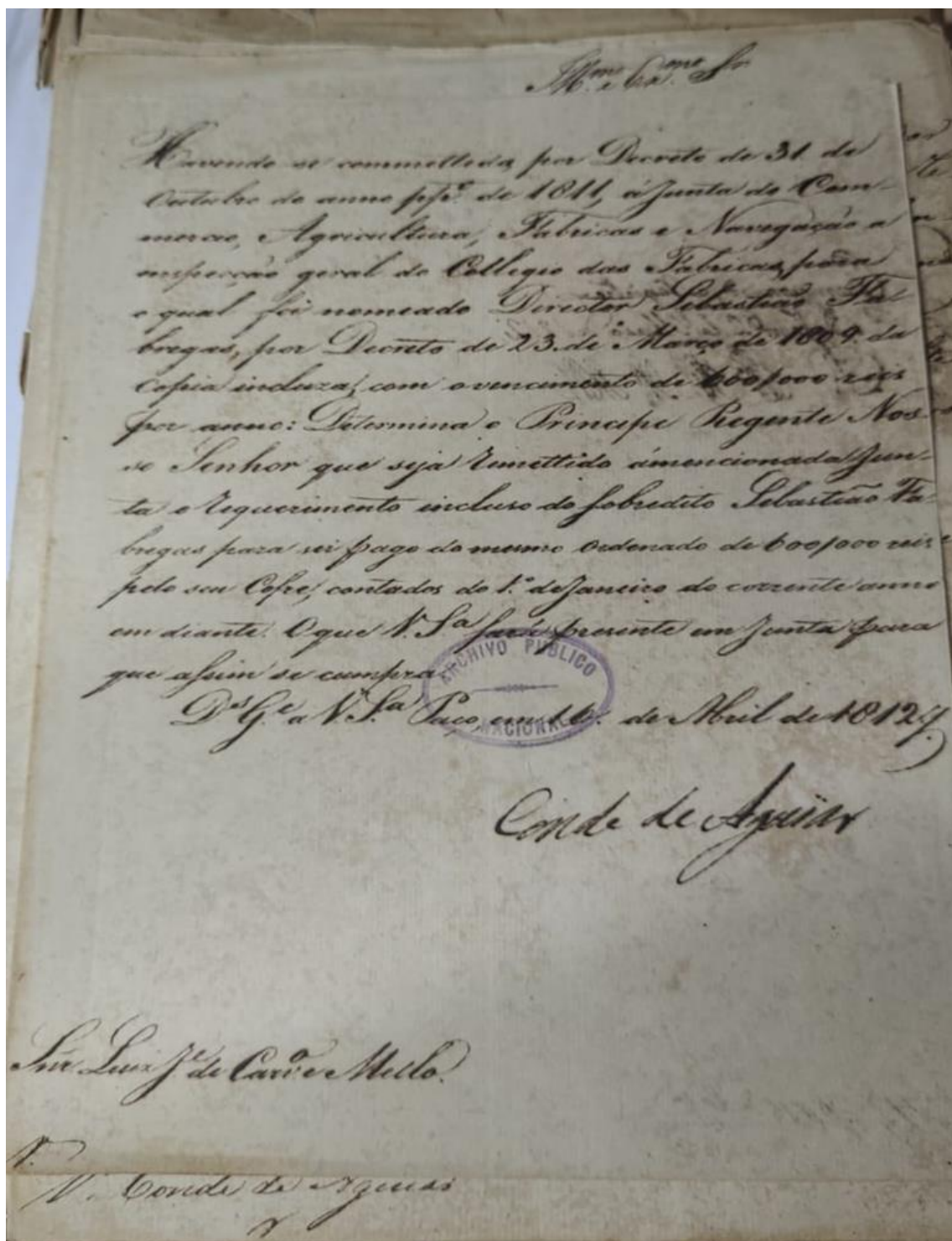
SILVA, A. C. As comemorações dos 200 anos da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro**, [s. l.], n. 2008. ISSN 1983-6031.

VAINFAS, R. História das mentalidades e história cultural. *In*: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (org.). **Ensaio de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campos, 1997. p. 189-241.

VIEIRA, F. J. **Rio de Janeiro**: Gazeta do Rio de Janeiro: 1821.

ANEXOS

ANEXO A – DECRETO DE NOMEAÇÃO DO DIRETOR DO COLÉGIO DAS FÁBRICAS



ANEXO B – DECRETO QUE ATRIBUI VALOR ANUAL QUE O DIRETOR DO COLÉGIO DAS FÁBRICAS RECEBER

A Sua Magestade
 N. S. M. J. P.

Indo levado a Real Presença de Sua Magestade o Príncipe Regente Nosso Senhor a representação que me fez José Manoel Macedo dos Moraes (Deputado da Real Junta de Commercio, Fabricas, e Navegação, como Inspector Interino do Colégio das Fabricas, acompanhada dos Documentos que vottam incluzir, sobre o vencimento de Ordenação que deve perceber o Director Sebastião de Fátima: He o. Meo Senhor Servido mandar declarar, que por Decreto de vinte e tres de Marco de mil e oito centos e nove, se remette copia a essa Junta, se acha estabelecido o Ordinal annual de seiscentos mil reis para o sobredito Director, que he unicamente o que deve vencer, não obstante declarar-se na Relação, que acompanhou a mencionada Representação, o vencimento diario de mil e seiscentos reis, que for o objecto da divida do sobredito Inspector Interino: Que V. M. fará constar na mesma Junta.


D. G. d. al. S. a. P. aco, em 25 de Mayo del 1812.

Conde de Aguiar

Sr. Luiz José de Carvalho e Netto.

ANEXO C – DECRETO QUE DESIGNA A DESTINAÇÃO DOS BENS DO COLÉGIO DAS FÁBRICA

Havendo o Príncipe Regente e V. Magestade
 Real de S. M. o Príncipe de Portugal unido a Real Junta
 de Camareira, Agricultura, Fabricas e Navegação desta
 Estado de Bragança e Domínios Ultramarinos a Direcção
 de Real Collegio das Fabricas qua se origina nestas Cortes.
 Heo Juiz que a mesma Real Junta Real Junta de
 se mande receber por Inventario, com assistência do Di-
 rector que foi, Sebastião Subrega, Pedro de Magalhães e
 utencillos pertencentes ao dito Collegio, e que não forem
 proprios da Real Fabrica das Cartas do Jogo, a qual
 Heo por bem unir a Imprensa Regia; fazendo o tran-
 sferir dos Armazens do Arsenal Real do Exército, aonde
 se achão por deposito, para outra Casa, em que estijão em
 boa arrecadação e sem risco de ruina, mandando beneficiar
 os que se acharão damnificados, a fim de que se evite a sua
 total ruina. O que V. Magestade Real Junta, para que assim se execute.
 D. João de S. Paulo em 13 de Março de
 1812.



 Conde de Aguiar

D. Luiz José de Carvalho
 e Mello. 70

Fonte: Arquivo Nacional (1812)

ANEXO D – DECRETO SOBRE O ESTABELECIMENTO DE ARTÍFICES DE ENGENHEIROS NO SEMINÁRIO DE SÃO JOAQUIM, RJ, 1818

RIO DE JANEIRO.

Temos mui grande satisfação em publicar o seguinte Decreto, que mostra de huma maneira decisiva a Beneficencia, e Paternaes Cuidados, com que Sua Magestade Fidelissima, ELREI Nosso Senhor, Atenta á educação dos rapazes pobres, empregando com vantagem, segundo suas diversas aptidões, os que actualmente occupão o Seminario de *S. Joaquim*, onde se vai fixar o utilissimo estabelecimento de Artifices Engenheiros, que a Benignidade de S. M. franquea a todos os Seus Fieis Vassallos, que delle se quizerem aproveitar, como melhor explica o mesmo

DECRETO.

Fazendo-se necessario determinar o local em que se deve estabelecer o conveniente aquartelamento, assim para hum dos Batalhões da Divisão de tropas, que Mandei vir ultimamente do exercito de *Portugal*, como para o Corpo de Artifices Engenheiros, que acompanhou a mesma Divisão, e reconhecendo-se pelos exames e informações, a que Ordenei se procedesse, que o edificio do Seminario de *S. Joaquim* reúne as mais adequadas proporções para aquelle fim, ao mesmo tempo que sem inconveniente se podem accommodar com aproveitamento e maior vantagem, tanto publica como particular, os actuaes Seminaristas deste Collegio, ou seja no Seminario de *S. José*, aquelles que pelo seu adiantamento nos estudos, e vocação, se julguem proprios para o Estado Ecclesiastico; ou seja ficando addidos ao sobredito Corpo de Artifices Engenheiros, como aprendizes dos differentes Officios mechanicos nelle estabelecidos, aquelles que não estiverem

no mesmo caso e circunstancias dos primeiros; Tendo Eu além disto muito em consideração a opinião e parecer do Bispo Capellão Mór, que Me foi presente na sua informação sobre este objecto: Hei por bem Ordenar o seguinte: Que o referido edificio do Seminario de *S. Joaquim*, e suas dependencias, passando a ser incorporado nos Proprios da Coroa, seja destinado para aquartelamento, tanto de hum dos sobreditos Batalhões, como do Corpo de Artifices Engenheiros, e estabelecimento das suas respectivas Officinas, fazendo-se-lhe para este effeito á custa da Minha Real Fazenda as repartições e accommodações, que forem precisas, segundo o plano e orçamento, que devera dar o Brigadeiro Graduado *Carlos Frederico de Caula*, o qual será incumbido da sua inspecção, e direcção das obras: Que as rendas actuaes deste extincto Seminario passem, e fiquem incorporadas ás do Seminario de *S. José*, não só para se continuar regularmente o ordenado de duzentos mil réis ao actual Reitor, o Abade *José dos Santos Salgueiro*, que ficará considerado como aposentado, e o pagamento do ordenado de cem mil réis ao actual Professor de Grammatica e lingua *Latina*, que servirá como Substituto no Seminario de *S. José*, nas faltas e impedimentos do Professor, que alli rege esta Cadeira, mas tambem para manutenção e tratamento dos alumnos do extincto Seminario de *S. Joaquim*, que sendo escolhidos pelo Bispo Capellão Mór por mais proprios e aptos para a vida Ecclesiastica, Determino passem, e sejam admittidos, e tratados no Seminario de *S. José*, onde para o futuro se admittirão, e tratarão do mesmo modo, pelo menos, dez rapazes Orfãos e pobres, que possuão com aproveitamento destinar-se para esta vida, e serem empregados utilmente com vantagem do Serviço de DEOS, e Meu: Que a Igreja do extincto Se-

minario seja destinada para Capella dos Batalhões, e Corpos, que compõe a Divisão das Tropas vindas ultimamente de *Portugal*, servindo de cabeça para huma Confraria, que se formará dos seus respectivos Officiaes, semelhante á que existe já na Capella da Cruz dos Officiaes dos Regimentos desta guarnição: Finalmente que os Seminaristas, que restarem, dos que não de passar para o Seminario de *S. José*, sejam admittidos no sobredito Corpo de Artifices Engenheiros, e fiquem addidos ao mesmo Corpo, como aprendizes dos differentes Officios mechanicos nelle estabelecidos já pela sua organização, sentando-se-lhes praça de addidos, e sendo abonados cada hum com meio soldo, e huma ração de pão e etape, igual á dos Soldados deste Corpo, para entrarem nos ranchos como estes: a estas praças addidas se fornecerá

desde logo o seu competente uniforme, e passarão depois a praças effectivas do corpo, vencendo então o competente soldo por inteiro, os que mais se distinguirem pelo seu bom procedimento, e applicação. E por quanto he de Minha Real Intenção, que deste beneficio e vantagem se hajão de utilizar todos os Meus fieis Vassallos, que dezejem delle aproveitar-se: Sou Servido, que do mesmo modo se admittão neste Corpo, como praças addidas, para terem a mesma applicação e destino, todos os rapazes de boa educação, que quizerem nelle entrar, ou que seus pais, parentes, ou pessoas, que os governarem, os appresentarem ao respectivo Commandante para este fim. *Thomáz Antonio de Villanova Portugal*, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos

Negócios do Reino, encarregado interinamente da Repartição dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, assim o tenha entendido, e o faça executar, não obstante quaesquer Leis e Ordens em contrario, expedindo para esse effeito os Despachos necessarios. Palacio do Rio de Janeiro em cinco de Janeiro de mil outocentos e dezoito. — Com a Rúbrica de Sua Magestade. — Cumpra-se e Registe-se. Palacio do Rio de Janeiro em 10 de Janeiro de 1818. — Com a Rúbrica de Sua Excellencia.

ANEXO E - ANO 1809, EDIÇÃO 00111 DO JORNAL GAZETA DO RJ – AULA DE LÍNGUA FRANCESA NO SEMINÁRIO SÃO JOSÉ

Portal IFRN x Gazeta do Rio de Janeiro (RJ) - 1 x Luiz Carlos Sacramento da Luz x Gazeta do Rio de Janeiro (RJ) - 1 x

Não seguro | memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=749664&pasta=ano%201818&hf=memoria.bn.br&pagfis=610

Portal IFRN Academia Imperial... Selma-de-Fátima-V... Casa de temporada... Casa de temporada... Período Joanino (18... Comentário Colégio das Fábricas

Gazeta do Rio de Janeiro (RJ) - 1809 a 1822

seminário

Pesquisar Ocorrências 2/20 4/4 Digital

Ano 1809/Edição 00111 (1)

hum Jubileo por S. S., etc.
Carta Pastoral do Excellentissimo Bispo Capellão Mór , promulgando o sobredito Jubileo nesta Dioceze , etc.

A 2 de Outubro se abriu no Seminario de S. José desta Côrte a Aula Regia da Lingua Franceza: os que quizerem aprende-la , tornando-se assim mais uteis á Patria , procurem ao digno Professor , o P. Renato Pedro Boiret , morador na rua do Cano , n. 13. Igualmente se faz público que o P. João Baptista ensinará satisfatoriamente Geometria no sobredito Seminario , onde reside. S. A. R. nada poupa , que possa contribuir ao melhoramento da educação dos seus fieis Vassallos.

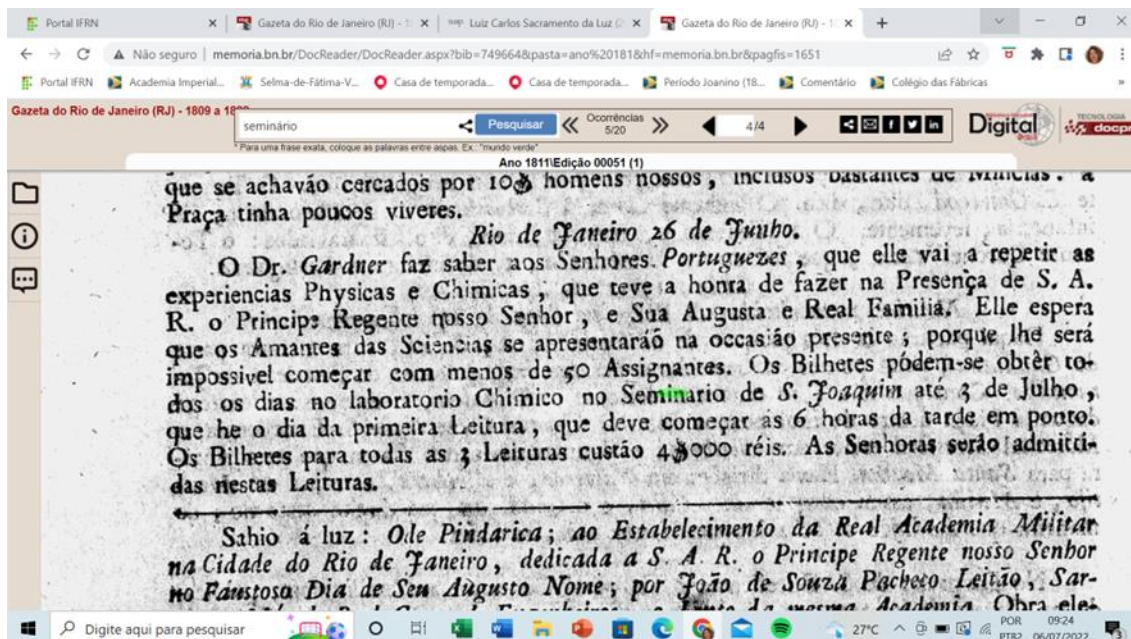
José Antonio Pinheiro Saldanha , que teve loja de mercador de varejo na rua Direita na esquina da rua do Ouvidor , está apresentado fallido á Real Junta do Commercio , Agricultura , Fabricas , e Navegação deste Estado do Brazil , e Dominios Ultramarinos , em 26 de Setembro de 1809 : quem tiver que requerer contra elle , se dirigirá ao mesmo Tribunal.

Pela Administração Geral do Correio Maritimo desta Côrte se faz público , que no corrente mez sahirão os Bergantins seguintes : A 12 para o Rio Grande o Monte Alegre , Mestre Manoel José de Andrade. A 13 para Santa Catharina o Caximbo , Mes-

27°C 09:18 06/07/2022

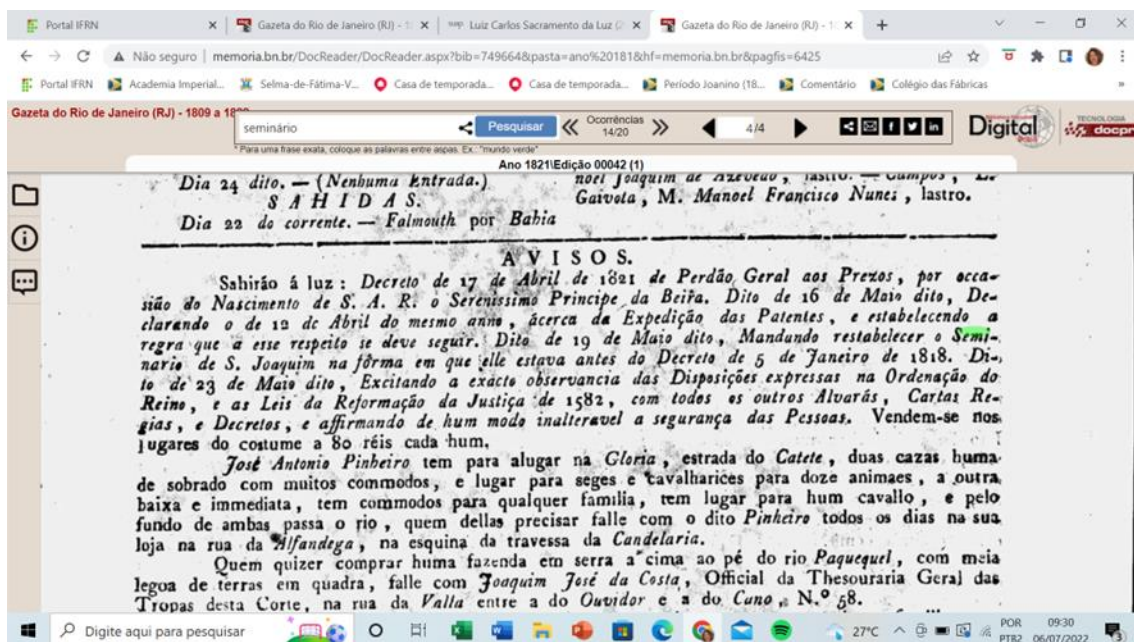
Fonte: Hemeroteca (2022)

ANEXO F - ANO 1811, EDIÇÃO 00051, DO JORNAL GAZETA DO RJ- EXPERIÊNCIA DE FÍSICA E QUÍMICA NO SEMINÁRIO SÃO JOAQUIM

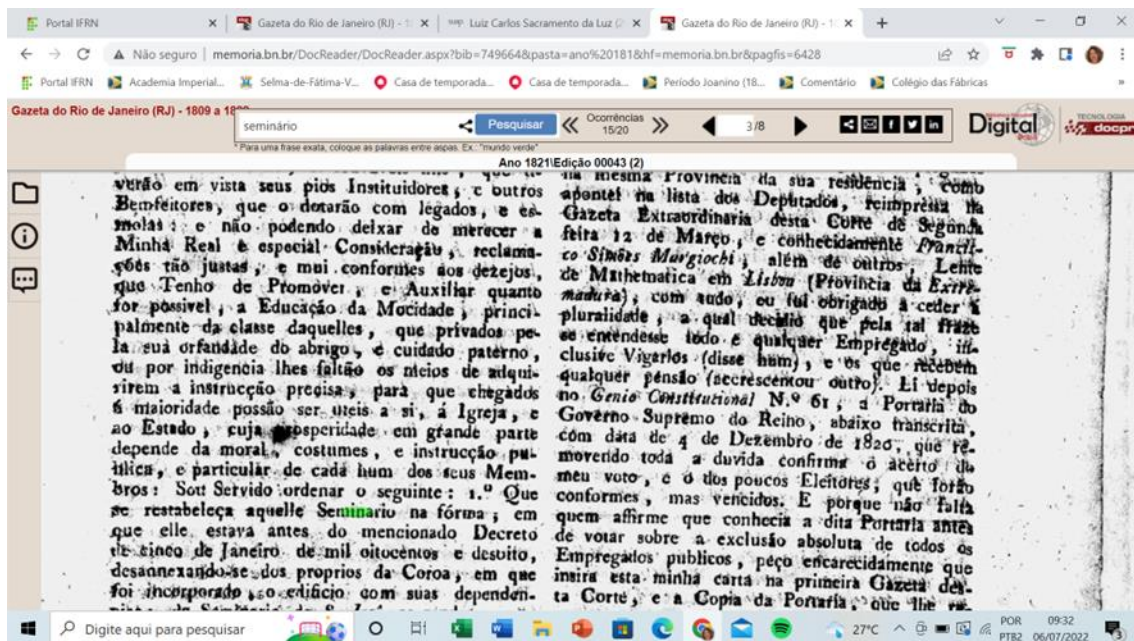


Fonte: Hemeroteca (2022)

ANEXO G - ANO 1821, EDIÇÃO 00042, DO JORNAL GAZETA DO RJ- REESTABELECIMENTO DO SEMINÁRIO DE SÃO JOAQUIM A SUA FUNÇÃO DE ORIGEM



continuação



Fonte: Hemeroteca Digital (2022)